

  
**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**  
(Unidade-Disciplina-Trabalho)  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

**ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO  
E A FORMAÇÃO**

**2007-2017**  
**Primeira versão 2003**

**( Tradução e Revisão Nov. 2006)**

## ÍNDICE

- I. Introdução
- II. Passagem em revista do sector
- III. Visão e Princípios Directores
- IV. Estratégias sob sectoriais
  - A. O despertar e o Desenvolvimento da Pequena Infância
  - B. Educação de Base (EB1, EB2)
  - C. Educação Pós- obrigatória: Primeiro ciclo do Secundário (ES2)
  - D. Educação Pós obrigatória: Segundo ciclo do Secundário ( pré- universitário) (ES2)
  - E. Educação Pós- obrigatória: Nível Terciário
  - F. Alfabetização e Educação de Base Alternativa (EBA)
  - G. Formação Profissional e Educação Qualificativa
  - H. Gestão do MEC
  - I. Temas Transversais
    - Género
    - Saúde Escolar
    - HIV/SIDA
- V. Recapitulativos dos Custos
- VI. Recapitulativo das Políticas
- VII. Bibliografia sumária

Anexo Quadro

## Lista das Siglas e Abreviaturas

CRA's .....	Centros de Recurso e de Apoio
CPLP .....	Conferência dos Países da Língua Portuguesa
CNPI.....	Comissão Nacional da Primeira Infância
DST.....	Doenças Sexualmente transmissíveis
EFSQD .....	Escola de Formação de Quadros Docentes
EPT .....	Educação Para Todos
EFOPE..	Escola de Formação de professores e Educadores de Infância
FNUAP .....	Fundo das Nações Unidas Para a População
GVC.....	Grupo dos Voluntários Civis
HIV/SIDA.....	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ISP/STP.....	Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe
IUCAI .....	Instituto Universitário de Contabilidade, Administração E Informática
LBSE.....	Lei de Bases do Sistema Educativo
MLA .....	Projecto Monitorização da Aprendizagem
NTIC.....	Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação
NOM's .....	Normas Operacionais Mínimas
ONG.....	Organizações não Governamentais
PAE .....	Programa de Ajustamento Estrutural
PDE .....	Plano de Desenvolvimento Educativo
PIB .....	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
STP.....	São Tomé e Príncipe
UNICEF .....	Fundo das Nações Unidas Para a Infância

## CAPITULO I. INTRODUÇÃO

### Contexto de Desenvolvimento

1. *Dimensão geo-demográfica.* Situada no Golfo da Guiné, no largo do Gabão, a República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é composta por quatro ilhas que totalizam mil Km<sup>2</sup>, das quais, somente duas se encontram habitadas. Segundo o último recenseamento, em 2001 a nossa população ascendia a 138.000 habitantes, tendo registado na última década uma taxa de crescimento anual de 1,59%. Esta população é jovem com uma idade média de 17anos. É na sua maioria urbana, se concentrando sobretudo nos arredores da capital (37%) devido ao forte êxodo rural.
2. *Perspectiva histórico.* Independente desde 1975, após cinco séculos de colonização portuguesa, o nosso país optou, num primeiro tempo, por um modelo de economia centralizada e um partido único antes de enveredar pela economia de mercado e a democracia multipartidária em 1990. Esta reorientação foi acompanhada pela adopção de importantes reformas estruturais e pela redução do papel do Estado nas actividades produtivas. As dificuldades com as quais estas reformas se confrontaram, associadas a uma certa instabilidade política, provocaram na década de 90 uma degradação dos indicadores macro-económicos - crescimento e inflação e sociais—que tínhamos conseguido elevar à níveis avantajados em relação ao resto de África apesar da má situação inicial—o aumento do desemprego e a degradação das condições de vida da população. Apesar de um ligeiro aumento registado desde 1998, o PIB/habitante no valor de 335\$EU (2002) é um dos mais baixos do mundo. Mais do que a metade da população vive abaixo do limiar da pobreza (53,8%), sendo que 15,1% vive em situação de extrema pobreza fazendo com que São Tomé faça parte do grupo de países pobres mais endividados ( 624% do PIB) .
3. *Nossa Economia* - pouco diversificada e pouco industrializada - está assente essencialmente sobre a exportação do cacau, cultivado outrora nas roças, e hoje cultivado por cerca de 6500 pequenos agricultores. A diminuição da produção, (menos 2/3 do que em 1975) resultante da redistribuição das terras e as flutuações das cotações, tornaram o país deveras vulnerável aos choques externos e muito dependente do exterior. São Tomé e Príncipe apresenta, aliás, outras características comuns às pequenas economias insulares como o isolamento geográfico e o fraco desenvolvimento da sua industria devido ao pequeno numero de empresários privados, à pequena base de recursos, bem como ao mercado interno e ao elevado custo das importações.
4. A performance económica está em curso de recuperação desde 1998, a monocultura do cacau cedendo perante um primórdio de diversificação que ilustra bem a estrutura do PIB. A agricultura, mesmo absorvendo a maior parte da mão-de-obra, apenas contribui para a formação do PIB à altura de 20% devido à fraca produtividade das plantações; o sector secundário contribui com 20%, mais através da reabilitação das infra-estruturas do que da transformação de produtos primários; no terciário, a contribuição da administração pública é importante - 23% - contra 33% para o comércio e o transporte. A parte respectiva da pesca e do turismo representa apenas 2% apesar dos seus potenciais serem evidentes. Estes dados indicam os progressos em curso, e concomitantemente, os esforços para aumentar a produtividade da agricultura, criar mais

valor acrescentado, incrementar o peso do sector privado e desenvolver de maneira harmoniosa um ambiente natural excepcional.

5. Os trabalhos de exploração petrolífera em curso no Golfo da Guiné são objectos de muitas expectativas, e estuda-se também a possibilidade de se criar uma zona franca. A este propósito, as autoridades estão plenamente conscientes do risco de dualização da economia associada à estas perspectivas e a necessidade de se adoptar uma política voluntarista de valorização dos recursos humanos como forma de garantir um crescimento durável.

6. *As estruturas socio-culturais*, complexas e altamente hierarquizadas do nosso país reflectem a sua história e a organização económica do período colonial. Às populações indígenas ("forros") e aos mestiços ("filhos da terra) descendentes de brancos europeus e de escravos importados, vieram se ajuntar os tongas, nascidos dos trabalhadores contratados vindos de outras colónias portuguesas e que não conseguiam sair das roças apesar do término do contrato. Os Angolares que praticam a actividade pesqueira no sul da ilha também fazem parte desta estrutura. O advento da democracia e a liberalização da economia produziram mutações nas relações de poder favorecendo a emergência da sociedade civil e, potencialmente, de novas categorias socioprofissionais, como os candongueiros, - pessoas que vieram das zonas rurais e que tendo obtido êxitos no comércio informal transitaram para o formal - e uma classe embrionária de empresários que operam segundo a tradição comercial portuguesa. Quebrar as barreiras sociais consolidadas durante séculos, de forma a mobilizar todas as forças vivas desta nação multicultural para alcançar um destino comum, constitui um desafio fixado pelo novo governo de união nacional.

7. *A pobreza* não é somente económica e financeira, mas também social, cultural, política e até mesmo étnica. É antes de tudo um fenómeno rural que atinge 65% das populações rurais contra 45% para os residentes urbanos; do ponto de vista das categorias socioprofissionais, é, e de longe, no seio dos agricultores e pescadores onde a incidência da extrema pobreza é a mais elevada (29%). A pobreza é particularmente intensa e profunda no norte, mas é o centro, que através da sua população, contribui mais. A incidência da extrema pobreza diminuiu de mais de metade nestes últimos anos (de 35 à 15% entre 1994-2000) graça às intervenções pontuais externas, enquanto que a pobreza, na ausência de um vasto programa económico e social nacional, passou de 11 para 38% durante o mesmo período. Nossa politica de redução da pobreza deverá ser por conseguinte voluntarista, diferenciada e dirigida prioritariamente para as zonas rurais.

8. O governo de unidade nacional eleito democraticamente em 2001 definiu três grandes linhas de acção e que foram subscritas pelos sucessivos governos:

- Prioritariamente, o crescimento económico e a redução da pobreza
- A reorganização do Estado, a promoção da boa governação e o reforço da democracia
- O desenvolvimento humano e a solidariedade

9. Nosso Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (2002), por seu lado, preconiza uma política de crescimento e de redistribuição, a criação de oportunidades de aumento dos rendimentos, assim como o desenvolvimento dos recursos humanos, dos serviços sociais e das capacidades institucionais.

10. Facilmente se avalia o papel que exercem o desenvolvimento humano, em geral, e a educação /formação em particular, na realização deste programa.

- Numa economia de mercado, uma mão-de-obra saudável, educada e competente confere à qualquer nação uma vantagem comparativa mais importante que os recursos naturais. Isto também é válido tanto para o sector dos serviços (turismo, zona franca...) que para a transformação ou a protecção de produtos primários (petróleo, pesca, floresta...).
- A educação, se for de qualidade, proporciona aos indivíduos o acesso à todos tipos de meios - saber, activos, direitos e contactos - que poderão ser mobilizados para ultrapassar eventuais situações de vulnerabilidade, tal como a dependência da monocultura de cacau para o pequeno agricultor santomense ou ausência de alternativa para mulheres vítimas de violência doméstica.
- Enquanto reforço da auto-confiança, da capacidade de empreender, de tomar iniciativas e se arriscar, a educação será primordial para diminuir a presença do Estado na nossa economia, para modernizar este último e para favorecer o aparecimento de um sector privado dinâmico, susceptível de substituir o Estado no papel de motor do desenvolvimento.
- A educação aumenta a produtividade da mão-de-obra (4% por ano de formação suplementar na agricultura), assim como os seus rendimentos (de 10% por cada ano de formação suplementar). Ela será assim capital, não somente no imediato mas também para facilitar a transferência da mão-de-obra do sector informal para o sector formal que caracteriza as economias em vias de modernização. Ela confere aos trabalhadores competências de base que são indispensáveis para adoptar com flexibilidade a evolução do mercado de emprego, e que constituem a base sobre a qual se apoiam know-how mais técnicos conferidos pela formação profissional.
- Ao dar uma voz aos pobres, a educação, formal ou não, reduz as desigualdades por exemplo entre os géneros, grupos étnicos e grupos socio-económicos. Ela promove a participação democrática, ela mesma garante da "apropriação" dos programas de desenvolvimento para os actores sociais, tal como a preparação desta estratégia o pode comprovar, e a garantia da durabilidade dos programas.
- A escola, lugar privilegiado, mas não exclusivo, de aprendizagem dos alunos, é também um espaço de convívio onde se forjem a coesão social e a cidadania responsável.
- Ao nível individual, e em particular nas meninas, futuras mães, a educação constitui um grande factor de regulação do tamanho das famílias, assim como da melhoria da saúde, da nutrição e de educação das crianças e da prevenção dos flagelos sociais como a droga, o SIDA, a gravidez precoce ou as MSTs. Ela contribui para criar um círculo virtuoso cujos efeitos positivos se propagam de uma geração para outra, e que está na origem de um certo número de "milagres" económicos e sociais no mundo.
- A educação secundária e terciária será mais do que nunca indispensável para a formação de uma elite que alvejamos formada segundo o princípio do mérito, preocupada com a excelência e consciente das suas responsabilidades sociais.

11. A educação não poderá sozinha resolver todos os problemas, nomeadamente o do emprego mas, numa sociedade respeitosa dos direitos dos homens como a nossa, ela arma as pessoas de saber, de atitudes e de valores que elas precisam para poderem tirar melhor partido das oportunidades que lhes oferecem a economia de mercado.

12. Esta convicção marcou os programas da maior parte dos governos santomenses desde a independência. Ao longo dos anos, esforços foram envidados para realizar o sonho de uma educação de qualidade para todos. Até 1986, o acento foi dado à democratização da educação, com campanhas de alfabetização e expansão massiva da escolarização. A partir desta data e até 1994, com a ajuda portuguesa, nós nos debruçamos sobre uma reforma visando a melhoria da qualidade. Paralelamente, foi introduzida a Educação em matéria de população e a Educação familiar com o FNUAP, e a Rádio Educativa com a UNESCO, e uma dezena de projectos através da ajuda bi ou multilateral. Em 1994 o Fórum Nacional da Educação, vasto processo participativo, anunciava seis programas prioritários. Mais recentemente uma estratégia foi elaborada com o apoio da UNESCO e da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA). Todos documentos sectoriais são unânimes em privilegiar a educação de base (inclusive a alfabetização) e a formação profissional, a questão dos professores e a da gestão do sistema, nomeadamente a sua descentralização. Estas prioridades são apoiadas pelo HIPIC.

13. Com a conferência mundial sobre a Educação para Todos (EPT-Jomtien, Tailândia, 1990), e depois com o Fórum mundial da Educação (Dakar, Senegal, 2000), cujas recomendações convergem com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio<sup>1</sup> (2000), nosso engajamento adquiriu um carácter cada vez mais urgente. Simultaneamente, a nossa visão se enriqueceu com as contribuições trazidas tanto pela participação de novos actores ao nível nacional, como também pelas múltiplas experiências e investigações internacionais que alimentaram os debates destes últimos anos sobre a Educação para Todos ao longo da vida na sociedade de aprendizagem.

14. *Objectivo. Este é o contexto no qual se inscreve o presente documento, que visa a proteger a nossa Visão do sector educativo de São Tomé e Príncipe para os dez próximos anos (2007-2017) e a alinhar uma Estratégia e um Plano de Acção que permita materializar esta Visão. Convém nesta época de mudanças rápidas que esta estratégia seja considerada mais como um itinerário de descoberta do que um plano rígido de engenharia, e os objectivos propostos como uma destinação e não como estatísticas contabilísticas. Isto porque, para além do seguimento dos indicadores técnicos mais ou menos complexos, abordaremos as reformas subjacentes à esta estratégia como um processo de aprendizagem colectivo contínuo onde o que está em jogo é uma transformação profunda da nossa sociedade em busca crescente do bem estar, de justiça e de estabilidade.*

---

<sup>1</sup> Ver Capítulo III

## CAPÍTULO II. PASSAGEM EM REVISTA DO SECTOR EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

1. A história do desenvolvimento educativo de São Tomé e Príncipe fez sobressair, durante o período que seguiu a ascensão à independência (1975), uma fase de progressos impressionantes que permitiram ao nosso país de recuperar o atraso acumulado durante o período colonial e de se posicionar favoravelmente face à um grande numero de países africanos. Esta primeira fase engloba um período caracterizado por um regime de partido único e uma gestão centralizada da economia. Ela foi substituída a partir de 1990 por uma série de desintegrações políticas e sociais ligadas às privatizações precipitadas, insuficientemente preparadas e acompanhadas, que provocaram uma baixa dos meios disponíveis e uma degradação progressiva dos indicadores tanto quantitativos como qualitativos. Desde o final da década de 90 que se constata uma certa melhoria e o novo governo de coligação nacional se comprometeu a romper com o círculo vicioso de sub-financiamento e de fracos rendimentos do sector educativo.

2. O Sistema Educativo de S. Tomé e Príncipe rege-se pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 2/2003). A organização geral do sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

3. Na prática, esta estrutura não está ainda em vigor, nem ao nível das infra-estruturas, nem ao nível dos programas de estudos e de pedagogia. O sistema funciona ainda segundo o modelo herdado de Portugal, a saber 4 anos de ensino primário, teoricamente para as crianças de 6-10 anos + 7 anos de ensino secundário (o secundário de base 5-9 anos, teoricamente para as crianças de 11-14 anos) + ( o secundário pré-Universitário 10-11). O 9º ano é de facto considerado como pertencendo ao ciclo pré-Universitário. Está previsto o restabelecimento do ano pré-primário suspenso desde 1989/90 e a introdução do 12º ano no final do secundário<sup>2</sup>.

#### 4. Educação Pré-Escolar

➤ A educação pré-escolar é facultativa (não é obrigatória) e está destinada a atender as crianças menores de 7 anos.

A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

Incumbe ao Estado apoiar a existência de iniciativas no âmbito do desenvolvimento da educação pré-escolar. A rede de educação pré-escolar, é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local, associação de pais e de moradores, organizações sindicais e de empresas. Ao ministério compete definir as normas gerais de educação pré-escolar nos seus aspectos pedagógico e técnico.

---

<sup>2</sup> Este ano existe somente na escola Patrice Lumumba e no IDF.



5. **Educação Escolar:** Esta composta por: 1) Ensino Básico; 2) Ensino Secundário, 3) Ensino Superior; 4) Educação Especial; 5) Ensino Contínuo de Adultos e a 6) Formação Profissional,

- **Ensino Básico:** O ensino básico é universal, obrigatório, gratuito e tem a duração de seis anos. A ensino básico compreende dois ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro e o 2º de dois de anos.  
No 1º ciclo, que vai da 1º a 4º classe, o ensino é globalizante responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas. No 2º ciclo, que vai da 5º a 6º classe, o ensino organiza-se por disciplinas de formação básica.  
A conclusão do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma e da passagem ao seguinte nível (ensino secundário)
- **Ensino Secundário** Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico. A frequência da educação secundária é facultativa.  
O ensino secundário compreende dois ciclos, sendo cada um de três anos. O 1º ciclo no ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas contemplando a existência de cursos predominantes orientados para a vida activa ou para prosseguimento de estudos no 2º ciclo.  
No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.
- **Ensino Superior:** O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com o ensino secundário ou equivalente que façam prova de capacidades para sua frequência.  
O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior. No ensino universitário são conferidos os graus académicos de bacharel, licenciado, mestre e doutor e o ensino politécnico confere os graus académicos de bacharel e de licenciado.  
Os estabelecimentos de ensino superior podem realizar cursos não conferentes de grau académicos cuja conclusão como aproveitamento conduza à atribuição de um diploma.

6. **Modalidades Especiais de Educação Escolar:** Constituem modalidades especiais de educação escolar: i) A educação especial; ii) o ensino recorrente de adultos; iii) a formação profissional e o; iv) O ensino à distância.

- **Educação Extra Escolar:** A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.  
A educação extra-escolar tem como outro objectivo uma integração dinâmica de os indivíduos no mundo do trabalho. A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente.

As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.

### ***Acesso e participação<sup>3</sup>***

7. A pirâmide de idade do nosso país põe em evidência uma população muito jovem, pois, segundo o último recenseamento, em 2001, os de menos de 25 anos representavam 65,2% de um total de 137.600 habitantes, e a população de 0 à 14 anos, ou seja 42%, com um peso demográfico constantemente em crescimento.

8. Os nossos indicadores de escolarização sofreram um declínio durante a década de 90. Eles continuam relativamente satisfatórios para os quatro anos do actual nível primário, mas degradam rapidamente a partir da 5ª classe. É verdade que somente 18% do grupo dos 3-5 anos beneficiam de serviços de cuidados para a pequena infância. , mas, em compensação, para as 4 primeiras classes a taxa de escolarização, no ano lectivo 2005-2006 é elevada (TBE = 126%; TLE= 87,7%), a taxa de conclusão é de cerca de 76% e a taxa bruta de admissão é igualmente elevada, superior a 99%. Para os níveis de 5ª e 6ª classes regista-se uma taxa bruta de escolarização de 97,8% e uma taxa líquida de escolarização de apenas 39,6%. A taxa de finalização do primário - que é um indicador muito mais importante porque reflecte o tempo teoricamente passado a aprender - ascenderia em STP à 61% (6ª classe), contra 48% (geralmente nos 6 anos) para os outros países africanos com rendimento/habitante inferior à US\$ 1200. A transição entre a 4ª e a 5ª classe é marcada por um desperdício situando se a uma taxa de 72,3%

9. Em termos de cobertura e de acesso as limitações na oferta de escolas a nível de 5ª e 6ª classes constituem um dos maiores entraves à escolarização das crianças da faixa etária correspondente a este nível de ensino. Para este sub-nível de ensino, existiam somente 13 escolas em que frequentam 7747 alunos, sendo 3871 raparigas (49,9%)

10. Os resultados ao nível do primário puderam ser alcançados em partes, graças aos importantes investimentos nas infra-estruturas e à pequena dimensão do país, que fazem com que 63% dos alunos do ensino primário vivam a mais de 1km da sua escola, e 32% a menos de 3km. Acresce à esta constatação, o uso intensivo de salas de aulas no meio urbano: cerca de 2/3 dos 22000 alunos do primário estão escolarizados em dupla vacação e cerca de 1/3 em «regime triplo», com rácios de alunos/professor de 37,8/1 e 33,6/1 respectivamente, rácios estes sob o limiar crítico de 40/1. Todavia, trata-se de médias e a sobrecarga das salas nas cidades é evidente, particularmente no Liceu Nacional onde os efectivos de 70-80 alunos parece ser a norma.

11. No ano lectivo 2001/2002 existiam apenas 42 creches e 16 jardins-de-infância em que estavam inscritas um total de 4 677 crianças.

---

<sup>3</sup> Os dados relativos às taxas de escolarização devem ser tratados com prudência porque existe uma certa imprecisão nos dados tanto ao nível da contagem demográfica como ao nível dos números das faixas etárias. Se os resultados do recenseamento de 2001 modificam no sentido favorável a análise da evolução da escolarização ao nível do primário, a taxa de crescimento demográfico sendo menos elevada do que o suposto, eles não afectam a substância das recomendações feitas aqui.

12. Actualmente, ano 2005-2006 a taxa bruta de escolarização, considerando o grupo de população de 5 e 6 anos, é de 66,96 e a taxa líquida é de 22,32%. Frequentam o nível de pré-escolar, 6398 crianças entre 0 e 6 anos.

13. Em ano 2006 o parque escolar está composto por 77 escolas primárias e 16 estabelecimentos secundários; destes últimos, 7 leccionam que o EB2, 3 propunham da 5ª a 8ª classe, 5 asseguravam da 5ª a 9ª classe, um outro, da 7ª a 11ª classes. Essa heterogeneidade, apesar de ser um sinal de flexibilidade, obriga a uma certa racionalização numa perspectiva de eficácia e de qualidade.

14. O número de escolas do ensino básico que oferecem o ciclo completo do Ensino Básico (1-6 classe) passou de 2 para 4, entre 2005 e 2006. O número de escolas em regime de tripo turno reduziu de 27 em 2003 para 12 em 2006.

15. A procura de educação, é importante ao nível social sobretudo nos primeiros anos de escolaridade, mas diminui paulatinamente devido a um conjunto de razões, das quais as mais determinantes parecem ser de ordem económica e as atitudes dos pais em relação à qualidade e a importância da escola. Em 2000-01, cerca de 13,6% das crianças de 6-9 anos nunca teriam frequentado a escola.

16. A partir do término do ensino primário, as limitações do lado da oferta (as salas de aula e os professores) parecem pesar cada vez mais, porquanto, mais de um quarto dos alunos do secundário vive a mais de 3 km da sua escola. Do lado da procura, os jovens são cada vez mais solicitados para ajudar no trabalho agrícola, cujo calendário entra as vezes em conflito com o da escola, ou arranjam um emprego remunerado.

17. As implicações da carta escolar em termos de desigualdade no acesso à níveis de educação pós-obrigatória são evidentes: as crianças que prosseguem a sua escolaridade para além do ensino primário provêm de meios urbanos mais favorecidos e não são forçosamente os mais capazes ou os mais motivados. O problema se agrava ao nível do ensino pré-universitário e terciário, concentrado em dois estabelecimentos. A situação é também problemática no que concerne a formação técnica e profissional, para a qual o Centro Politécnico (sob a tutela do Ministério da Educação) não tem nenhuma dependência e o Centro de Formação Profissional (sob a tutela do Ministério de Trabalho) não dispõe por enquanto que de dois pólos descentralizados (pilotos) o que encoraja o êxodo rural. Este factor se conjuga com uma cultura de reprovação (cf para. 15) que encoraja o abandono o que implica que sobre 100 crianças que entraram na 1ª classe em 1999, somente 68 ascendiam à 5ª classe em 2003, 38 à 8ª classe em 2006 e 14 finalizaram à 11ª classe em 2009.

18. Relativamente ao género, se as meninas são desfavorecidas no que toca o acesso à escola primária (81 meninas para 100 rapazes), é o inverso que se verifica no que toca a aprovação (83% para as meninas contra 73% para os rapazes), de maneira que a diferença entre os sexos diminui após 4 anos. Para além do ensino primário, e apesar que a experiência internacional tenha amplamente confirmado as vantagens *inter-geracionais* mais substanciais produzidas pela escolarização das meninas (que se tornando mães estarão mais atentas à educação e à saúde dos seus próprios filhos), por razões culturais é aos rapazes que os pais dão prioridade quando se trata de escolher, como aquando da crise de 1997 (quadro II.2).

19. Os efeitos da escolarização são mais fracos nas faixas etárias mais elevadas. **A taxa de alfabetização dos mais de 15 anos** atinge 83,1% em média, e o número médio de anos de estudo no seio dos adultos, é de 5,36. Neste caso os indicadores médios são satisfatórios em relação a Africa Sub-Sahariana (taxa de alfabetização de 39,7%), ou em relação aos países com fraco rendimento (taxa de alfabetização de 38,2%, número médio de anos de escolaridade dos adultos: 4,4).

20. O quadro II.4 evidencia, porém, **variações importantes entre os distritos**, alcançando até 18 pontos percentuais de alfabetizados entre Lembá (69,9%) e Água Grande (88,2%) e quase 2 anos de escolaridade entre Cauê (4,3 anos) e Água Grande (5,96%); as diferenças mais significativas coincidem de perto com a carta da pobreza. De igual modo, constata-se uma diferença de quinze pontos percentuais entre a taxa de alfabetização masculina (91,1%) e feminina (75,6%), e dos dados do terreno por distritos confirmam uma forte correlação positiva entre a amplitude da variante entre homens e mulheres e a profundidade da pobreza.

### **Qualidade da educação**

21. Se os indicadores quantitativos são melhores do que os que se poderia prever atendendo o nível de desenvolvimento económico do país, ao contrário, a qualidade da educação, no sentido lato - conhecimentos cognitivos e sociais, pertinência, eficácia - deixa muito a desejar. Os níveis de conhecimentos dos alunos - mais do que nunca o objectivo central da escola na sociedade de aprendizagem - e eficácia interna do sistema são particularmente preocupantes.

22. A avaliação dos **conhecimentos dos alunos** (sample?) da 3ª classe realizada em 1998 pelo projecto MLA com o apoio de UNICEF e do UNESCO revelou notas médias de 47/100 em português, 48/100 em matemática (abaixo do mínimo previsto de 50/100), e de 72/100 no domínio das competências da vida quotidiana. Ao nível do secundário, os resultados dos exames do final do ciclo e a necessidade de classes de «preparação» aquando da passagem de uma instituição para outra ou para os bolseiros no exterior, confirmam este fenómeno. Também neste caso a correlação negativa entre os níveis de conhecimento e a pobreza continua sendo uma constante.

23. **A eficácia interna do sistema é fraco** com taxas de aproveitamento de 78%, 52% e 66% somente para o ensino primário, o secundário de base e o pré-universitário e taxas de reprovação de 27%, 32% e 28% respectivamente (atingindo até 40% na 9ª classe) (cf. Quadro II. 4 e 5). Considerada pela maioria dos pais e de professores como sendo um sinal de rigor e de exigência, a prática da reprovação é com efeito a prova de uma educação centrada sobre o professor e não sobre o aluno como preconiza a pedagogia moderna. Ainda por cima ela deu provas universalmente de ineficácia (cf Capítulo IV.B): ao se desencorajar o aluno e diminuindo as expectativas do professor, uma reprovação aumenta com efeito a probabilidade de abandono de 50%, e duas reprovações faz aumentar para 90%. Na medida em que cerca de 1/3 das despesas públicas de educação são «desperdiçadas» sob a forma de reprovação e de abandonos, estimaremos todo o potencial numa política enérgica de luta contra o insucesso escolar,

ao nível tanto da qualidade que da equidade, porquanto as crianças mais afectadas são as mais desfavorecidas.

24. Procurando as origens deste balanço qualitativo, constatamos que os **inputs base** são insuficientes. O essencial é o tempo consagrado efectivamente aos estudos, sabendo que o mesmo constitui um dos ingredientes mais importantes da aprendizagem. Por um lado as crianças frequentam a escola apenas durante 4 horas/dia, contra 5 a 6 nos outros países da região. Por outro lado, os alunos escolarizados em regime triplo ficam em desvantagem, passando somente 800mn/semana na escola, contra 1.125 para os seus pares em regime duplo. Por outras palavras, os primeiros passam 2/3 do dia fora da escola. Enfim, as observações directas revelam uma utilização pouco eficaz do tempo passado nas aulas, desconhecimento dos objectivos dos programas, enquanto que os professores pouco formados não dominam as técnicas de planificação pedagógica, os manuais são raros e a cópia e a memorização são as técnicas favoritas. O aspecto qualitativo deste problema reveste uma dimensão de equidade para os alunos do regime triplo. A passagem para um regime de jornada completa está prevista no âmbito da introdução do novo programa de estudos e exigirá uma preparação intensiva.

25. Se 83% e 90% das infra estruturas do ensino primário e do actual ensino secundário (Projecto de carta escolar, 2000) estão em boas condições, os equipamentos e móveis (cadeiras, carteiras, armários) estão largamente em falta (Quadro I.4). Um inventário dos manuais disponíveis está em curso, todavia, uma rápida observação aponta para a raridade dos mesmos, pois a impressão dos textos foi suspendida há anos atrás. As crianças dispõem apenas do mínimo no que concerne os materiais escolares e tudo indica que as despesas relativas aos mesmos constituíram um elemento dissuasivo para as famílias muito pobres. As bibliotecas, embora fossem objecto de boa manutenção, são geralmente pobres e vetustas. Apesar de 65% das escolas primárias disporem de casas de banho, elas são raramente separadas por sexo, o que contribui para a diminuição dos efectivos femininos, e na maioria dos casos esses sanitários estão fechados por falta de água; apenas 44% dos edifícios possuem electricidade. Actos de vandalismo privaram o Liceu Nacional do seu laboratório de ciências há mais de três anos.

26. O estado de **saúde e de nutrição dos alunos** é um factor importante de concentração e de aprendizagem e de perspectivas de prevenção das MST e de gravidez precoce (outra causa frequente de abandono) e do HIV/SIDA nos adolescentes (como nos professores). A este respeito, o programa transversal de educação em matéria de sexualidade e saúde reprodutiva, apoiada pelo FNUAP, o programa piloto da UNICEF para a formação dos professores e a promoção da saúde na escola, a presença do PAM em as escolas primárias (mais não no pré-escolar) e o programa «pão e leite» apoiado pela U.E. são aspectos extremamente positivos.

27. Mais estas intervenções são relativamente recentes e não foram suficientes para compensar a degradação dos serviços durante a década de 90. Actualmente a ausência de programa de saúde escolar e política de saúde nas escolas e a suspensão de visitas das equipas moveis explicam a incidência grave, e as vezes endémica em certas zonas rurais, de infecções que vão desde os parasitas intestinais à schistosomiase, passando pelo paludismo e problemas de visão, audição e dos dentes. Com a falta de informação/educação e as rupturas de stock de preservativos, o HIV/SIDA poderá ganhar proporções de crise, comparáveis à dos outros países onde a classe dos professores é aniquilada, a esperance de vida está diminuída, o número de órfãos e de

crianças vulneráveis aumenta rapidamente e as oportunidades tendem a diminuir, particularmente para as raparigas.

28. Mesmo lá onde as condições materiais estão presentes, isto não é suficiente para garantir a qualidade da educação. As crianças chegam **mal preparadas para a escola**: enquanto que STP foi um dos raros países africanos a se dotar de uma rede de instituições consagradas ao despertar e ao desenvolvimento da pequena infância, hoje o número de crianças que beneficiam de uma atenção particular representa apenas 22,32% dos 3-5 anos, com importantes disparidades entre as regiões (15% no Centro contra 41% no Sul). A oferta para os de menos de 3 anos e o pré-escolar (6 anos) é quase inexistente. Mesmo para os mais privilegiados, o potencial que representa o acesso à estes serviços é limitado por falta de um currículo adaptado, falta de meios materiais, os rácios de enquadramento são insuficientes para um pessoal cuja boa vontade não chega para colmatar a falta de informação e as dificuldades de supervisão.

29. Todavia, é dentro da problemática da **classe dos professores** que reside o obstáculo mais sério para a melhoria da qualidade do ensino. A formação dos professores conheceu várias dificuldades e está actualmente suspensa para o ensino primário. Os níveis de salários pouco atractivos e a ausência de carreira e oportunidades de desenvolvimento profissional desencadearam o êxodo de uma boa parte do pessoal qualificado e a desmoralização dos que ficaram.

30. Um dos desafios máis importantes que deve enfrentar o MECJD, e a melhoria da formação e capacitação dos professores que exercem a função docente em todos os níveis de ensino. Actualmente, no ano 2006, 62,4% dos educadores do ensino pré-escolar, 61,2% dos professores do ensino básico e 73% dos professores de ensino secundário, não têm formação adequada. Esta situação é ainda mais grave quando se verifica que em todos os níveis de ensino, 100% dos professores máis jovens, com menos de 24 anos, não têm formação para a docência. A ampliação da cobertura e o acesso em todos os níveis de ensino está sendo realizada em detrimento da qualidade da educação. O futuro da qualidade educativa de STP encontra-se em grave risco si não forem tomadas medidas urgentes para superar esta situação. **Como para os outros indicadores de qualidade, nos distritos mais pobres a concentração de professores primários não formados era particularmente elevada (94% em Lembá contra 39% em Água Grande).**

31. Com a falta de meios de funcionamento, os metodólogos e os inspectores foram paulatinamente diminuindo a frequência de visitas no terreno. Assim, o absentismo agudizou-se, as reuniões bimensais de formação em serviço tornaram-se mais uma formalidade do que substancial e os professores, jovens em particular, têm um sentimento de impotência, e não recebem nenhum apoio do sistema e nem são objectos de nenhum controlo de qualidade. Esta situação, surgida num período de crise, perdura e tende a tornar-se norma.

32. Outro factor chave, são **os programas de estudo** que datam de uma vintena de anos, pois o currículo elaborado em 86 com a Fundação GulbelKian não foi implementado. Os nossos manuais não reflectem as evoluções engendradas pela investigação e pelas

mutações da sociedade ocorridas na última década. De igual modo, a pedagogia não conseguiu integrar os progressos significativos ligados à democratização da educação e continua centrada no professor primário. A prova reside nas taxas de reprovação, já altas e cujo aumento deixa-nos temer que o sistema se torne cada vez mais repressivo.

33. Enfim, as preocupações imediatistas relativas aos materiais nos últimos 10 anos mobilizaram a atenção e as energias em detrimento de uma verdadeira política escolar. Isto aconteceu ao mesmo tempo que se desenvolvia num certo número de países um conjunto de experiências e de conhecimentos decisivos sobre a natureza da sistemática da mudança na educação, assim como o papel central da escola na melhoria da qualidade, e, por conseguinte, na estratégia de redução da pobreza.

34. Resumindo, apesar das taxas de escolarização e de conclusão elevadas para o ensino primário, cada ano um certo número de jovens (1600 em 98/99) entra no mercado de trabalho com pelo menos 4 anos de instrução. Esta transição é geralmente difícil por várias razões: passagem breve pela escola - 5 a 6 anos são considerados como o mínimo exigido para adquirir de maneira duradoura competências de base necessárias para a sobrevivência na sociedade contemporânea; escassez de empregos correspondente aos seus perfis; «arcaísmo» do programa de estudo, cortado da modernidade e da cultura juvenil; ausência de mecanismos de orientação, de conselho, de acompanhamento, desenvolvimento embrionário de formação profissional, largamente concentrada na capital, etc...

35. Tudo isto faz com que muitos jovens, ao terem que entrar no mercado de trabalho se refugiam no sector informal e têm tendência a lá ficarem. Para aqueles que prosseguem os seus estudos, nenhum ciclo os prepara verdadeiramente para a transição para o emprego ou para os desafios intelectuais crescentes que os espera nos níveis superiores. Uma juventude decepcionada, geralmente sem emprego, (a taxa de emprego dos jovens é superior à dos adultos actualmente estimada em cerca de 15%), representa uma ameaça para a coesão social, o que exige da nossa parte uma acção rápida, eficaz e determinada.

### **Equidade**

36. Tendo como pano de fundo os indicadores quantitativos superiores aos dos países comparáveis, pelo menos no ensino primário, mas indicadores de qualidade e de eficácia preocupantes a todos os níveis, a análise de oportunidades e de resultados entre as regiões, entre categorias socioprofissionais e entre os géneros, evidencia um quadro mitigado do qual resumimos os principais aspectos:

- Para o sistema de educação formal:
  - No final da década de 90 constatava-se nas taxas de escolarização primária uma diferença de 8 pontos entre crianças pobres e muitos pobres (cf Quadro II.7)
  - A distribuição de *inputs* - por ex. a repartição de professores qualificados, acesso às cantinas do PAM...- indica disparidades importantes em desfavor das pequenas escolas rurais isoladas
  - A implantação geográfica dos estabelecimentos do ensino secundário constitui uma clara desvantagem para os jovens das zonas rurais,

- apelando para um melhoramento da carta escolar a favor destas zonas e uma melhor regulação dos fluxos para reforçar a selectividade, garantindo, ao mesmo tempo, um melhor equilíbrio regional
- O mesmo acontece ao nível das ofertas de formações profissionais concentradas na capital, o que encoraja o êxodo rural
  - Se as raparigas são desfavorecidas no acesso à escola primária, a diferença entre os sexos diminui após 4 anos. Todavia, embora os melhores resultados são obtidos pelas raparigas nas avaliações dos alunos da 3ª classe (1998), para além do actual ensino primário, os pais continuam a dar prioridade aos rapazes em termos de educação.
- Ao nível da alfabetização:
    - A diferença entre as mulheres e os homens é mais acentuada a medida que se passa para faixas etárias superiores
    - Esta diferença é tanto maior quanto a pobreza for importante na zona considerada

37. A existência de uma ligação estreita - de causa e de efeito- entre a alfabetização das mulheres, a escolarização das raparigas e o desenvolvimento económico e social, implica que toda estratégia de redução da pobreza deve incorporar claramente medidas voluntaristas, não apenas para melhorar o nível de educação das jovens raparigas e das mulheres, mas também para sensibilizar toda a população quanto à problemática complexa do género que diz respeito à todos os sectores.

### **Gestão**

38. As descobertas nos últimos 10 anos sobre o processo cognitivo, sobre a mudança educativa, e em matéria de *management* nos esclarecem sobre as razões pelas quais os enormes investimentos efectuados pelo país não surtiram frutos esperados:

- Estes investimentos foram feitos sobre **inputs isolados e pontuais** (ex: construção de escolas, formação de administradores ou inspectores, impressão de manuais...), sem reconhecer que estes *inputs* faziam parte de um sistema cujos elementos estão interligados;
- Estes investimentos não foram inscritos numa estratégia conjunta que visa objectivos concretos e claros de aprendizagem dos alunos, considerando a dinâmica da sala de aula, nem procuraram criar sinergias entre os diversos elementos do sistema. Ora, estes elementos são indispensáveis para que haja uma mudança profunda da mentalidade dos professores e do funcionamento da escola que é a condição *sine qua non* da melhoria da qualidade;
- Pouco foi feito para implementar os mecanismos institucionais que garantam a perenidade da mudança: o apoio material do Ministério foi imprevisível por causa de problemas macro-económicos; as decisões foram muito centralizadas e não são necessariamente adequadas para o contexto local de cada escola, daí a impossibilidade de se responsabilizar os actores e de exigir deles resultados concretos. Mais ainda, os actores não foram implicados na formulação das políticas, daí advém as suas resistências quanto a sua implementação;
- Não se criou infra-estrutura de informação exigida para orientar a tomada de decisão, avaliar os progressos e alimentar este processo de «aprendizagem colectiva» que é a mudança na educação («*O quê que funciona? O quê que não funciona? Porquê? Como fazer melhor? É factível e em que condições?*»). Trata-se evidentemente de



avaliar em particular os conhecimentos dos alunos, mais também de outros parâmetros técnicos e financeiros importantes e de forma geral, a maneira como cada actor assume as suas responsabilidades:

- Enfim, não foi dada à equidade toda a importância que ela merece ao se efectuar análises detalhadas da amplitude e a evolução das diferenças (entre distritos, entre géneros, entre grupos socio-económicos e étnicos) e ao se tomar medidas de compensação necessárias.

39. Podemos afirmar que o sistema actual «administra a penúria» de maneira rotineira em vez de gerir recursos de forma a obter resultados, procurando pragmaticamente abordagens susceptíveis de «produzir resultados» e a custos mínimos. É neste sentido que as funções chave - planificação, orçamentação, desenvolvimento dos recursos humanos, fluxos financeiros, sistemas de avaliação e seguimento, apoio e controlo - devem ser repensadas. A disponibilidade de pessoal à tempo completo, melhores incentivos, o desenvolvimento profissional deverão ser acompanhados de maior exigência de rendimentos no contexto de responsabilidades claramente definidas pelo Estado, com a participação de todos os parceiros.

### **Financiamento**

40. Os resultados acima evocados e as possibilidades de melhoria na perspectiva dos seis objectivos de Dakar (Capítulo III - Educação para todos - EPT), são esclarecidos por uma análise do financiamento da educação<sup>4</sup>.

- Nível global de financiamento

41. A parte do PIB afecta à Educação em STP - 4,2 % em 2004 - vem aumentando ao longo dos anos, ela se aproxima da de um grupo de 41 países comparáveis que têm um rendimento p.c./ano inferior à US\$1000 e altamente endividados, para os quais ela varia entre 4,18 e 3,23. É de facto capital que a despesa total de educação atinja o nível mínimo suficiente para garantir a realização dos objectivos de Dakar.

- Estruturas das despesas por nível de educação

42. [[A análise dos orçamentos do MEC por nível de educação indica que não existe distorção grave, apesar destas despesas não incluem as despesas ligadas às bolsas universitárias no exterior. Esta última despesa exige da nossa parte uma gestão cuidadosa, sabendo que não existe exemplo de sucesso económico ou social nos países que toleraram uma expansão desequilibrada deste nível em detrimento da base da pirâmide educativa. O declínio da parte consagrada tanto ao ensino primário como ao secundário foi compensada por um grande aumento da rubrica «Outros», que no futuro será discriminada para garantir maior transparência. Os 34% do orçamento previstos em 2003 para os 4 anos do ensino primário, uma vez feita a extrapolação para os 6 anos da educação de base, atingirão de justeza a barra de 50% que constitui a norma para realizar o EPT. Ficaremos vigilantes quanto aos objectivos orçamentais a fim de preservar a equidade na perspectivas dos objectivos de Dakar.]]

43. Nossos custos unitários são modestos - 7,8% do PIB/hab. ao nível do ensino primário, ou seja a metade da média da África francófona e um pouco menos do que dos

---

<sup>4</sup> Esta secção foi extraída na sua grande parte da " Nota sobre a situação da educação em São Tomé e Príncipe" de M. Rakotomalala, S.Sow e A. Mingat

países anglófonos. Eles são ainda mais baixos ao nível do secundário - 9,6% do PIB/hab., ou seja 1/6 da média para a África anglófona. No que toca o terciário, ao nível local eles são muito elevados em relação aos do primário e do secundário devido aos poucos efectivos; no que concerne os bolseiros no estrangeiro, eles atingem quase 4 vezes o c.u. do primário, sendo compensado pelo efectivo relativamente limitado dos estudantes (cf Quadro II.9)

44. Tais níveis de despesa/aluno são objectivamente insuficientes para assegurar uma qualidade adequada sobretudo no secundário. Eles explicam em partes a taxa de repropoção<sup>5</sup> e de perda muita altas do nosso sistema educativo.

45. A educação privada constituiria um meio equitativo e eficaz para aumentar o financiamento do sector. Os nossos 2 principais estabelecimentos privados, que utilizam os programas estrangeiros e que têm vocação elitista, representam apenas 1,3% dos efectivos de 6-14 anos. Existe uma demanda social importante, mas não necessariamente salvável, para este tipo de ensino. O potencial de desenvolvimento do sub sector da elite é limitado pela dependência vis à vis da cooperação estrangeira que não está na fase de expansão; ao invés, nós vislumbramos perspectivas bastante promissoras no que toca as escolas comunitárias que seriam geridas pelos antigos professores que dão actualmente aulas particulares.

46. Para além do controlo de bolsas no exterior, nossa estratégia para melhorar a eficácia implicaria: (i) uma redução drástica das taxas de repetição e de abandono a fim de liberar os recursos assim «desperdiçados», (ii) uma melhoria da taxa de execução do orçamento, actualmente de (86%); e (iii) esgotados estes aspectos, um aumento progressivo, estável, duradouro, e rigorosamente gerado do financiamento do sector que daria prioridade ao primário. A boa notícia é que, visto a nossa taxa de escolarização elevada do primário, os aumentos dos meios poderão ser orientados na sua maioria para a melhoria da qualidade, do sucesso escolar e da eficácia.

- O Custo da Qualidade

47. Para melhor compreensão dos problemas de qualidade, convém que a análise dos custos unitários seja feita por tipo de despesas. O Quadro II.9 evidencia (i) os baixos níveis de tratamento dos professores - 1,46 e 1,42 vezes o PIB/habitante, respectivamente para o primário e o secundário, contra mais de 3 e 5 vezes para os países comparáveis; o fraco atractividade da profissão, apesar de uma carga horária ligeira e dos efectivos de alunos relativamente pouco numeroso, explica claramente porquê que entre 1999 e 2001 a proporção de professores primários não qualificados passou de 51% para 60%; (ii) um bom enquadramento dos professores e não professores; (iii) despesas de funcionamento substanciais. As despesas extra salariais dos professores representam 53% do custo unitário para o primário e 35% para o secundário, a comparar com os 70-90% dos países comparáveis. Por outro lado, estas despesas extra salariais financiam mais o funcionamento (combustível em particular) do que os recursos de aprendizagem. A combinação de inputs não é por conseguinte pedagogicamente eficaz.

---

<sup>5</sup> As taxas elevadas de repetição dependem também da política educativa centrada sobre o professor e não sobre o aluno; a ineficácia desta política em termos de aprendizagem dos alunos e seu impacto sobre a taxa de abandono, foram demonstrados.

48. Desta rápida análise - partida dos professores qualificados, efectivo importante do pessoal não professor, cujo valor acrescentado é parco e decrescente, ausência de manuais e visita de apoio e de controlo - surge a necessidade de um reequilíbrio a favor do tratamento dos professores em relação aos outros inputs. Toda elevação deste tratamento deverá porém ser acompanhada de uma maior exigência de performance tanto qualitativa - competências confirmadas - como quantitativas - tempo de presença na sala de aula e eficácia na utilização do tempo. Na espera de análises complementares para determinar uma nova escala de salários que sejam competitivos, profissionais e sustentáveis ao longo do tempo, nós propomos de voltar ao sistema de «gratificações» recompensando os resultados, ou se estes não forem óbvios, as competências ou esforços particulares.

- Equidade na distribuição do financiamento

49. Os parágrafos precedentes mostram que para fazermos da nossa política educativa um verdadeiro instrumento ao serviço da equidade e da luta contra a pobreza, uma desagregação mais detalhada das despesas (e dos resultados) por distrito, género e nível de rendimento é necessária.

50. Nós prevemos de estudar as despesas privadas de educação, nomeadamente os custos indirectos, discriminados segundo o sexo, associados à educação pública teoricamente gratuita (ex: as 2000,00 dobras de direito de aluguer de manuais escolares). Estes custos constituem um grande obstáculo para a realização de l'EPT. Medidas visando a redução dos mesmos foram tomadas nestes últimos meses - gratuidade dos uniformes para os mais desfavorecidos, lanche «pão e leite» para os do período de manhã, introdução do transporte escolar, programa piloto «Bolsa Escola» com financiamento da demanda (ver p...) com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Mas as despesas reais das famílias, em termos absolutos e relativos, não foram estimadas, as suas finalidades não foram determinadas com precisão, e o seu impacto na participação dos mais pobres não foi avaliada. A realização de um tal estudo a partir do Inquérito sobre as famílias é assim uma prioridade.

51. Um estudo complementar permitir-nos-á de conhecer a repartição (%) das despesas públicas por quintil de rendimento. Com efeito, os estudantes que entram no pré-universitário e no terciário vêm na sua grande maioria dos meios favorecidos. O seguimento do nível de subvenção que eles beneficiam - cujo custo de oportunidade é particularmente elevado pois beneficia mais aos particulares do que a nação - será indispensável para melhor dominar o equilíbrio entre a promoção do crescimento, a redução da pobreza e a busca de equidade.

52. O nível de qualificação dos professores apresentado no Quadro II...é revelador de desigualdades provavelmente cumulativas: as crianças mais pobres, já desfavorecidas pelos seus respectivos estado de saúde e de nutrição, são também estas que vivem mais longe da escola, cujos professores são os menos preparados, que têm menos manuais e recebem menos apoio metodológico, etc. A paridade dos meios não seria suficiente para compensar os handicaps de certos grupos. No contexto da universalização das taxas de escolarização e de conclusão ao nível primário, o país deverá intensificar os esforços com vista a «dar mais àqueles que têm menos», nomeadamente:

- Conjugando a melhoria da oferta através de incentivos à demanda de educação

- Testando em zonas periféricas um modelo de escola rural já aprovado
- Dando prioridade às raparigas/mulheres particularmente no que concerne a alfabetização, e aos rapazes/homens nos domínios onde poderão ser vítimas de discriminações.

### CAPÍTULO III: NOSSA VISÃO PARA O SECTOR EDUCATIVO

1. A visão- país com a qual o novo governo de União nacional se comprometeu é a de uma sociedade democrática, respeitosa dos direitos do homem, justa e solidária, na qual um Estado moderno, um sector privado dinâmico, e uma sociedade civil trabalham de maneira complementar para alcançar um desenvolvimento económico durável e fazer recuar a pobreza em todas as suas dimensões.
2. A contribuição do sector educativo consistirá em formar todos os cidadãos santomenses ao saber, aos valores e às exigências que eles precisam para participar plenamente no desenvolvimento social e económico do nosso país e para se realizar enquanto pessoa.
3. Para este fim, nós queremos determinar os fundamentos de um sistema educativo integrado e diversificado, baseado sobre a realização dos objectivos da Educação Para Todos (EPT) e dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Quadro abaixo) sem negligenciar todavia as necessidades de formação das nossas elites nem as exigências de eficiência e durabilidade.

EPT (Dakar)	Milenário
#1 - Protecção e educação da pequena infância, nomeadamente as crianças mais vulneráveis e mais desfavorecidas	
#2 - Acesso universal (2015) à uma educação primária gratuita e de qualidade até o seu término, em particular para as raparigas, as crianças com dificuldades e os que pertencem às minorias étnicas	Finalização de uma escolaridade primária completa para todas as crianças, rapazes e raparigas (2015)
#3 - Acesso equitativo à programas adequados visando a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para a vida corrente	
#4 - Melhoria de 50% dos níveis de analfabetismo dos adultos (2015), nomeadamente para as mulheres; acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente	
#5 - Eliminação das disparidades entre os sexos no acesso e retenção ao nível do primário e secundário (2015)	Eliminação das desigualdades entre os sexos no ensino primário e secundário (2005) e para todos os níveis até 2015
#6 - Melhoria da qualidade, nomeadamente no que concerne a leitura, escritura e as competências indispensáveis na vida corrente	

4. Algumas precisões. Escolarização (e conclusão) universais: nós alvejamos a universalização sequencial, começando pela base da pirâmide educativa. « - um sistema integrado e diversificado -> O sector educativo se baseará na escola pública, mas apoiará as iniciativas privadas/comunitárias que satisfaçam os critérios de qualidade definidos pelo Estado. A articulação «vertical» entre os níveis de educação e «horizontal», entre sectores formal e informal, será objecto duma atenção particular, através da definição de normas mínimas claras de aprendizagem por ciclo, de um sistema de equivalências, e de mecanismos de coordenação. Qualidade: a tónica será dada no apoio aos

estabelecimentos escolares e aos professores a fim de poder exigir em contrapartida muito mais. A abordagem sistemática, baseada (i) primeiramente sobre um pacote mínimo de inputs garantido para todas as escolas para iniciar uma dinâmica de aprendizagem, em condições de equidade, (ii) em seguida sobre um processo de melhoria contínua de cada escola, considerado na sua individualidade. O seguimento e avaliação dos conhecimentos dos alunos ocupam um lugar de destaque neste dispositivo para avaliar o progresso e orientar as estratégias correctivas. Numa busca de equidade, os grupos mais vulneráveis - pobres, raparigas/mulheres, crianças não escolarizadas, ...- receberão também recursos suplementares como bolsas familiares ou individuais, atenção acrescida de serviços de apoio, e «rede de segurança» sob a forma de um sistema de educação de base alternativa (EBA) de qualidade. Durante os seis primeiros anos de estudo, esforços serão envidados principalmente na retenção, a qualidade e eficácia interna. Para os 5-6 anos seguintes, estas prioridades serão acrescidas duma selectividade crescente, baseada sobre o mérito, ao mesmo tempo que uma abertura sobre o mundo exterior ( trabalho e sociedade). A formação profissional e a alfabetização dos adultos serão desenvolvidas em conexão com a demanda do mercado de trabalho e com as entidades patronais do sector privado. Para todos os sob sectores nós procuraremos a eficácia estabelecendo normas e indicadores de resultados para os diferentes elementos da nossa estratégia e encorajando, através de mecanismos específicos, uma cultura de responsabilização. Enfim, nós incentivaremos com um conjunto de instrumentos específicos a p participação de todos os actores («a educação é um problema de todos»), que é capital para garantir a durabilidade das políticas e das estratégias.

5. Os dez principais indicadores da nossa performance podem ser resumidos da maneira seguinte:

Indicateurs	2007	2012	2017
• Taxa bruta/líquidas de escolarização ((TBS-TNS) discriminadas por género, distrito, níveis de rendimentos)			
1 <sup>ª</sup> a 4 <sup>ª</sup> classes	126/87	110/95	100/99
5 <sup>ª</sup> a 9 <sup>ª</sup> classes	112/78	105/85	100/95
10 <sup>ª</sup> a 11 <sup>ª</sup> classes	(21 <sup>º</sup> -TBS)	(25 - TNS)	(45 - TNS)
• Taxa de conclusão no final do ciclo			
4 <sup>ª</sup> classe	76	90	98
6 <sup>ª</sup> classe	61,8	80	95
9 <sup>ª</sup> classe	27	50	70
11 <sup>ª</sup> classe	18	25	40
• Conhecimentos dos alunos (Português, matemática, ciências)			
3 <sup>ª</sup> classe <sup>6</sup>	47/48/72 :1	60/62/85	--

<sup>6</sup> Realizar testes na 4<sup>a</sup> classe facilitaria as comparações internacionais.

<sup>7</sup> Esta taxa deverá ser discriminada entre o EB2 e o ES1

<sup>8</sup> Cinco normas serão definidas, a fim de se criar uma sinergia de aprendizagem: infra-estruturas aceitáveis, professor minimamente qualificado, manuais, textos, saúde escolar, participação da comunidade. Dos 5, os mais importantes são os professores e os manuais escolares.

<sup>9</sup> Fonte distinta.

<sup>10</sup> Esta taxa vai de 69% para Água Grande a 7% para Caê,

9 <sup>o</sup> classe	00	--	--
11 <sup>o</sup> classe	--	--	--
• Rácio rapazes/raparigas no secundário	--		
7 <sup>a</sup> a 9 <sup>o</sup> classes	54 :46	52 :48	50 :50
10 <sup>o</sup> a 11 <sup>a</sup> classes	58 :42	53 :47	50 :50
• Proporção de escolas em regime simples/duplo/triplo	(20)/60/12		
Educação primária (1-4)	--	10/80 <sup>11</sup> /5	40/60/00
Educação secundária			
• Índice de eficácia interna por ciclo e taxa de transição para o ciclo seguinte (em%)	70/71		
Primário (1-4)	53/91	85/97	90/80
Secundário de base (5-9) <sup>7</sup>	66	--	
Secundário pré-Univ. (10-11)			
• % de professores qualificados(ou redinamizados)	45 <sup>10</sup>		
Educação primária (1-4)	38	90	95
Educação secundária (5-9)		65	95
• % de escolas de base que funcionam segundo as Normas Operacionais Mínimas <sup>8</sup>	--		
--- menos de 3 dos 5 NOMs	--	20	5
--- 3 ou mais dos 5 NOMs	--	80	95
• % de jovens de 10-17 anos na educação formal/alternativa (EBA)	27	17	10
• Taxa de alfabetização dos adultos > 15 anos (discriminada por distrito e sexo)	91		
Homens	76		
Mulheres			

6. O plano decenal (horizonte 2017) apresentado neste documento, de forma mais detalhada para os cinco primeiros anos (2007-2012), foi objecto de vastas consultas e reflecte um consenso entre os diferentes actores nacionais e com os seus parceiros internacionais. Nós resumimos no anexo A os princípios directores que sustentam as estratégias sob sectoriais.

A

## PRINCÍPIOS DIRECTORES DA ESTRATÉGIA

### *1. Melhor gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais*

- A filosofia de todo o programa é de aumentar os meios e de conceder mais apoio ao sistema a fim de poder exigir uma melhor performance
- Para cada uma das componentes da estratégia:
  - i. Clara definição das responsabilidades, dos objectivos (para as entidades), das competências e o nível de performance exigida (alunos, pessoal), das normas esperadas (*inputs*)
  - ii. Determinação dos dados iniciais e de indicadores de progresso com valor de referência
  - iii. Sistemas de seguimento e de avaliação em particular para os conhecimentos dos alunos, mais também, paulatinamente, a auto-avaliação e avaliação externa da performance das entidades (escolas, serviços do MEC...) e dos indivíduos (professores, administradores, prestadores...)
  - iv. Mecanismos de apoio para permitir de colmatar a diferença registada pela avaliação entre as expectativas e o diagnóstico de avaliação
  - v. « *Tableau de bord* » com um número limitado de indicadores permitindo um controlo social transparente da performance dos actores - chave. Estes indicadores farão objecto de vulgarização junto aos pais
  
- Seguimento dos grandes parâmetros (i) financeiros ao nível macro (PIB, orçamento, custos unitários) e micro (escola) e (ii) de gestão (rácios aluno/mestre), aluno/turma, salários, estrutura das despesas de funcionamento), procura primeiramente de eficácia/impacto, depois de eficácia/custo
- Elaboração de procedimentos administrativos simplificados, orientados para a obtenção de resultados, disseminação dos manuais de procedimento
- Promoção sistemática do principio do «guiché único» reunindo todos os serviços que requerem uma sinergia (educação/saúde/nutrição para a pequena infância, Centros de Recursos e de Apoio postos a disposição de diversos níveis do sistema educativo, «one-stop shop» como intermédio entre a formação profissional e os serviços de apoio à criação de micro-empresas, etc...)
- Revisão do sistema de incentivos visando a recompensar o esforço e recompensar os resultados, respeitando simultaneamente as orientações macros



- Implementação de um programa de desenvolvimento profissional (DP) contínuo para todo pessoal
- Parceria e complementaridade entre o sector público/privado/alternativo/comunitário/, visando a curto prazo uma melhor participação, e a longo prazo a implementação de um sistema de aprendizagem ao longo da vida.

## **2. Focalização sobre o estabelecimento escolar**

- Prioridade concedida ao estabelecimento escolar enquanto local de mudança educativa
- Abordagem integrada
  - através de um conjunto ou «pacote» de *inputs* e de processos
  - em duas etapas: (i) normas operacionais mínimas (NOMs) para todos; (ii) melhoria contínua (Projecto de Desenvolvimento da Escola) para promover a iniciativa individual
- Reforço das instituições que apoiam a escola
- Infra-estrutura de informação permitindo de apoiar o seguimento e a melhoria contínuos.

## **3. Valorização, profissionalização e melhor utilização da classe de professores**

- Valorização da imagem e da profissão de professores (IEC)
- Criação de incentivos financeiros e não financeiros para motivar a performance nas salas de aula e dos professores afectos à zonas isoladas
- Implementação de uma carreira profissional que recompensa a competência, o esforço e os resultados
- Introdução de um sistema centrado sobre a criança
- Melhoria da qualidade do ensino em duas etapas
  - «Redinamização» dos professores não qualificados ou pouco qualificados em serviço segundo um programa em alternância
  - Desenvolvimento profissional permanente para todos os professores centrado sobre a melhoria contínua da escola
- Reforma da formação inicial metendo a tónica sobre a articulação teoria-prática, aprendizagem ao longo da carreira, o trabalho de equipa e o recrutamento local
- Controlo do absentismo pelas comunidades

## **4. Melhoria da qualidade das aprendizagens**

- A campanha d'IEC e de mobilização da opinião pública plurianual e multi-média recai sobre a importância da educação, a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social, os temas prioritários sub-sectoriais (pequena infância, educação formal e informal, etc...) e transversais (género, saúde, ambiente, etc...cf ponto 6 sobre a inclusão), a sua sequência e toda a sua articulação, concebida para atingir diversas audiências no seu ambiente natural
- Criação de uma rede de Centros de recursos e de apoio (CRAs) aos estabelecimentos e aos professores incluindo as conexões Internet,

«banco» de informações e função de pólo de integração dos diferentes serviços

- Política de redução drástica das reprovações, confortada por um sistema de detecção precoce das dificuldades de aprendizagem e de luta contra o insucesso escolar, que consiste num alargamento do tempo de estudo para os alunos em dificuldade, sistema este que será depois estendido para uma jornada completa para todos os alunos.
- Apoio à inovação incluindo actividades extra - escolares
- Serviço de orientação e de conselho, em particular para os alunos no final de cada ciclo
- Reforço da informática, das matemáticas/ciências e de línguas estrangeiras
- Desenvolvimento de um novo currículo baseado sobre as grandes tendência internacionais para:
  - Educação de base (EB) (6 anos) - aquisição dos mecanismos operatórios e as competências de base
  - O primeiro ciclo secundário (ES1 - 3 anos) - consolidação das competências de base e pré - profissionalização
  - O ciclo superior do secundário (pré - universitário, ou ES2- inicialmente 2, depois 3 anos), no contexto de uma diversificação controlada das áreas e da abertura sobre o meio
- Política de participação sistemática das comunidades e de responsabilização dos jovens
- Redes de segurança, *passerelles* de ré- entrada, equivalências

##### **5. Reforço da rede escolar**

- Implantação de novas construções de maneira a apoiar uma política rigorosa e equitativa de regulação dos fluxos
- Procura de métodos de construção, reabilitação e reparação que permitam reduzir os custos, prolongar o tempo de vida das infra-estruturas e de responsabilizar as comunidades
- Implementação de um sistema de manutenção preventivo comunitário
- Preocupação de funcionalidade dos equipamentos (superfície para uma pedagogia mais activa, casas de banho separadas para as meninas e os rapazes, laboratórios polivalentes, salas com várias finalidades nos Centros, espaços desportivos)
- Co-responsabilidade entre o estabelecimento e a comunidade para os equipamentos

##### **6. Equidade e inclusão**

- IEC sobre o papel da educação na redução da pobreza, sobre as considerações de género (incluindo sexualidade responsável), sobre as implicações do HIV/SIDA, e sobre o direito de todos à educação (rapazes e raparigas, incluindo as crianças com necessidades educativas especiais)
- Gratuidade da educação de base para as famílias mais pobres
- Financiamento da demanda e discriminação positiva (Bolsa Escola, revisão programa PAM)

- Parcerias público/privado para a inclusão de crianças mais desprovidas; órfãs, crianças abandonadas, crianças com necessidades educativas especiais, etc...-> pelo menos um Centro por distrito e apoio às abordagens informais (lares, comunidades...)
- Recrutamento equilibrado de educadores de ambos os sexos para todos os níveis do sistema
- Formação de todo o pessoal em questões de género
- Tomada em conta da problemática de género em todos os aspectos do programa: infra-estrutura, integração dos serviços, formação, programas escolares, etc...
- Bolsas de educação secundária e terciária para as raparigas
- Prioridade para as mulheres nos programas de alfabetização (acesso, currículo, acompanhamento)
- Determinação de indicadores e de um sistema permitindo de seguir as diferenças entre os não pobres - pobres, rapazes - meninas, distritos

### ***7. Adaptação dos instrumentos e procedimentos à pequenez e à insularidade do país***

- Estruturas
  - De ensino: calibragem das áreas e novos tipos de ensino pós-secundário
  - Administrativas: polivalência do pessoal, evolução para estruturas mais integradas
- Inovação pedagógica:
  - Modularização do EBA, da FP e eventualmente da educação terciária
  - Articulação entre educação formal, não formal e formação dos adultos
  - Utilização da educação a distância

Gestão integrada de ajuda internacional a volta de uma estratégia verdadeiramente nacional.

## **CAPÍTULO IV : ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA SUB SECTOR**

### **A. O DESPERTAR E O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA INFÂNCIA**

#### *Diagnóstico*

1. STP possui um sistema de ajuda à pequena infância desde a época colonial, através de uma rede de creches albergando, nos distritos, quase toda as crianças de 0-5 anos a fim de permitir às suas mães de trabalhar nas roças. As vicissitudes económicas e políticas levaram muitas destas a suspender as suas actividades. Hoje, o sub sector confronta-se com um quádruplo problema : dificuldade de acesso, degradação da qualidade, fraca gestão e financiamento muito limitado.

2. *Acesso.* A oferta pública nas zonas rurais não conta com mais do que 54 creches nas roças (contra 119 no passado) e nas zonas urbanas, 17 jardins de infância para as crianças de idade compreendida entre 3 e 5 anos, às quais se juntam um certo número de serviços privados geridos principalmente pela igreja católica, ONG's e entidades individuais. A capacidade de acolhimento das crianças menores de 7 anos cujo número está estimado em cerca de quinze milhares, é quase inexistente. Em 2005, a participação da tranche compreendida entre 3 e 5 anos (cerca de 18000) estava estimada em 22,32%; esta taxa apresenta disparidades importantes entre as regiões (15% no centro e 41% no sul) e de acordo com o nível de instrução da mãe (14% contra 26%), mas não entre as zonas rurais e urbanas. O pré primário para as crianças de 5 anos foi suspenso em 88/89 devido a falta de local. Podemos sem risco conjecturar que as crianças de meios pobres que vivem em zonas isoladas não têm praticamente acesso a qualquer serviço.

3. Do ponto de vista da qualidade, o rácio de enquadramento pelo pessoal devidamente qualificado atinge o nível potencialmente perigoso de 63/1. Os salários baixos, a inexistência de oportunidades de formação contínua e de um estatuto profissional contribuem para as dificuldades de recrutamento e para a pouca motivação do pessoal. Conjugada com a precariedade das condições de funcionamento, nomeadamente para a manutenção das instalações, para o transporte com vista a formação e a supervisão das unidades satélites para as creches de distrito, para a alimentação e o material de estímulo das crianças, esta situação provoca uma degradação progressiva do serviço. A procura social é importante apesar da população estar pouco consciente dos benefícios individuais e colectivos gerados pela política vocacionada para a pequena infância. O fraco nível de participação comunitária diminui o impacto das actividades e faz com que a sua durabilidade seja problemática.

4. *Gestão e financiamento.* Do ponto de vista institucional, a tutela do sub sector sofreu alterações três vezes ao longo dos últimos anos, fragilizando ainda muito mais a sua gestão. Hoje, o Departamento da pré-escolar encontra-se no seio do ensino de base do Ministério da Educação, mas não dispõe de orçamento próprio; o pessoal conhece os mesmos problemas de motivação que o do terreno e não dispõe de equipamentos, nem de meios de formação ou de transporte.

5. A situação das jovens crianças - 13% de menores de 5 anos sofrem de insuficiência de peso, e 29%, de um atraso de crescimento - já exagerado pelo fraco

nível da educação das mães e a existência de tabus alimentares é particularmente dolorosa no caso das crianças abandonadas ou maltratadas. Os mais novos que não beneficiaram de programas bem concebidos, criando uma sinergia entre a saúde, nutrição, estimulação apropriada e interacção com os outros, estão muito mais expostos aos riscos de mortalidade e de morbidade infantil, e menos preparados para actividades de concentração, de aprendizagem e de perseverança na escola. Estes tiram menos proveito dos outros programas sociais com vista a redução da pobreza ou as diferenças entre os géneros e têm menos possibilidades para realizarem o seu potencial, com riscos que isto comporta para a coesão social e a construção da sociedade civil. O custo humano, social e financeiro deste estado de coisas ainda que não quantificado, é considerável.

### *Objectivos*

6. A fim de maximizar o impacto a longo prazo do sub sector em termos de equidade social, de rendimento dos investimentos sociais complementares, e de apoio às mães de família, a nossa estratégia visa desenvolver e melhorar, em todas as suas dimensões, a protecção e a educação da pequena infância, em particular para os mais vulneráveis:

- *Acesso:* Estender a cobertura das crianças de menores de 7 anos a 80% através de abordagens informais e a 60% no quadro formal das creches e de jardins de infância.
- *Qualidade:* Garantir que as creches e jardins ofereçam um pacote integrado de serviços de saúde, nutrição e educação, quer sejam feitas com um pessoal competente e com suficiente flexibilidade para compensar as necessidades das famílias.
- *Gestão:* Reforçar as capacidades institucionais do sector público a planificar, sensibilizar, mobilizar, regular, impulsionar, coordenar, supervisionar, seguir e avaliar as creches e jardins públicos, privados e comunitários e a capacidade do sector privado a elaborar e oferecer programas de qualidade que oferecem um potencial de replicação e de multiplicação.

### *Estratégias sub sectoriais*

7. Uma primeira sub-estratégia visa a promover uma cultura e um clima favoráveis à pequena infância.

- Criando uma sub-Comissão para a pequena infância encarregada da pilotagem desta sub-estratégia com um grupo técnico para o secretariado.
- Sensibilizando a sociedade em geral acerca da importância estratégica e as verdadeiras necessidades desta classe de idade, através de uma campanha d'IEC regularmente reactivada.
- Criando sinergias entre as respectivas instituições e a sociedade civil.
- Estabelecendo o quadro (jurídico, regulamentar...) e as condições prévias para a motivação dos profissionais e a mobilização de todos os parceiros.
- **Contribuição da família e da comunidade nos programas de Educação não formal**

8. A nossa sub-estratégia de expansão desenrola-se em duas velocidades. Por um lado, procuramos atingir um número máximo de parentes (mães e pais) através de abordagens informais a baixo custo (à distância, comunitário, familiares). Por outro lado, para as abordagens mais formais, que são também mais dispendiosas, lançaremos intervenções focalizadas dando prioridade às zonas e categorias sociais mais desfavorecidas.

9. A sob estratégia de qualidade comportará quatro linhas de acção:
  - a. Consolidação do existente
    - i. Elaboração de um currículo adaptado, tanto para a formação do pessoal como para as actividades integradas das crianças
    - ii. Formação de todos os pessoais do Ministério nos distritos e no terreno
    - iii. Criação de uma rede de Centros de recursos e de apoio
  - b. Elaboração/adaptação de um ou dois modelos informais provados<sup>12</sup>
  - c. Para as instalações formais, de acordo com a abordagem igualmente preconizada para o ensino básico, definição e garantia de condições operacionais mínimas
    - i. Implicação da comunidade
    - ii. Infra-estrutura física e sanitária
    - iii. Pessoal formado no novo currículo
    - iv. Espaço, material e insumos que permitem a preparação de refeições e o descanso das crianças
    - v. Móveis e material educativo
  - d. Ao termo, pilotagem de um programa de pré-escola
  
10. Por último, a nossa sob estratégia institucional será aplicada em quatro frentes:
  - a. Reforço dos meios humanos e materiais nos Ministérios Educação, **Família** e Saúde tanto ao nível central como distrital.
  - b. Multiplicação de parcerias (ONGs, sector privado, associações...) no âmbito de contratos que definem os direitos e obrigações das partes
  - c. **Criação de um espaço de debate para a área da educação Pré-escolar**
  - d. Integração sistemática das vertentes saúde, educação em todos os órgãos sociais - proximidade/partilha das instalações, procedimentos comuns, trocas sistemáticas e regulares, abordagem multiplicadora
  - e. Acompanhamento e avaliação contínuos da aplicação e do impacto

---

o <sup>12</sup> (ex : Brasil Pastoral da criança; Cuba/Chile - Modelo comunitário Conhecer sua criança ; Jamaica - Visitas ao domicílio ; Turquia - ...)

## PLANO DE ACÇÃO

<b>Estratégia/ Sob estratégias</b>	<b>Actividades</b>	<b>Coûts</b>
<b>A. Promoção cultura de pequena infância e clima favorável</b>	A.1. Formação de uma Subcomissão e um grupo técnico para a pequena infância com <b>apoio de consultores para sua devida instalação</b>	<b>60.000</b>
A1. IEC	A.1.2. Campanha rádio, TV, e <b>a Banda Desenhada</b>	<b>12.000</b>
	A.1.3. Elaboração e disseminação de prospectos	<b>50.000</b>
	A.1.4. Organização... de conferências, .... Encontros, e... ateliers	<b>90.000</b>
	A.1.5. Seminários nacionais	<b>30.000</b>
	A.1.6. Avaliações por beneficiários, grupos focais	<b>9.000</b>
A2. Integração educação/saúde/nutrição	A.2.1. Integração entre os dois sectores - salas, procedimentos, trocas, abordagens multiplicadoras, formações locais, acompanhamento & avaliações	<b>109.000</b>
	A.2.2. Integração sectores/sociedade civil - Mesmos instrumentos	
A3. Quadro e condições prévios	A.3.1. Revisão Lei e textos de aplicação	<b>2.500</b>
	A.3.2. Elaboração de <b>regulamentação e sua aplicação</b>	<b>5.000</b>
	A.3.3. Elaboração, impressão manual de procedimento	<b>5.000</b>
	A.3.4. Distribuição manuais de procedimentos, formação	<b>5.000</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>312.500</b>
<b>B. Expansão acesso</b>		
B1. Abordagens informais	B.1.1. Concepção e divulgação de programa rádio	<b>24.000</b>
	B.1.2. Concepção/Pilotagem de outro programa informal	<b>14.000</b>
	B.1.3. Expansão do programa informal	<b>80.000</b>
B2. Expansão controlada de modelos formais	B.2.1. Carta pré-escolar e inventário do existente em relação aos NOMs (ver C.3)	<b>1.500</b>
	B. 2. 2. Abertura... de creches e... jardins em zonas prioritários (NOMs)	<b>3.000.000</b>
	B.2.2. Reabilitação e equipamento (NOMs) ... de creches e... jardins	<b>874.000</b>
	B.2.3. Reparação e equipamento (NOMs) ... de creches e... jardins	<b>0</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>3.993.500</b>
<b>C. Qualidade</b>		
C1. Consolidação do existente	C.1.1. Elaboração de currículo para a pequena infância e elaboração de um referencial de competências	<b>16.000</b>
	C.1.2. Formação em serviço... coordenadores &... educadores (1 semana/ano)	<b>2.589.500</b>
	C.1.3. Formação em serviço <b>de auxiliares</b>	
	C. 1.4. Criação de 7 Centros de recursos distritais (bibliotecas) /equipamentos	<b>280.000</b>
C2. Modelos informais	C.2.1. Elaboração de normas mínimas qualidade/resultado para os programas informais	<b>2.500</b>
C3. Normas Operacionais Mínimas	C.3.1. Validação participativa de NOMs	
	C.3.2. Disseminação/apresentação de guias sobre os NOMs em todos os distritos	<b>3.000</b>
	C.3.3. Concepção e aquisição local de kits de materiais	<b>30.000</b>

C4. Currículo pré-escola	educativos previsto pelos NOMs	
	C.3.4. Animação comunitária no âmbito dos NOMs	6.000
	C.3.5. Elaboração de um sistema comunitário de manutenção preventiva, incluindo guias, kits e formação, em conformidade com os NOMs	5.000
	C.4.1. Pilotage de aplicação do currículo elaborado num Distrito.	1.500
	C.4.2. Elaboração, impressão, distribuição de manuais para a generalização	12.000
	C.4.3. Formação de educadores ao novo currículo	36.000
	C.4.4. Introdução generalizada	40.000
<b>Sub-Total</b>		<b>2.932.000</b>
<b>D, Reforço institucional</b>		
D1. Sector público	D.1.1. Viagem de estudos dos responsáveis centrais e distritais, sociedade civil, ONGs (10 ao todo)	7.000
	D.1.2. Equipamento dos três Ministérios a serem equipados e dos centros a nível dos Distritos	43.000
	D.1.3. Dois veículos 4x4/distrito de uso partilhado e motocicletas	255.000
	D.1.4. Formação do pessoal central (1 semana/ano)	60.000
	D.1.5. Definição de uma nova estrutura a nível da pré-escolar a partir do ano 2008.	10.000
D2. Acompanhamento e avaliação	D.2.1. Elaboração e validação de um sistema de indicadores	5.000
	D.2.2. Preparação, impressão, disseminação de guias e formação sobre os indicadores	5.000
	D.2.3. Formação contínua para Supervisão	30.000
D3. Parceria	D.3.1. Elaboração de orientações e de procedimentos para a parceria	2.000
	D.3.2. Preparação, impressão de manuais e de contratos	1.500
	D.3.3. Formação dos potenciais parceiros sobre os procedimentos aplicáveis	10.000
<b>Sub-Total</b>		<b>418.500</b>

**CUSTO TOTAL.....U\$ 7.656.500**

**PRIORIDADES :**

- Consolidação do existente (NOMs), devido ao efeito de demonstração e de treino; em particular Formação do pessoal, devido ao efeito multiplicador
- Extensão de serviços para crianças de (4-5) anos no período de dois anos, o que significa até 2009
- Extensão dos serviços nos distritos mais necessitados, devido ao impacto a longo prazo para o alívio da pobreza
- Abordagens informais (rádio/TV, lares, comunidade...), devido ao impacto para um baixo custo



**CHRONOGRAMME**  
(à remplir)

<b>Stratégie</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
Promoção da 1ª infância -- Integração -- Quadros e condições Favoráveis	x	X	x								
Acesso à Abordagens Informais	x	x	x	x	x						
Análises, informações e seguimento	x	x	x	x	x	x	x	x			
Acesso à Abordagens Formais Criação de nova estruturas	x	x	x	x	x	x	x	x			
Qualité											
Renforcement institutionnel											

INDICATEUR	Valeur départ(07)	08	09	10	11	12	17
<b>IMPACT</b>							
<b>EDUCATION</b>							
% d'enfants entrant au primaire							
A 6 ans (=ayant suivi le pré-scolaire)	--						
A 7 ans (sans pré-scolaire)	--						
<b>SANTÉ</b>							
Prévalence des principales maladies infantiles*							
% Vaccinés							
<b>NUTRITION</b>							
% de <5ans présentant une insuffisance pondérale	13						
% de <5 ans souffrant d'un retard de croissance	29						
% ayant reçu un supplément en fer/iode							
<b>ACCES (à suivre par district)</b>							
<b>Approches informelles</b>							
% de mères/pères touchés (enquêtes)							
Radio						80	
Autre(s) programmes							
<b>Approches formelles*</b>							
% des 0-6 ans recevant une attention, ventilé entre							
% des 0-3 ans	--						--
% des 3-5 ans	18						80
% des 5-6 ans	--						80
<b>Couverture dans les districts les plus pauvres</b>							
Nombre de crèches, secteur public/privé	21(distr)/43(satel)						
Nombre d'enfants dans ces crèches (public/privé)							
% de filles							
Nombre d'éducateurs/de moniteurs (% d'hommes)	16						
Nombre de jardins, secteur public/privé							
Nombre d'enfants dans ces jardins (public/privé)							
% de filles							
Nombre d'éducateurs/moniteurs (% d'hommes)							

<p><b>QUALITÉ - Indicateurs annuels UNICEF</b>                  Nombre d'éducateurs qualifiés*                  Ratio enfants:éducateur ou autre personnel qualifié*                  Nombre/% de facilités avec                      Équipement minimum<sup>13</sup> pour stimulation psy-motr.                      Équipement minimum pour repas                      Service de collations                      Équipement minimum pour suivi santé</p>	<p>63 :1</p>						
<p><b>RÉSULTATS/SUIVI</b>                  Révision Loi                  Elaboration et dissemination Procédures                  IEC                      [[ Nombre émissions radio                      Nombre clips TV                      Nombre de conférences nationales/internationales                      Nombre d'ateliers dans les districts                      Nombre de brochures distribuées]]                  Nouveau curriculum                      Finalisation                      Formation du personnel                  Formation initiale *                      Educateurs/% hommes                      Moniteurs/%hommes                  Formation en cours d'emploi*                      Personnel administratif                      Educateurs                      Moniteurs                      Encarregadas                  Definition des Normes Operationnelles Minima (NOMs)                      Nombre de crèches avec NOMs                      Nombre de jardins avec NOMs                  Nombre de centres visités par les équipes mobiles                  Nombre de protocoles de partenariats signés</p>							

<sup>13</sup>

Ces indicateurs grossiers seront peu à peu remplacés par les Normes Opérationnelles Minimales (NOMs)



## B. EDUCAÇÃO BÁSICA (1º à 6º ano)

### *Diagnóstico*

1. O actual ensino primário (1ª à 4ª classe) não é suficiente para fornecer devidamente às crianças de 6-10 anos<sup>14</sup> as competências (conhecimentos, atitudes, valores, saber-fazer.....) que necessitam, quer para prosseguir a sua escolaridade, quer para a entrada no mercado de emprego, e nos dois casos para continuar a aprender ao longo de toda a sua vida. Consciente de que 5 à 6 anos de uma escolaridade de qualidade constituem o mínimo necessário de modo que sejam irreversíveis os acervos cognitivos (controlo da linguagem e a comunicação, cálculo...) e sociais (capacidade de análise e de pensamento crítico, gestão da informação, trabalho em equipa...) requeridos para a vida moderna, o governo introduziu pela Lei um ciclo de seis anos dito "educação básica". Este ciclo, que colocará as crianças santomenses em situação comparável às normas internacionais, ainda não se materializou na prática.

2. Como vimos no Capítulo II, para os 4 anos do primário a taxa de escolarização, (TBE: 148%, TLE: 97%<sup>15</sup>) como a taxa de conclusão (81%), são comparativamente favoráveis. Em contrapartida a qualidade, em termos de acervos dos alunos, e a eficácia, medida pelas taxas de repetência, não são satisfatórias. A transição entre o 4ª e a 5ª classe é caracterizada por uma forte perda ligada à carta escolar, que faz baixar a TBE à 86,7% e a TLE à 37,4%. A partir lá, os efeitos de factores associados tanto à oferta como à procura acumulam-se para provocar um declínio severo, cujas as primeiras vítimas são as crianças de meios desfavorecidas, em especial as raparigas (cf. Quadro IV. B. 2).

### *Constrangimentos ligados à oferta*

3. *Salas de aulas.* Com base nas médias, o número de alunos por sala de aulas no ensino básico (EB) é 34: 1 no regime de dois turnos, e 38 :1 em regime triplo. Ele situa-se por conseguinte na norma de 35:1 - 45: 1 adequado para um país de nosso nível de rendimento. Este resultado foi tornado possível pela utilização do regime de dois turnos em 44% das escolas, e do regime triplo em 13% das escolas. Se o regime de dois turnos continua a ser provisoriamente inevitável para escolarizar todas as crianças, em contrapartida desejamos pôr termo, definitivamente, ao regime triplo que reduz consideravelmente o tempo de estudo. Além disso, os rácios acima são apenas uma média e a dimensão das turmas continua a ser elevada em meio urbano (70 alunos parece ser a norma). A extensão do primário para um EB de seis anos, com um máximo de 40 <sup>16</sup> alunos/ professor, supõe a construção de novas infra-estruturas.

---

<sup>14</sup> As crianças que têm frequentado creches e jardins entram a escola à 6 anos, os outros, à 7 anos.

<sup>15</sup> Estas taxas post-senso são as retidas para o EPT. A acentuada diferença entre TBS e TNS significa que uma percentagem elevada de crianças é mais idosa que a norma para a sua classe. A solução, utilizada com certos sucessos no Brasil, consiste instaurar "classes de aceleração", programas modulares que permitem aos adolescentes de maiores idades a ultrapassar um percurso de 6 anos em um ou dois anos sem repetência utilizando materiais adaptados à sua idade e professores especialmente formados, nomeadamente para motivar os estudantes e reforçar a sua auto consideração.

<sup>16</sup> A notar que alguns país registando sucessos espectaculares no domínio da educação, como a Coreia, fizeram-no com despesas por mestre inicialmente muito mais elevados que 40:1. As experiências demonstram que uma redução do número de alunos: mestre é dispendiosa e não tem impacto significativo entre 30 e 40.

4. Se o sistema proporciona uma intensa utilização das infra-estruturas urbanas, existe em contrapartida três domínios nos quais importantes ganhos em eficácia seriam possíveis. Primeiramente, uma das estratégias para realizar o EPT consiste em criar pequenas escolas mais próximas dos alunos<sup>17</sup>. Ora em zona periférica, a sala com várias divisões - modelo bem rodado, e com sucesso, em numerosos países, até a sala única ainda não está sistematizada. (Dar o número de escola-sala-professores). Em segundo lugar, os nossos custos de construção são elevados - mais de 25,000 dólares EUA/sala de aulas - ainda que se tome em consideração o carácter insular do país, e que sejam mobilizados recursos que poderiam ser reatribuídos mais utilmente à qualidade. Tomamos conhecimento das tecnologias que no continente permitiram reduzir estes custos de metade prolongando ao mesmo tempo a duração de vida das salas de aulas e propomos procurar a mais adequada. Por último, a utilização intensiva das infra-estruturas provoca a sua degradação rápida e dispendiosa, gerando necessidades de substituição prematura, que um sistema de entrevista preventiva permitiria retardar.

5. De acordo com o projecto de carta escolar realizado com Portugal em 2000<sup>18</sup> para o horizonte 2010, sobre a base de uma projecção de população tendencial, as necessidades de infra-estruturas para EB1+EB2 seriam de<sup>19</sup> 184 novas salas de aulas, 50 à serem ampliadas, 21 para se substituir e 33 à serem reabilitadas (cf. Quadro IV.B.1.), o todo distribuído por 21 escolas. Mais da metade destas necessidades estão concentradas nos dois distritos de Agua grande e de Mé-Zochi. Cerca de cinquenta já estão em construção no âmbito do programa de redução da dívida.

6. *Professores.* Com menos de 35 alunos por professor (30 para Príncipe) a disponibilidade em professores também não constitui um constrangimento essencial a nível global dado que o óptimo situa-se entre 30:1 e 40:1, oferecendo "uma vertente" que uma boa gestão do pessoal poderia explorar. Existe contudo uma real resistência à afectação em zonas rurais, facto que constitui uma ameaça para a equidade. Além disso devido ao pouco prestígio e atracção relacionados com a profissão, e das perspectivas pouco atractivas e remuneradoras, já evocadas, o recrutamento corre o risco de ser cada vez mais problemático no momento em que o subsector teria particularmente necessidade de professores dinâmicos e carismáticos que sejam verdadeiros motores da mudança. A formação inicial foi suspensa para os professores do primário. Os que exercem não beneficiam de real desenvolvimento profissional contínuo, nem ocasião de actualizar as suas competências, tendo em conta que as reuniões bimensais nos 36 "Centros escolares" tomaram um carácter mais formal do que substância. Deste facto, a gestão pedagógica da classe continua a ser tradicional, centrado no professor em vez de ser diferenciada de acordo com os alunos, e basear na recopias e memorização. Após a concretização dos projectos financiados com a ajuda externa, escassas capacidades nacionais levam a que as escolas ainda não recebem de forma desejável apoio metodológico nem visita de inspecção, o que gera um sentimento de uma certa distância em particular nos jovens professores sem formação.

---

<sup>17</sup> Este ponto é aplicável a partir lá 5.o ano, nível onde todas as escolas se encontram mais apenas nas capitais de distritos.

<sup>18</sup> Estes cálculos serão reexaminados em função dos resultados do recenseamento e extrapolados sobre 2013.

<sup>19</sup> Hipóteses de cálculo:.....O Quadro em Anexo IV.B....indica igualmente os equipamentos necessários

*Constrangimentos relacionados com a procura*

7. Entre as razões evocadas pelas famílias das crianças de 6 à 14 anos que não frequentam a escola (Quadro IV.B.2.), "a falta de meios" é invocada até quase 60% pelos muito pobres, e tratando-se das outras categorias económicas, sensivelmente mais para as raparigas do que para os rapazes (36,1% para as raparigas contra 21,9% para os rapazes para os que não são pobres e 45,3% contra 31,9% nos pobres), confirmando a existência de um efeito cultural em desfavor das raparigas. Além disso o argumento "abandono" é utilizado por 56,4% dos não-pobres, por 41,5% dos pobres, e 26,7% dos muito pobres. Em ausência de precisões, pode-se levantar a hipótese de uma percepção negativa de uma escola fastidiosa, destacada da verdadeira vida e das preocupações da comunidade e acompanhada de custos não negligenciáveis. Um inquérito está previsto para se apurar de maneira mais precisa a população não escolarizada e para elaborar respostas mais adequadas

*A escola deixada à ela mesma*

8. Na sociedade da aprendizagem, onde a riqueza das nações provem do capital humano mais do que dos recursos naturais, o problema da qualidade é tão largamente preocupante quanto os constrangimentos de capacidade e deve ser abordado em paralelo. Não se pode pretender melhorar a qualidade se não se transformar profundamente o funcionamento interno da escola, se ela não se abrir sobre a comunidade e a sociedade, se ela não receber um apoio externo do sistema e dos pais, sendo, ao mesmo tempo, tida por responsável dos resultados dos alunos. Ora, se a infra-estrutura estiver relativamente em bom estado, raramente as condições mínimas requeridas para a aprendizagem e o ensino ali estão reunidas.

*A nível dos insumos, já evocamos:*

- A malnutrição (que, para além do peso, afecta a capacidade de concentração e de aprendizagem) e o medíocre estado de saúde dos alunos: parasitas intestinais em 90% das crianças; níveis endémicos schistosomiose em certas zonas; problemas de higiene (piolho, couceiras...); problemas de dentes, de visão, de audição; paludismo
- A falta de preparação das crianças para a aprendizagem, devido ao retrocesso dos programas incentivadores e de educação da pequena infância
- A degradação condições materiais e a ausência de condições mínimas de gestão
- A vetustez do programa de estudos
- A insuficiência do número de manuais escolares e guias do professor que, seja como for, são baseados neste mesmo programa já ultrapassado.
- O pouco tempo disponível para o estudo, agravado por uma utilização ineficaz deste tempo pela maior parte dos professores

*A nível dos processos:*

- A insuficiente capacidade de preparação profissional da maior parte (55%) dos professores do primário, a sua desmotivação e a ausência de oportunidades de desenvolvimento profissional que fazem com que os mesmos não têm nem a convicção de poder "fazer uma diferença" para os seus alunos, nem o saber-fazer para conseguir.
- A dificuldade manifestada pelos metodólogos e pelos inspectores em exercer as suas funções respectivas de apoio e de controlo de forma mais sistemática a

falta de meios (transporte, desenvolvimento profissional, acessos à boas práticas...) que incentivaram o sedentarismo e a burocratização

- A falta de organização das escolas para favorecer a aprendizagem e a inserção na comunidade: pouco iniciativa, dificuldade para mobilizar os pais, inexistência de autonomia e de responsabilização

### ***A cultura da repetência***

9. À medida que se degradaram as condições de funcionamento do sector, sobretudo durante a década 90, pôde-se observar duas reacções opostas. Em certas ocasiões abusou-se repetência, prática dispendiosa e pedagogicamente ineficaz se o professor não dispõe de um leque de técnicas que lhe permitem responder às necessidades específicas de cada aluno. Em outras circunstâncias deixou-se instalar um certo laxismo, por exemplo permitindo a passagem para a classe superior às crianças que não tinham ainda adquirido os mecanismos operacionais básicos de controlo da língua em primeiro lugar, as matemáticas seguidamente, e certas competências sociais por último. O atraso então acumulou-se ao ponto de tornar-se às vezes irreversível: resignação por parte do professor, inadaptação crescente do currículo à idade do aluno, conduzindo ao desencorajamento e ao abandono (22% em 1999); são as crianças mais vulneráveis que sofrem mais desta política.

10. A escolarização sem aprendizagem significativa, ou seja sem utilidade para a vida quotidiana no contexto local, apenas apresenta um interesse limitado. Realizar o duplo objectivo de qualidade e igualdade de oportunidades exige que se identifique de maneira relativamente precisa as dificuldades de aprendizagem das crianças, em particular as mais vulneráveis, que se siga de maneira sistemática o impacto das estratégias correctivas levadas a efeito, e que se proceda à ajustamentos contínuos face aos resultados. A avaliação dos acervos dos alunos, realizada em 98, foi um primeiro passo neste sentido, e contamos sistematizar e aprofundar esta prática.

### ***Uma administração centralizada***<sup>20</sup>

11. Apesar da pequena dimensão do país, sobre um total de 33 tipos de decisões que afectam o sistema educativo, apenas duas (as medidas disciplinares e a passagem dos alunos à classe superior) são tomadas a nível das escolas, e todas as outras, a nível central, no MEC. Organismos desconcentrados a nível dos Distritos, as Delegações da Educação, têm essencialmente um papel administrativo e dispõem de meios humanos e financeiros dos mais limitados. No âmbito da Reforma do Estado, o seu número tende a diminuir em proveito de Regiões/zonas - Centro, Norte, Sul - mais vastas, enquanto um total de oito "Centros escolares" asseguram, em princípio duas vezes/meses, uma formação dos professores em serviço em condições cada vez mais precárias.

12. No MEC, a maior parte dos quadros ocupam vários empregos e não estão por conseguinte em condições consagrar todas as energias à tarefa central: fixar todas as às crianças santomenses num mínimo de seis anos de estudos de qualidade aceitável. A insuficiência do pessoal qualificado e a ausência de equipamento são contudo menos críticas do que uma certa atitude de resignação, frequentemente conjugada à comportamentos autoritários em relação às escolas, enquanto que estas teriam sobretudo necessidade de apoio.

<sup>20</sup>

A análise apresentada nos parágrafos 11 à 13 é válida para todos os níveis de educação.



13. A gestão moderna da educação tende à concentrar-se num pequeno número de objetivos concretos, nomeadamente qualitativos, apoiar-se sobre informações de qualidade, e conjugar os recursos mobilizados de maneira a "produzir a aprendizagem" alterando as combinações de insumos - professores mais ou menos qualificados, mais ou menos bem remunerados, mais ou menos enquadrados, turmas mais ou menos numerosas, número de horas de aula mais ou menos importante - quando a dosagem inicial não dá satisfação. É por isso que, para além das funções tradicionalmente chave da planificação, da programação e das estatísticas, de... e da gestão financeira, a avaliação - dos alunos, das escolas e do sistema - ocupará um lugar cada vez mais importante. Actualmente os dados disponíveis, tanto sobre os fluxos de alunos como sobre os seus acervos, são de qualidade variável e frequentemente pouco recentes. Eles são poucos utilizados para fazer análises profundas, identificar os sucessos e os problemas, e guiar as estratégias de melhoria. Consequentemente, não é exercida nenhuma pressão pelo sistema para refinar este instrumento crítico de pilotagem.

14. Resulta deste quadro e da experiência internacional que (i) tendo em conta a complexidade dos desafios que se colocam, só uma abordagem sistemática pode permitir uma solução duradoura; com efeito as intervenções isoladas, que não se inscrevem numa visão a longo prazo e não se acompanham de uma melhoria em profundidade do ambiente escolar, não podem, no melhor dos casos, trazer nada mais do que um paliativo; (ii) é apenas apoiando melhor o sistema escolar - de maneira rápida, fiável e não burocrática - que se poderá obter um pouco mais.

#### ***Objectivo para o subsector***

15. O nosso objectivo é por conseguinte, até 2008, instaurar todas as condições necessárias de modo que sobre o horizonte 2013, todas as crianças santomenses tenham acesso à uma educação básica de 6 anos de boa qualidade, e o terminem em condições de eficácia razoável.

#### ***Estratégias sub-sectoriais***

16. A nossa investigação de melhoria do desempenho da educação básica passa por uma verdadeira política da escola e pelo reforço das instituições que o apoiam baseando em três estratégias

#### ***A: Estratégia de igualdade de oportunidades: Escolarizar todas as crianças sem excepção***

17. Face à análise que precede, contamos atingir este objectivo através de seis linhas de acção:

- Aumento da capacidade de acolhimento da rede formal de acordo com as recomendações da carta escolar (cf. parágrafo. 5) e de acordo com os princípios de equidade e de eficácia - universalização da TLE, em particular no EB2, eliminação do regime triplo, consolidação das escolas básicas EB1/EB2 próxima dos alunos, experimentação com o nível variado em zona periférica e promoção de métodos de construção e de entrevista preventiva que implicam mais as comunidades. Estimamos por volta de 270 o número de novos professores a serem formados para este nível durante a década

- Complementar ao sistema formal, a pilotagem de cerca de trinta escolas comunitárias apoiados pelo Estado mas geridas por associações privadas aprovadas num quadro contratual

Ensino Básico completamente gratuito (uniforme, transporte, alimentação, material escolar....) para as crianças dos meios os mais economicamente vulneráveis; o mecanismo exacto deverá ser definido

- Discriminação positiva e financiamento de pedidos para os mais desfavorecidos, alargando o programa de Bolsa Escola de 2500 à .....famílias
- Implementação, a nível de cada distrito, de um sistema de identificação e dos mecanismos informais de educação de base alternativa (EBA)<sup>21</sup> para as crianças não escolarizadas ou as que abandonam. Estes programas seguirão as normas definidas pelo MEC mas poderão ser geridos pelo sector privado, comunitário ou alternativo ou os Pólos de formação profissional
- Para os pessoais responsáveis de crianças que têm necessidades educativas especiais, inclusão na formação dos professores, de aulas que visam uma melhor inserção destas crianças (1ª fase); posteriormente (2ª fase), criação de Centros (um por Região, seguidamente um por distrito) para as crianças que não podem ser integradas nas escolas clássicas.

Um sistema específico de acompanhamento dos indicadores relevantes será instaurado na Direcção do Ensino básico e sustentado pelos Centros de apoio descritos a seguir, que deverão velar pela aplicação destas medidas.

### **B: Estratégia de qualidade: Reinventar a escola**

18. Desejamos como prioridade instaurar o ciclo de seis anos dito de "educação básica" com o seu novo currículo, que estará na base da introdução gradual de uma escolaridade diária completa. Além disso, as consultas sobre o terreno puseram em destaque uma aspiração das populações em promover uma nova escola, ao mesmo tempo acolhedora (=amiga da criança, UNICEF), organizada para a aprendizagem, aberta sobre a comunidade e preparando para a vida. A abordagem retida coloca a escola e a sua revitalização, bem como o aluno e a sua aprendizagem, no centro do dispositivo.

19. Esta abordagem será alvo de uma vasta campanha de IEC e de mobilização do público que estender-se-á por vários anos, utilizará uma vasta gama de meios de comunicação social (TV, rádio, brochuras, animações com marionetas, ...) e orientará as diferentes camadas da população no seu meio natural (mulheres ao centro de PME, homens em reuniões políticos, etc. ...). Os temas cobertos evoluirão no tempo, do global ao específico, com o desenvolvimento do programa: contribuição da educação ao crescimento e a luta contra a pobreza, importância da educação tanto dos rapazes como das raparigas, e necessidades específicas à cada sexo, papel central da escola, responsabilidade dos professores e dos pais / comunidades.

---

<sup>21</sup> Descrição detalhada na secção F, para.20.

20. Tendo em conta a situação de partida, por questão de realismo prevemos atingir este objectivo em duas etapas: a primeira visa assegurar em todas as escolas um conjunto ("pacote") de cinco condições ou normas operacionais mínimas (NOMs) concebido para criar uma sinergia de transformação no seio da escola e para melhorar a equidade; a segunda permitirá aos estabelecimentos de entrar num processo individualizado de melhoria contínua da qualidade. A implementação da 1ª etapa (2003-2008) far-se-á por distrito, com base em planos estratégicos. No que se refere 2ª etapa (2006-2013), ela poderá seguir um ritmo diferenciado de acordo com o grau de preparação de cada escola. Haverá por conseguinte sobreposição parcial entre as duas.

21. O "pacote" ou sob estratégia de NOMs, que será objecto de uma vasta campanha de informação visando também a responsabilização dos beneficiários, contém cinco linhas de acção (consideramos que um mínimo de três destas cinco condições é indispensável para começar um verdadeiro processo de aprendizagem, os dois mais críticos sendo o professor e os manuais - com um apoio externo):

- Participação da comunidade, de acordo com uma série de opções graduais que vão do mínimo - seguido da presença do professor e manutenção preventiva da infra-estrutura - à uma função estruturada - Conselheiro escolar ;
- Infra-estrutura salubre e funcional (superfície, ventilação, saneamento, WC separado rapazes/raparigas, .....), móveis e equipamento básico (incluindo cadeiras e escritórios de dimensão adaptada, biblioteca, material administrativo...) em conformidade com as recomendações da carta escolar e as novas propostas pedagógicas mais activas;
- Presença de um professor devidamente qualificado ou (se não for possível) "redinamizado" ou seja participando de maneira assídua à um programa de actualização de conhecimentos /modernização. Este programa, que já está sendo implementado pelo ISP<sup>22</sup>, abarca 4 módulos 6 meses cada um, alternando formação residencial nos Centros de recursos e de apoio (CRA - descritos em C.1. a seguir) e formação a distância, incluindo trabalhos práticos específicos, na sua própria sala de aulas, acompanhamento por um Tutor<sup>23</sup> experimentado, e preparação de uma memória no fim de cada módulo. No fim dos dois anos será introduzido progressivamente o sistema de desenvolvimento profissional contínuo para todos os professores, organizado em redor do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) (cf. B.2). Todos os programas de formação e de desenvolvimento profissional abordarão em primeiro lugar as técnicas pedagógicas básicas (ex: o plano de aula, a utilização efectiva do tempo, os métodos que permitem desenvolver o espírito crítico....) e visarão desenvolver sistematicamente nos professores dos dois sexos uma sensibilidade às questões de género. Os Directores receberão uma formação especial em liderança democrática.

---

<sup>22</sup> L'ISP se consagrará inteiramente à redinamização de cerca de 400 professores não qualificados durante o período 2003-2005 e em seguida será reorganizado para retomar a liderança da formação inicial (cf Educação terciária).

<sup>23</sup> Os Tutores serão seleccionados através de concursos, remunerados em parte na base de resultados, e trabalhando com suporte no novo perfil do professor definido em função da revisão do programa de estudos (para.22).

- Kit de guias e materiais didáticos (guias, fichas, mapas, modelos,...) para o professor e manuals (Português, Matemáticas, Ciências Sociais) e material de estudo (cadernos, estojo, ardósia, lápis) para cada aluno. Na medida do possível recorrer-se-á às encomendas agrupadas junto de artesões locais para a produção destes materiais. Os manuais baseados no novo currículo deverão reflectir e integrar o conjunto das preocupações de género. No interino, a tónica será colocada sobre a produção de guias, folhetos de um custo sensivelmente menos elevado e uma grande eficácia pedagógica. O programa de educação em matéria de saúde reprodutiva lançado com sucesso pelo FNUAP desde 1986 será prosseguido e desenvolvido em todos os níveis.
- Saúde escolar : a escola deverá (a) ter definido a sua própria política de saúde de acordo com as normas nacionais; (b) possuir, como indicado em B.2, instalações sanitárias salubres (água corrente potável, saneamento, latrinas separadas rapazes/raparigas...); (c) ensinar o programa nacional em matéria de saúde básica, princípios de higiene e de nutrição...; (d) oferecer serviços integrados de nutrição e de saúde (ver Secção IV.I. ).

22. A 2ª etapa, ou sob estratégia de melhoria contínua, apoiar-se-á sobre as quatro seguintes linhas de acção:

- Introdução generalizada do novo programa de estudos durante seis anos, acompanhada da passagem para a jornada completa em fase 2. A revisão do currículo seguirá uma abordagem acelerada baseada na vasta experiência acumulada por países como a África do Sul, o Brasil, ou Portugal. Um Comité nacional, ajudado por consultores internacionais, procederá à uma comparação global do programa (11 anos de estudos) santomense com os currículos de outros países em termos de estrutura, normas de aprendizagem e de temas para decidir da arquitectura geral do novo programa e assegurar a sua progressão lógica, a sua coerência interna, e a sua articulação com o secundário. A revisão detalhada para os 6 anos da educação básica far-se-ia em 3 ciclos de 2<sup>4</sup> anos ao mesmo tempo /ano, ou seja 1º e 2º anos de estudos em 2004, 3º e 4º anos em 2005, 5º e 6º anos em 2006, incluindo a pilotagem, elaboração dos manuais e dos testes, que poderão inspirar-se largamente nos trabalhos mais avançados em países comparáveis, e formação dos professores. Para o conjunto do percurso (primário - secundário), a revisão assegurará que o novo currículo tenha efectivamente em conta as considerações de género (necessidades e problemas específicos dos rapazes/homens como das raparigas/mulheres), de ambiente e saúde pública (incluindo sexualidade e reprodução humanas, HIV/SIDA, MSTs, ...). A introdução do novo programa poderia começar a partir de 2005 para o 1º ano do ensino básico e idealmente prosseguir-se de maneira sistemática, dois níveis para cada início do ano lectivo, até em 2007<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Ou dois de três, o que é menos comum.

<sup>25</sup> O novo programa poderia ser introduzido mais rapidamente, por exemplo os 6 anos do ciclo em só início escolar, mas a experiência demonstra que as crianças poderiam não dispor das bases necessárias; compensar este risco exigiria um esforço suplementar de reciclagem tanto para os alunos como para os seus professores. O novo currículo será concebido com "um núcleo duro" baseado nos horários actuais. Em zonas rurais, a passagem para o dia completo poderá fazer-se sem construções novas mas exigirá praticamente o dobro do tempo de trabalho dos professores com a compensação correspondente. Em meio urbano, todas as escolas que funcionam pelo menos em regime de dois turnos, supondo que se tem eliminado daqui até lá o regime triplo, a introdução do dia completo exigirá a duplicação da capacidade de acolhimento.

- Lançamento de um processo de melhoria contínua das escolas - baseado em auto-avaliação, a planificação individualizada e a avaliação externa em redor do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). A partir de 2009 os estabelecimentos destacados em cada um dos oito Centros de Recursos e de Apoio (CRA, cf. C.1. a seguir) como sendo mais capazes ou mais motivados receberão um apoio especial para elaborar de maneira participativa, na base de normas e de procedimentos claros, o seu próprio Plano de Desenvolvimento (PDE) trienal. Para as mais pequenas escolas, um mesmo PDE poderá ser comum à vários estabelecimentos. O PDE compreenderá um diagnóstico (retrospectivo) e um Projecto de melhoria (prospectiva). O conjunto dos Projectos de melhoria das escolas de uma dada zona determinará o programa de actividades do seu CRA. Os CRAs serão com efeito responsáveis da melhoria da qualidade na dezena de escolas colocadas sob a sua responsabilidade. O PDEs serão objectos de visitas regulares de avaliação da qualidade pela Inspeção (cf. ponto seguinte). As recomendações formuladas nos relatórios destas visitas servirão de base para a definição do programa de desenvolvimento profissional (DP) contínuo dos professores, mais ou menos individualizado por cada CRA em função das necessidades do seu grupo de escolas. Em experimentação a partir de 2007, este programa de melhoria contínua será alargado gradualmente ao conjunto dos estabelecimentos e os seus professores, qualificados ou redinamizados. Daqui à 2010 todas as escolas terão o seu PDE.

- Modernização da Inspeção. Se o controlo é mais do que nunca necessário no momento em que se vão progressivamente aumentando os meios postos à disposição da escola (e a autonomia que gradualmente lhe será atribuída), este deve visar sobretudo o crescimento das capacidades e não a intimidação ou a repressão, que não são pedagogicamente produtivas. O modelo considerado, que será testado à partir de 2007, inscreve-se numa filosofia geral de multiplicação das oportunidades de aprendizagem individual e institucional para todos os actores do sector educação. **A inspeção de Educação enquanto estrutura central do Ministério dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira, deverá ser independente das estruturas educativas.** Os Inspectores efectuarão "visitas de avaliação da qualidade" das escolas à intervalos regulares (1/ano em média e até a uma/mês para as escolas em dificuldade) **e só serão participativas incluindo a presença de elementos de outras estruturas de acordo as necessidades e previamente solicitadas.** Estas visitas serão participativas: para além de 1 ou 2 inspectores (consoante a dimensão do estabelecimento), a equipa será composta de um representante do CRA e de um delegado dos pais (obrigatório), mas poderá também incluir um metodólogo do MEC e uma personalidade da comunidade. Previamente anunciada, ela baseará a sua avaliação nas normas esperadas de uma "boa" escola em STP (largamente disseminada nos estabelecimentos), sobre o PDE, sobre as estatísticas da escola bem como sobre um pequeno inquérito junto dos pais. A equipa de visita examinará os documentos, procederá às observações de turmas, encontrará os pais e os alunos mais idosos e terá com o conjunto de actores uma discussão técnica sobre os problemas encontrados e as soluções preconizadas. O relatório dos Inspectores sobre a qualidade de cada escola constituirá "os termos de referência" da referida escola e do seu CRA. Cada ano a inspeção publicará um relatório sobre a qualidade da educação no país e sobre os desafios específicos identificados durante as visitas. O efectivo dos Inspectores do primário será alargado de 10 para 15 através de concursos.

- Criação de um Fundo de apoio à Inovação<sup>26</sup> Cada escola é única e para melhorar deve encontrar soluções originais aos seus problemas específicos. Como já foi mencionado o PDE compreenderá uma vertente prospectiva - o Projecto de melhoria, de uma duração deslizante de 3 anos. Este Projecto de melhoria, preparado com o apoio do CRA e seguidamente avaliado a nível da Inspecção de acordo com critérios claros, poderá receber do Fundo, em espécies ou natureza, um financiamento até US\$ 1000 máximo (para 3 anos), desbloqueado em tranches com base em objectivos claros e indicadores de resultados consensualmente predefinidos.

#### C: Estratégia institucional: Colocar a administração ao serviço da escola

23. De modo que a transformação anteriormente evocada seja possível, é indispensável "colocar a escola, a sala de aulas, e a aprendizagem de cada aluno, no centro das preocupações". Trata-se de inverter a pirâmide administrativa de maneira à não voltar a bombardear a escola com múltiplos pedidos ou injunções mas sim de estimula-la e apoia-la através de uma presença técnica de real proximidade, eficácia, rápida, prática e sobretudo não burocrática.

Tal política concretizar-se-á através de três sub estratégias.

- Criação de oito Centros de Recursos e de Apoio<sup>27</sup> (CRAs)<sup>28</sup> aos professores e aos estabelecimentos escolares situados num raio de 10kms, funcionando em rede com uma cabeça de ponte no MEC. O seu papel será de melhorar efectivamente a qualidade da educação nas escolas colocadas sob a sua responsabilidade, facilitando a aplicação das recomendações dos relatórios das visitas de avaliação de acordo com uma abordagem orientada para resultados concretos e abordando todos os problemas encontrados como oportunidades de aprendizagem institucional. O seu trabalho será essencialmente de terreno (daí a importância do veículo 4x4) e complementar da missão da Inspecção renovada, que conduzirá de acordo com as modalidades participativas das visitas de avaliação da qualidade dos estabelecimentos escolares. Os Directores do CRAs serão recrutados por concurso, trabalharão sob contrato e a sua remuneração estará em parte ligada aos resultados obtidos (valor acrescentado) de acordo com a tradição santomense "de gratificações". Ao prazo (Fase 2), esta sob estratégia permitirá dar mais autonomia às escolas.
- Criação de um dispositivo de luta contra o insucesso escolar<sup>29</sup> absolutamente crítico se queremos que a decisão política de redução do número de repetências (máximo de 2 para os 6 anos do primário durante a Fase 1, levado à 1 para a Fase 1) não se traduza numa degradação acelerada da qualidade. A ideia é de formar os professores à identificar os alunos em dificuldade (e a natureza das suas dificuldades) a fim de dar à estes um apoio sob a forma de horas suplementares de instrução e conduzir assim pelo menos 90% do grupo etário ao nível de aprendizagem previsto pelo novo currículo no fim do 6º ano de estudos. Estas horas suplementares são dadas por

<sup>26</sup> Ver por exemplo a Guiné na África ou o Chile na América do Sul.

<sup>27</sup> Localização a determinar: são sugeridos os actuais "Centros escolares", mas pode tratar-se de Delegações de Distritos reforçadas, antigos "pólos", etc....

<sup>28</sup> No caso de um exemplo plenamente operacional, cf. os CREDES do Estado de Ceara ao Brasil.

<sup>29</sup> As variantes deste modelo reencontram-se em países tão diferentes como Cuba ou Irlanda.

professores, quer reformados, quer em serviço, recrutados por concurso, que trabalharão em rede com os Centros de Recursos e Apoio e o MEC a nível central. Esta atenção será personalizada, incluindo por exemplo visitas ao domicílio das crianças no caso de ausências ou de dificuldades específicas, e a detecção de problemas sociais (perseguição sexual, excessos de trabalhos penosos domésticos,...), que serão levados à atenção das autoridades competentes através de serviços pertinentes. Cada criança será objecto de um processo psico-socio-pedagógico simples que o acompanha e será enriquecido durante toda sua escolaridade. Inspirado do modelo cubano, este programa, que a priori deveria atingir os 1/3 dos alunos que conhecem as mais sérias dificuldades escolares, constituiria o prelúdio ao "dia escolar completo" que prevemos introduzir com o novo currículo.

- Reforço das funções - chave entidades administrativas responsáveis gestão do ensino básico. (cf. Secção IV.H Gestão do MEC) [[[ Para cada uma destas funções, definiremos claramente, no contexto dos objectivos globais do MEC, as novas responsabilidades a serem exercidas, novos procedimentos de funcionamento e as novas competências necessárias. Um inventário quantitativo e qualitativo dos recursos humanos disponíveis permitirá avaliar as necessidades de formação ou de "complementaridade" pelos consultores. A partir da fase 1 (2004), contamos promover, com base nas normas de desempenho definidas, uma cultura de auto-avaliação apoiada por um programa de desenvolvimento profissional contínuo. Um sistema de avaliação externa do pessoal em termos de resultados será erigido para a fase 2 (2006). Uma atenção muito específica será dada à produção de informações de qualidade: estatísticas básicas, sistema de informações para a gestão, avaliação dos acervos dos alunos, seguimento das diferenças entre grupos vulneráveis e o conjuntos dos alunos, indicadores e desenvolvimento progressivo de um debate público sobre a qualidade.]]]

## PLANO de ACÇÃO

Estratégia Sob estratégias/linhas de acção	Actividades	Custos
<b>A. <u>Escolarizar todas as crianças</u></b>	A. Avaliação do sistema escolar pelos beneficiários	93.000
A-1. Expansão rede formal	A.1.1. Sobre base Carta escolar, concepção modelos arquitectónicos, métodos de construção, procedimentos de entrevista	10.000
	A.1.2. Construção e <b>apetrechamento</b> de 184 novas salas de aulas, ampliação de 50 e reabilitação de 33 salas de salas existentes, substituição de 21 outras	6.554.500
	A.1.3. Preparação, impressão, disseminação de manuais de entrevista (350x2fois) e formação dos responsáveis comunitários da entrevista para as zonas rurais	14.000
A-2. Escolas comunitárias	A.2.1. Com apoio de consultores, definição de normas e estímulos à criação de escolas comunitárias	5.000
	A.2.2. Disseminação no âmbito da campanha de IEC	72.000
	A.2.3. Criação de 30 escolas comunitárias sob contrato com o MEC	1.800.000
	A.2.4. Supervisão regulares	3.500
A3. Financiamento Pedido	A3.1. Na base avaliação 2002, melhorias ao programa Bolsa Escola para assegurar o sua sustentabilidade	15.000
	A3.2. Alargamento do programa à .... Famílias	60.000
	A3.3. Avaliações periódicos e melhorias contínuas	15.000
A4. EB alternativo (EBA)	A.4.1. Definição das normas mínimas do EBA pelo MEC	10.000
	A.4.2. Disseminação no âmbito do IEC	9.000
	A.4.3. Criação e <b>apetrechamento</b> de pelo menos uma instituição de EBA/distrito	840.000
A5. Educação especial (EdEsp)	A.5.1. Seminário internacional sobre a Educação Especial	16.000
	A.5.2. Viagem de estudos sobre boas práticas de EdEsp	20.000
	A.5.3. Concepção do programa de formação	10.000
	A.5.4. Introdução do EdEsp nos programas de formação dos professores	20.000
	A.5.5. Definição normas mínima EdEsp a aplicar à todas as escolas	10.000
	A.5.6. Introdução das normas mínimas EdEsp todas as nas escolas Primárias	20.000
	A.5.7. Criação de um Centro de EdEsp por distrito	701.000
<b>Sub-Total "ESCOLARIZAÇÃO UNIVERSAL"</b>		10.298.000
<b>B. <u>Reinventar a escola</u></b>	B. Campanha IEC sobre a Educação e a nova escola (anúncio, consultas, informação rádio, TV, documentação)	228.700
	B. 0. Com apoio de consultores, Planificação estratégica a partir de cada Centro de Investigação e de Apoio (CRA)	
<b>B.1. Normas operacionais mínimos (NOMs)</b>	B.1.0.1. Definição, por grupos temáticos, dos NOMs para cinco domínios, validação participativa	25.000
	B.1.0.2. Montagem, planificação e coordenação global	
	B.1.0.3. Desenvolvimento e disseminação de documentação explicativa (Manuais de procedimentos, vídeo) do conceito de NOMs em geral e para cada um dos	4.000



	cinco domínios	
	B.1.0.4. Formação do pessoal sobre os NOMs	30.000
	B.1.0.5. Sensibilização e mobilização das comunidades pelo IEC	4.800
	B.1.0.6. Aplicação	5.000
	B.1.0.7. Acompanhamento participativo e ajustamentos contínuos	
B.1.1. Participação comunitária (NOME #1)	B.1.1.1. Concepção e experimentação de 2-3 diferentes modelos de participação/parcerias	5.000
	B.1.1.2. Formação das equipas de mobilização e aquisição de motos p/ equipa	73.500
	B.1.1.3. Formação em liderança dos directores e dos pais	9.000
B.1.2. Infra-estrutura, móveis, equipamento (NOME #2)	B.1.2.1. Concepção integrada dos planos arquitecturais, do móvel, e do equipamento educativo e administrativo tendo em conta o modelo de escola e da pedagogia retida, bem como a preocupação de eficácia/custo e a dimensão da escola	15.000
	B.1.2.2. Viagem de estudos e experimentação de um modelo de entrevista com participação comunitária	10.000
	B.1.2.3. Desenvolvimento de um kit e de um dispositivo de entrevista preventiva, disseminação e formação dos voluntários	60.000
B.1.3. Professor qualificado ou redinamizado (NOME #3)	B.1.3.1. Definição do novo perfil de professor de acordo com o currículo revisto, validação participativa; identificação das principais dificuldades dos professores (inquérito + análise dos testes)	10.000
	B.1.3.2. Concepção e experimentação do programa redinamização (em alternância residencial/a distância/com tutor na escola) para cerca de 350 professores (Fase 1)	175.000
	B.1.3.3. Formação dos formadores e recrutamento dos tutores através de concursos	20.000
	B.1.3.4. Aplicação do programa	
	B.1.3.5. Avaliação externa e ajustamentos regulares	135.000
	B.1.3.6. Concepção, experimentação, aplicação, avaliação do programa de desenvolvimento profissional permanente centrado na melhoria contínua da escola para cerca de 650 professores (cf. B.2) (Fase 2)	250.000
B.1.4. Manuais, guias, materiais de aprendizagem e de ensino (NOME #4)	B.1.4.1. Definição do conjunto mínimo de material para o professor (guias, mapas, apoios pedagógicos...) e de material de estudos para cada aluno (cadernos, manuais, estojo...)	15.000
	B.1.4.2. Aquisição do kit e coordenação logística	3.981.760
	B.1.4.3. Formação dos professores ao fabrico de material pedagógico e a utilização dos novos manuais	285.000
B.1.5. Saúde escolar (NOME #5)	B.1.5.1. Definição de uma política nacional e apoio técnico do CRAs na elaboração de uma política sanitária para cada escola	5.000
	B.1.5.2. Saneamento (cf. NOMs #2, Infra-estrutura)	350.000
	B.1.5.3. Formação dos professores e acompanhamento (pela Inspeção) da instrução dada em matéria de saúde,	55.000

	higiene, nutrição (incluindo a extensão do programa FNUAP)	
	B.1.5.4. Serviço mínimo integrado de saúde e de nutrição	2.000.000
	B.1.5.5. Supervisão regular	144.000
<b>B.2. Melhoria contínua da qualidade</b>		
B.2.1. Novo currículo	B.2.1.1. Na base comparação internacional, definição de normas para a aprendizagem dos alunos durante os 6 anos do ensino básico / validação	32.000
	B.2.1.2. Com apoio técnico internacional, concepção detalhada do programa de educação básico em três ciclos sem repetência intra-ciclo	18.000
	B.2.1.3. Concepção/adaptação impressão/distribuição dos guias do professor e os manuais	11.760.000
	B.2.1.4. Formação dos professores ao novo currículo e aos novos manuais	50.000
	B.2.1.5. Avaliações e ajustamentos regulares	50.000
B.2.2. Planificação ao nível da escola (Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE)	B.2.2.1. Definição participativa (Inspectores, metodólogos, professores...) critérios da escola ideal para STP	20.000
	B.2.2.2. Formação dos Inspectores com apoio internacional	125.000
	B.2.2.3. Elaboração dos procedimentos e do manual de preparação do PDE pela equipa metodólogos/inspectores com apoio técnico internacional	100.000
	B.2.2.4. Disseminação e formação do pessoal dos CRA e os Directores de escolas	25.000
	B.2.2.5. Determinação da sequência das visitas de avaliação e apoio na preparação dos PDE pela Inspeção e pelos CRAs	45.000
B.2.3. Modernização da Inspeção	B.2.3.1. Seminário internacional sobre a evolução dos sistemas de Inspeção	60.000
	B.2.3.2. Definição do novo perfil, recrutamento através de concursos e formação dos Inspectores	10.000
	B.2. 3.3. Em coerência com os procedimentos definidos para o PDE, elaboração e experimentação de procedimentos para as visitas de avaliação da qualidade das escolas pelos Inspectores	40.000
	B.2.3.4. Disseminação de manuais de procedimentos junto das escolas	42.000
	B.2.3.5. Planificação das visitas (anúncio, recolha dos documentos relevantes, inquérito junto dos pais...)	585.000
	B.2.3.6. Avaliação externa e ajustamentos regulares	45.000
B.2.4. Fundo de apoio à Inovação	B.2.4.1. Concepção do Fundo, elaboração dos critérios e procedimentos	14.000
	B.2.4.2. Desenvolvimento e impressão de brochuras de informação geral e de manuais de procedimentos	16.000
	B.2.4.3. Formação dos avaliadores (Inspectores)	30.000
	B.2.4.4. Disseminação dos manuais em todas as escolas, formação dos Directores, reforço através da rádio	32.000
	B.2.4.5. Aplicação por fases	-35.000

	B.2.4.6. Avaliação anual do funcionamento, incluindo a aprendizagem, selecção e disseminação das melhores inovações, realização de ajustamentos	50.000
<b>Sub-Total "REINVENTAR A ESCOLA</b>		<b>21.044.760</b>
<b>C. Pôr a administração ao serviço da escola</b>		
<b>C.1. Rede de Centros de Recursos e de Apoio (CRAs)</b>	C.1.1. Definição (por grupo técnico com AT) das funções e responsabilidades do CRAs e o perfil do seu pessoal C.1.2. Estudo para determinar as necessidades em infra-estruturas e em "software" (novas construções ou ampliação/ordenamento de construções existentes, proximidade dos centros de saúde para facilitar a integração; 2 veículos 4x4; salas polivalentes; biblioteca/mediateca de referência (incl. vídeo?); banco "de boas práticas pedagógicas"; banco de testes para a avaliação dos alunos; (Internet ??) C.1.3. Elaboração dos procedimentos e funcionamento dos Centros e impressão dos manuais de procedimentos C.1.4. Recrutamento, <b>despesas de pessoal e funcionamento</b> dos Directores e pessoais dos Centros e apetrechamento C. 1.5. Formação do pessoal dos Centros C. 1. 6. IEC sobre o papel de apoio das redes de CRAs junto das escolas e comunidades C.1.7. Exercício de planificação estratégico a nível de cada Centro C.1.8. Aplicação do programa de re-dinamização dos professores não qualificados (2007-2010) (cf. B.1.3.) C.1.9. Aplicação do programa de desenvolvimento profissional permanente em redor do PDE (2010-2017) C.1.10. Avaliação e ajustamentos regulares	45.000 5.000  6.000 2.804.000 54.000 19.200 240.000  <b>-160.000</b>  <b>-120.000</b>  75.000
<b>C.2. Luta contra o insucesso escolar</b>	C.2.1. Elaboração detalhada do dispositivo por grupo técnico (objectivos; actores públicos/privados; localização institucional; responsabilidades; procedimentos; estímulos baseados nos resultados...) C.2.2. Elaboração do quadro jurídico e preparação do manual de procedimentos C.2.3. Identificação das principais dificuldades de aprendizagem dos alunos a partir das avaliações e constituição "de um banco" de boas práticas pedagógicas correctivas C.2.4. Formação dos professores na detecção das dificuldades de aprendizagem C.2.5. Planificação física do sistema (actores; horários; localização; logística; remuneração) C.2.6. Recrutamento dos instrutores por concurso C.2.7. Pilotagem, avaliação, ajustamentos C.2.8. Institucionalização C.2. 9. Acompanhamento do impacto, avaliações e ajustamentos regulares	20.000 9.000 56.000  240.000 30.000   4.200.000 30.000
<b>C.3. Reforço das capacidades do MINEDUC</b>	C.3. Ver Secção GESTÃO MEC ao Capítulo IV> H	
<b>Sub-Total " COLOCAR A ADMINISTRAÇÃO AO SERVIÇO DA ESCOLA"</b>		<b>7.833.200</b>

**CUSTO TOTAL..... U\$ 39.175.960**

**PRIORIDADES:**

- As Normas Operacionais Mínimas (NOMs), como meio para criar em cada escola uma sinergia de transformação interna centrada na aprendizagem; entre as 5 NOMs, a mais importante é a re-dinamização dos professores, devido ao seu impacto multiplicador
- Os Centros de Recursos e Apoio às escolas e aos professores para acompanhar a política de melhoria da qualidade e de redução das repetências e o dispositivo de Luta contra o insucesso Escolar (LEC) para os mesmos fins e como o início do "dia escolar completo"
- As infra-estruturas necessárias para minimizar a perda entre a 4ª e a 5ª classes e aumentar a taxa de conclusão do primário de 6 anos

## CRONOGRAMA

(a preencher)

<b>Estratégia</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
<b>Escolarizar todas as crianças</b>	O	O									
Expansão rede formal											
Escolas comunitárias	O	O									
Financiamento pedido	X										
EBA		O									
Educação especial		O	X	X	X						
<b>Reinventar a escola</b>											
<i>Normas Oper. Mínimas</i>											
Participação comunitária	O	O									
Infrastr., móveis, equipt	O	O									
Re-dinamização dos professores	O										
DP contínuo professores			O								
Saúde escolar (FRESH)	O	O									
<b>Melhoria cont. Qualidade</b>											
Revisão currículo	X	X	X								
Dia escolar completo					X	X	X				
PDE				X	X	X					
Modernização Inspeção	O	O	X								
Fundo para a Inovação			O	X							
<b>Pôr a administração ao serviço da escola</b>											
Centros Recursos & Apoio	O	O									
Luta contra o insucesso escolar	O	O	X								
Reforço MEC	O	X	X								

Legenda : O = Preparação ; X = etapa pontual (experimentação, avaliação, disseminação, formação....) ;----->= desenrolar

<b>INDICATEURS<sup>30</sup></b>	<b>Valeur départ (07)</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>17</b>
<b>IMPACT</b> Taux de scolarisation brut et net --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres Taux de conclusion (6 <sup>ème</sup> année) --- par district --- garçons/filles --- non-pauvres/pauvres/très pauvres Evaluation des acquis des élèves (Portugais, maths, sciences sociales) en 4 <sup>ème</sup> année --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres Pour chacun de ces indicateurs, réduction de l'écart --- entre districts --- entre garçons/filles --- entre non pauvres/très pauvres	B147/N97(EB1) B87/N37(EB2)  81 (4 <sup>ème</sup> année)  P47/M48/S72 :100					120/98  85 (6 ans)	105/99  95 (6 A)
<b>INDICATEURS INTERMEDIAIRES</b> Taux de redoublement (%) --- global et par classe/cycle --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/ pauvres/ très pauvres Taux de transition (%) 4 <sup>ème</sup> à 5 <sup>ème</sup> années --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres Abandons --- par école/CRA	30-29-26-21-26-39  71		25  75		20  85	15  90	<10  97

<sup>30</sup>

Un suivi sérieux de ces indicateurs exigera des formulaires spécialement conçus et une formation du personnel des écoles sur l'utilité de l'exercice et sa logique

--- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres Nombre d'élèves : maître Indice d'efficacité(%) ensemble du cycle (6 ans) Part du budget courant (%) affectée à l'éducation Part du budget courant de l'éducation affectée à l'enseignement de base (6 ans) Economies réalisées sur les dépenses d'éducation grâce à la réduction des redoublements	34,7 70 (4 ans) 34 (4 ans)					38 50	40 50
<b>RÉSULTATS/SUIVI</b> No/% de salles de classe (par district) --- En vacation simple/double/ regime triple --- Construites --- Réhabilitées --- Réparées --- Equipées aux NOMs (phase 1) Moins de 3 des 5 NOMs 3 des 5 NOMs ou plus --- Avec PDE (phase 2) No/proportion(%) d'enseignants --- Qualifiés au départ --- Redynamisés (phase 1) --- Inclus dans le programme de DP continu (phase 2) No de professionnels (non enseignants) formés No de jeux de manuels distribués (NOMs) No de jeux de guides et "kits" du maître distribués No de CRAs pleinement fonctionnels No de projets d'innovation/d'amélioration <ul style="list-style-type: none"> <li>• Soumis</li> <li>• Approuvés</li> </ul>	18/60/22 45 -- -- --	--	1	3	-- 100 -- 5	10/80/10 8	40/60/00

### **C. EDUCAÇÃO POSTOBRIGATÓRIA: PRIMEIRO CICLO DO SECUNDÁRIO**

#### ***Diagnóstico***

1. Os problemas actuais ao nível de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> classes são em grande parte o prolongamento e o agravamento das dificuldades acumuladas durante **os 4 anos do 1<sup>o</sup> Ciclo do Ensino Básico. Assinalaremos três.**
  2. O primeiro, já assinalado, refere-se à baixa taxa de transição entre a 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> classes - estimada à 71% e aparentemente ligada em grande parte ao pequeno número e à implantação geográfica de **8** escolas secundárias do país, todas situadas nas capitais de distrito (cf. Quadro IV.C.1). A região metropolitana possui por si só 5 destas escolas, representando 76% do total dos alunos. As implicações deste fenómeno em termos de equidade já têm sido discutidas: os fluxos de estudantes são controlados tanto pela distância em relação à escola secundária que pelo mérito académico dos alunos, e que os privilegiados que prosseguem os seus estudos no secundário são de origem socioeconómica favorecida. E salienta-se ainda o facto que a proporção de raparigas diminui gradualmente, até aos 46% a nível da 7<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> classes<sup>31</sup>
  2. Vinculado à este facto e às taxas sempre elevadas de abandono, existe uma segunda preocupação, já evocada, que é o grande número de crianças que não prosseguem incluindo a escolaridade formal para além da 4<sup>a</sup> classe. Na perspectiva do EPT, da luta contra a pobreza e da coesão social, é capital que estes jovens recebem, num quadro informal ou semi-formal, ao mesmo tempo (i) a formação teórica complementar que permitir-lhes-á adaptar-se à evolução da sociedade e ao emprego, de adquirir competências técnicas mais avançadas e participar activamente na vida comunitária e cidadã e (ii) uma preparação pré-profissionalizante bem como uma orientação.
  3. O terceiro desafio - para além da falta gritante de manuais, o baixo nível de qualificação dos professores (73% não receberam nenhuma formação), e a ausência de apoio aos estabelecimentos - é a vetustez do currículo. Este último data do início dos anos 80 e não reflecte por conseguinte as tendências da última década: simplificação e redução do número de matérias leccionadas em proveito de um aprofundamento temático e a compreensão, inclusão de temas transversais contemporâneos como protecção do ambiente, prevenção do HIV/SIDA, das DSTs e das gravidezes precoces, sexualidade responsável, ou cidadania democrática, tónica posta sobre a iniciação e sobre as aplicações diárias na vida prática e o meio, por exemplo em ciências, antes que sobre a avaliação. Esta combinação de fraca qualidade e vetustez faz que cerca de 90% de alunos que transitam de 8<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> classe não se encontram preparados nem para o pré-universitário nem para a passagem da escola ao mercado de emprego.

#### ***Objectivo para o subsector***

4. Uma vez universalizada e consolidada a educação básica (EB) de 6 anos, a lógica sugerirá que se prossiga a expansão quantitativa do primeiro ciclo do secundário (7<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> classes, ES1), dando prioridade a qualidade e estendendo à este nível a reforma começada nos 6 anos do EB. Com efeito, enquanto que 5-6 anos de escolarização são

<sup>31</sup> A taxa de escolarização é superior em zona urbana. Nestas zonas, a escolarização das raparigas excederia a dos rapazes, registando-se o inverso no meio rural, com fortes disparidades de uma região à outra.

considerados como necessários para adquirir as competências mínimas e "aprender-se a aprender" ao longo da vida, a inserção no mercado de trabalho moderno, que contamos ver desenvolver-se no nosso país, exige um mínimo de 9 anos de estudos. Esta expansão será equitativa mas controlada e baseada no mérito. O objectivo é por conseguinte de instaurar as condições necessárias de modo que para o fim da década (2013) todos os jovens de 12-15 anos tenham acesso à um ES1, seja formal, seja não formal, de qualidade, que consolida os acervos fundamentais do EB, preparando ao mesmo tempo para o mundo de trabalho ou (para o formal) para um maior rigor do secundário mais elevado (ES2).

### ***Estratégia para o subsector***

5. Na medida em que o ciclo ES1 é uma sequência do ciclo do EB, não obstante a existência de uma ruptura (por exemplo, com a introdução de professores especializados e devido a limitação da idade dos alunos), as estratégias propostas assemelham-se largamente às do EB, ao mesmo tempo que são introduzidos novos elementos.

#### **A: Estratégia de expansão controlada**

6. A rede de infra-estrutura para ES1 será expandida e racionalizada de acordo com as recomendações da carta escolar, incluindo a eliminação do regime triplo, o agrupamento dos ciclos EB1-EB2 por um lado, e de ES1-ES2 por outro lado, e a promoção de métodos de construção/entrevista preventiva mais participativas. Este alargamento da rede será cuidadosamente posto em sequência no âmbito da universalização do ensino primário de 6 anos. O número de professores será aumentado com base num rácio de 40 alunos por professor, ou seja.... Um sistema correção dos fluxos será introduzido progressivamente, conjugando a qualidade (dispositivo de luta contra o insucesso escolar, selecção com base nas médias e nos testes de entrada na 7ª classe), a equidade (quotas geográficas para além de uma nota mínima exigida), e a eficácia (política de redução da repetência).

#### **B: Estratégia de qualidade provocada pela revisão do programa de estudos**

7. Como para o EB, a estratégia de qualidade do ES1 desenrolar-se-á em duas etapas; a primeira visa assegurar as Normas Operacionais Mínimas (NOMs) em todos os estabelecimentos, e a segunda, dá início à um processo de melhoria contínua através da auto-avaliação, o Projecto de Desenvolvimento da Escola (PDE) e a avaliação externa.

8. No entanto, contrariamente ao EB, é a revisão do currículo será, neste caso, o motor da mudança, em vez da "redinamização" dos professores. O novo currículo será reexaminado por uma equipa nacional reforçada, sobre base de uma comparação com as tendências internacionais, com uma preocupação de coerência interna sobre os 11/12 anos da escolaridade total, e de acordo com um processo participativo de informação e de consultas implicando, por etapas, o conjunto dos actores dos Centros de Recursos e de Apoio (CRAs).

9. O novo programa de estudos apresentará provavelmente três grandes características. Será concebido para consolidar e refinar as competências básicas adquiridas durante o EB, sobretudo apoiando-se e reforçando as iniciativas coroadas de sucessos como os programas, materiais pedagógicos e formação de professores do FNUAP sobre a higiene de vida, as questões de género, a prevenção dos DST e do



HIV/SIDA e as gravidezes precoces. Será simplificado de forma a assegurar a compreensão dos conceitos subjacentes, a inculcar aos alunos métodos de trabalho antes que conhecimentos evidentes, e a tornar os professores assim como os alunos mais polivalentes. Por último, utilizará uma gama de abordagens mais variadas e mais activas que implicam projectos na comunidade, trabalhos individuais e de grupo, experimentações e saídas, a preparação de um processo ou de uma entrevista, etc..... Uma tal diversificação visa vários objectivos responder às diversas maneiras de aprender dos alunos; abrir a escola sobre a comunidade e ao mundo externo para torna-la mais relevante; encorajar o espírito de iniciativa e preparar os jovens à uma cultura de empresa e de auto-emprego; cultivar nos alunos atitudes, valores, práticas e competências sociais que necessitam para disporem de um pensamento crítico, encontrar um emprego em que sejam eficientes, fazer escolhas responsáveis, por exemplo em matéria de sexualidade, e participar numa vida cidadã respeitosa das diferenças.

10. Os professores **serão reconverção** (i) de acordo com os princípios de alternância - formação no Centro / no seu lugar de trabalho - integrados no programa de re dinamização do EB, e (ii) para torna-los polivalentes (ex: Português-ciências sociais, matemáticas-ciências). Assim tornar-se-ão mais adaptáveis à vida moderna contendo ao mesmo tempo os custos da expansão do ciclo. A sensibilização às questões de género será destacada nesta formação.

11. Para além do acesso ao Fundo para a Inovação, que permitirá apoiar actividades peri-escolares que têm objectivos precisos, ligados às prioridades da estratégia, os estabelecimentos de ES1 terão colectivamente acesso aos serviços de informação, de conselho e de orientação dos alunos radicados nos Centros de recursos e de apoio mas ligados à uma Célula-mãe no Liceu nacional, com ligação ao rádio local. Estes serviços terão uma capacidade de iniciativa e de resposta que vão dos problemas específicos à adolescência (auto-consideração para as raparigas, gestão dos conflitos para os rapazes, informação sexual para os dois, educação familiar...) à informação sobre as possibilidades de emprego incluindo estágios. "Clubes-Jovens" serão implantados a nível dos distritos nas salas polivalentes dos CRA para encontros, debates, apresentações de filmes, animação comunitária ou cultural, etc.... em prolongamento do currículo. Abertos aos jovens da educação alternativa/FP e do pré-universitário, estes Clubes-Jovens serão animados por voluntários sob a supervisão dos CRA, em parceria com as organizações da sociedade civil. Trabalharão em estreita colaboração com o Centro de Escuta e de Conselho criada pelo FNUAP.

#### C: Estratégia de reforço das capacidades institucionais

12. Esta estratégia prolongará a já descrita para o EB: Centros de Recursos e apoio, dispositivo de luta contra o insucesso escolar, inversão da pirâmide administrativa (cf. Gestão MEC, Secção IV.H)

**PLANO DÁCTION**

<b>Estratégia Sob estratégias</b>	<b>Actividades</b>	<b>Custos</b>
<b><u>A. Expansão controlada</u></b>		
A.1. Extensão racionalização da rede de infra-estruturas	A.1.1. Com base na carta escolar, concepção de modelos arquitecturais, métodos construção, procedimentos de entrevista	22.000
	A.1.2. Construção ou ampliação de 34 salas de aulas, reabilitação de 23 salas de aulase e <b>apetrechamento</b>	1.214.500
	A.1.3. Preparação, impressão, disseminação de manuais de entrevista e formação dos responsáveis comunitários	15.500
	A.1.4. Formação e <b>salário</b> de.... novos professores	1.700.000
A.2. Controlo dos fluxos	A.2.1. Apoio técnico para concepção, pilotagem e introdução de um sistema de correcção dos fluxos baseado na qualidade (luta contra insucesso escolar, selecção a partir de notas e testes), a equidade (quotas geográficas além de um mínimo), e a eficácia (redução das repetências).	82.000
<b>Sub-Total "EXPANSÃO CONTROLADA"</b>		<b>3.034.000</b>
<b><u>B. Estratégia de qualidade provocada pela reforma dos programas de estudos</u></b>		
B.1. Normas Operacionais Mínimas (Nomes)	B.1. ("para memoria") IEC	-15.000
	B.1.1.1 Concepção, pilotagem, aplicação, avaliação do programa de desenvolvimento profissional permanente centrado na melhoria contínua da escola (cf. B.2)	20.000
	B.1.1.2. Definição do kit mínimo de material para o professor (guias, mapas, apoios pedagógicos....) e de material de estudos para cada aluno (cadernos, manuais, estojo...)	5.000
	B.1.1.3. Formação dos professores na utilização dos novos manuais e o fabrico de material pedagógico	150.000
B.2. Melhoria contínua da escola	B.1.1.4. Formação dos professores e seguimento (inspecção) para a educação em matéria de saúde, higiene, nutrição (incluindo a prevenção do HIV/SIDA)	125.000
	B.2.1.1. Revisão do currículo: Seminário internacional e apoio técnico para a definição de normas para a aprendizagem dos alunos durante os 3 anos do ES1, e validação participativa	12.000
	B.2.1.2. Com apoio técnico internacional, concepção detalhada do currículo de ES1	51.000
	B.2.1.3. Concepção/adaptação impressão/distribuição dos guias do professor e dos manuais	24.000
	B.2.1.4. Formação dos professores ao novo currículo e aos novos manuais	324.000
	B.2.1.5. Avaliações e ajustamentos regulares	20.000
	B.2.2.1. Definição participativa dos critérios da escola ES1 ideal no contexto de STP, elaboração dos procedimentos e do material de preparação do PDE pela equipa metodólogos /inspectores com apoio técnico	30.000
	B.2.2.2. Disseminação e formação do pessoal dos Centros e os Directores de escolas em matéria de planificação	105.000

	estratégica B.2.2.3. Apoio à preparação dos PDE pela Inspeção e os Centros de recursos e de apoio B.2.3.1. Inspeção, Cf. Educação básica B.2.4.1. Fundo para a Inovação, cf Educação básica	15.000 232.000 454.000
<b>Sub-Total " ESTRATEGIA DE QUALIDADE, REFORMA PROGRAMA DE ESTUDOS (ES1)</b>		<b>1.567.000</b>
<b><u>C. Pôr a administração ao serviço da escola</u></b>		
C.1. Rede de Centros de Recursos e de Apoio (CRAs)	C.1.1. Extensão da função de alguns dos Centros no apoio ao ciclo ES1, em rede com as Unidades de Reforço dos dois Liceus; o novo papel inclui conselho e orientação profissional.	448.000
	C.1.2. Recrutamento através de concurso e formação de pessoal para assegurar este apoio, incluindo conselho e orientação profissional	95.000
C.2. Luta contra o insucesso escolar	C.2.1. Educação de base C.2.9. Modalidade adicional de apoio em matemáticas/ciências, a ser definido quer sob a forma de unidades móveis quer sob a forma de ateliers regulares de agrupamento	2.413.000 810.000
<b><u>D. Reforço das capacidades do MINEDUC</u></b>	C.3.1- C.3.8. Cf. Educação básica e Gestão MEC Reforço técnico Equipamento e material Veículo e consumíveis Reciclagem inicial e DP contínuos do pessoal	200.000
<b>Sub-Total " PÔR A ADMINISTRAÇÃO AO SERVIÇO DA ESCOLA"</b>		<b>3.966.000</b>

**CUSTO TOTAL..... U\$ 8.567.000**

**PRIORIDADES:**

- NOMs, pelas mesmas razões que em EB - abordagem sistemática, sinergia, permitindo esperar uma transformação da escola
- O conjunto sistemático formado por CRAs, dispositivo de Luta contra o insucesso escolar, Serviços de aconselhamentos e de orientação, Clubes-jovens com actividades sociais, culturais, comunitárias
- Currículo modernizado e métodos de trabalho interactivos que visam desenvolver a confiança em si, o espírito crítico, o gosto de empreender, o sentido da responsabilidade social

**CRONOGRAMA**

(a preencher)

<b>Estratégia</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
-------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

<b>Expansão controlada</b>			o	o							
Extensão racionalização da rede de infra-estruturas											
Controlo dos fluxos	X	X									
<b>Estratégia de qualidade _</b>		o	o	o	X						
<i>NOMs</i>			o	o							
Infra-estrutura			o	o							
Participação			o	o							
Materialis											
Formação											
Saúde escolar											

<b>Melhoria contínua</b> Revisão curricular Manuais e Guias PDE Modernização Inspeção Visitas. Aval.. qualidade - escola Fundo para a Inovação				o	o x o o o	x						
<b>Colocar a administração ao serviço da escola</b> Centros de Recurso e de Apoio (CRAs)		o	o	o								
Luta contra o insucesso escolar		o	o	x								
Reforço das capacidades do MINEDUC	o	x	x									

INDICATEUR	Valeur départ(07)	08	09	10	11	12	17
<b>IMPACT</b>							
Taux de scolarisation net et brut (7-9) --- par district (ou région) --- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres	112 (B)/78(N) <sup>32</sup> cf annexe « --						
Taux de conclusion 9 <sup>ème</sup> année --- par district --- garçons/filles --- non-pauvres/pauvres/très pauvres	n.a.						
Evaluation des acquis des élèves en fin de cycle (Portugais, maths, sciences sociales) --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres	n.a.						
Pour chacun de ces indicateurs, réduction de l'écart --- entre districts --- entre garçons/filles --- entre non pauvres/très pauvres	cf annexe Tableau...						
<b>INDICATEURS INTERMÉDIAIRES</b>							
Taux de redoublement (%) (7-9) --- global et par classe --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/ pauvres/ très pauvres	25-27-40						
Taux de transition 6 <sup>ème</sup> à 7 <sup>ème</sup> année --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres	n.a.						
Abandons --- par district --- garçons/filles --- non pauvres/pauvres/très pauvres							
Taux d'efficacité ensemble du cycle (7-9)	53 (5-8)						
Part du budget courant de l'éducation affectée au ES1 (7-9)	n.a.						
(Economies réalisées sur les dépenses d'éducation grâce à la réduction des redoublements)	--						
Nb/% d'écoles ES1 avec participation communautaire	--						
Nombre de Clubs-jeunes en fonctionnement/activités	--						
<b>RÉSULTATS/SUIVI</b>							
No d'écoles (par district) --- Construites (phase 1) --- Réhabilitées --- Réparées --- Equipées aux NOMs (phase 1) --- Avec PDE (phase 2)	--						
No /%d'enseignants --- Qualifiés au départ	27(5-9)						

<sup>32</sup> Ces taux se referent aux 5<sup>ème</sup> à 8<sup>ème</sup> années et devront être ajustés une fois effectivement introduit l'EB de 6 ans.

--- Formés à la polyvalence(phase 1) --- Inclus dans le programme de DP continu (phase 2) No de jeux de manuels distribués (NOMs) No de jeux de guides et "kits"du maitre distribués No de CRAs élargis pour servir l'ES1 Pour chaque école: no de rencontres avec les parents, résultats concrets No de projets d'innovation/d'amélioration • Soumis/ Approuvés							
---	--	--	--	--	--	--	--

**D. EDUCAÇÃO POST-OBRIGATÓRIO:  
SEGUNDO CICLO SECUNDÁRIO (PRÉ-UNIVERSITÁRIO)**

**Diagnóstico**

1. Três<sup>33</sup> estabelecimentos públicos leccionam de 9<sup>a</sup> <sup>34</sup> à 11<sup>a</sup> classes no país. *Liceu nacional* é de longe o mais importante. Concebido para um milhar de alunos o Liceu acolhe quase cinco vezes mais num regime de três turnos, com os desequilíbrios rapazes/raparigas já assinalados. As dificuldades já evocadas para os níveis anteriores reencontram-se de forma exacerbada: currículo vetusto colocando a tónica sobre as disciplinas e a memorização de informações antes que sobre o desenvolvimento do pensamento crítico e os métodos de trabalho; grave escassez de materiais pedagógicos e de aprendizagem (apenas 1/3 dos estudantes possuem-no, o que justifica a prática de recopia); laboratório de ciências devastado vários anos atrás, sem que se tenha procedido a sua reparação, tornando assim impossível a realização de experiências; turmas sobrecarregadas não permitindo nenhuma atenção individualizada e nenhuma didáctica adequada necessárias ao desenvolvimento do espírito de empresa; infra-estrutura relativamente em bom estado mas em risco de degradação rápida devido ao regime triplo e a ausência de manutenção. Apenas ... % dos 135 professores têm as qualificações iniciais necessárias e nenhum tem oportunidades de desenvolvimento profissional; a direcção deve recorrer à uma proporção elevada (80% em 95/96) de eventuais relativamente alheios aos destinos do estabelecimento e do sucesso dos alunos.

2. O estabelecimento funciona "quase como uma fábrica", sem possibilidades de articulação com a vida dos alunos, o ambiente sócio-cultural, nem com o meio de trabalho onde deverão inserir-se os alunos quando deixar a escola. A administração estando ultrapassada, é-lhe praticamente impossível apoiar, enquadrar, ou controlar, o pessoal docente. O Absentismo dos professores e a indisciplina dos alunos atinge níveis preocupantes e não é possível aplicar qualquer tipo de sanção. Os pais participam mais com protestos do que de forma construtiva. Em tais condições de funcionamento, as técnicas modernas de gestão, a inovação, o projecto de estabelecimento, as actividades peri-escolares, as experiências de trabalho ou as relações com a comunidade são conceitos abstractos e fora de alcance. A qualidade da educação recebida é ilustrada pela necessidade de um ano de actualização antes da entrada no terciário.

**Objectivo**

3. O ciclo superior da educação secundária, bem como o nível terciário e universitário, é indispensável à preparação de técnicos, quadros e das elites que

<sup>33</sup> Verificar. Senão nova construção.

<sup>34</sup> Como já indicado, em teoria a 9<sup>a</sup> classe faz parte de ES1 mas na prática actualmente é gerido pela Direcção do Pré-Universitário (ES2).

sustentam a construção de uma nação, e as taxas de rentabilidade económica demonstram o seu interesse. No entanto, estes dois níveis obedecem à uma **lógica diferente** da educação básica e bem como do ES1 que é o seu prolongamento; além disso, apresentam um custo unitário muito mais elevado. Considerando a amplitude das prioridades de um país como o nosso, o acesso a estes níveis é um privilégio, acompanhado de responsabilidades.

4. Por conseguinte alvejamos uma expansão muito selectiva do ciclo pré-universitário, calibrada sobre o mercado de emprego, respondendo aos critérios de mérito e de equidade e acompanhado **de um aumento marcado e duradouro da qualidade incluindo uma abertura sobre o mundo do trabalho e a comunidade. Estas condições são com efeito indispensáveis para apoiar o desenvolvimento económico e social, acelerar a redução da pobreza, e confortar a democracia no nosso país.**

de um aumento visível e durável da qualidade incluindo uma abertura ao mundo do trabalho e à comunidade. Essas condições são indispensáveis para sustentar o desenvolvimento económico e social, acelerar a redução da pobreza, e a democracia no nosso país.

### **Estratégia sob sectorial**

#### **A. Regulação dos fluxos**

5. Nossa estratégia para a ES2 passa por uma politica de regulação dos fluxos e prolongará à aquela da ES1 pela
- um processo de admissão por concurso conjugando notas mínimas, quotas regionais e tiragem a sorte entre os "ex-aequo". O número de lugares disponíveis será modulado sobre as necessidades do pessoal de nível médio ou superior estimados elas estruturas de observação do emprego formal (apresentadas na secção IV. G sobre a Formação Profissional)
  - o descongestionamento do liceu nacional para o reforço dos outros dois estabelecimentos de nível pré universitário<sup>35</sup>, e sua eventual especialização em ligação com o meio, por exemplo sobre os problemas de desenvolvimento rural (Norte) ou de pesca (Sul), a bio diversidade (Centro), etc.
  - Distribuição de bolsas, em particular para as raparigas e os futuros cientistas

#### **B. Restructuration du Liceu**

6. A segunda estratégia consiste em uma reestruturação completa do liceu nacional em duas instituições (uma para da manhã, outra para aquela da tarde) geridas por duas equipas diferentes sob uma coordenação geral. As equipas de gestão administrativa e pedagógica serão pré seleccionados por concurso e depois eleitos pelos pais, estudantes e professores sobre a base de um verdadeiro Projecto de Estabelecimento trienal (pelo menos 2 projectos em competição para cada "vacation"). A concepção desse documento de natureza contratual implicará a participação nomeadamente dos empregadores e ONG ou outros organismos da sociedade civil de modo à abrir o estabelecimento no mundo do trabalho e a promover a responsabilidade cidadã. Os projectos postos em concorrência não deveram somente oferecer uma visão de inserção no meio e de projecção no futuro, farão propostas de estruturas de participação da comunidade professores - estudantes - pais (Conselho educativo, Associação de pais; Associação de estudantes...) equilibrando autonomia e responsabilização, assim que as modalidades especificas para o conselho

<sup>35</sup> A situação exacta desses dois estabelecimentos não muito claras.



psicológico, a orientação profissional dos jovens (e eventualmente a organização de estágios de trabalho), o reforço das aquisições dos alunos nos domínios chaves do futuro, e a vida dos alunos.

7. Mais modesto(s), o(s) segundo (e 3ª) estabelecimento(s) do ES2 serão contudo constituídos segundo o mesmo processo competitivo e participativo do Projecto de Estabelecimento. Trabalharam em rede com o Liceu nacional, este último beneficiará de meios consideráveis que lhe confirmam uma papel de estabelecimento de elite.

### C. Reforço da qualidade

8. Esta sob estratégia se realizará, como para os níveis anteriores, através um jogo de intervenções sistemáticas que reflectam a "visão" inscrita no Projecto de Estabelecimento ao mesmo tempo que as lições aprendidas da experiência internacional. Em primeiro lugar, as infraestruturais serão melhoradas e aumentadas em função das necessidades, reabilitadas e reequipadas (laboratório e sala de informática, biblioteca, médioteca, Espaço jovens, instalações desportivas) de maneira a oferecer condições de um novo começo, toda a comunidade tomando suas disposições para assegurar a segurança a co-responsabilidade.

9. As formações a suas novas funções (incluindo em "leadership") e apoios técnicos serão oferecidos tanto aos directores das duas "vacations" que às equipas de gestão e aos responsáveis dos diferentes grupos - alunos, professores, pais. Um programa de desenvolvimento profissional (DP) dos professores, combinando uma fase inicial intensiva de reactualização das competências seguida de um processo de desenvolvimento profissional permanente organizado através do melhoramento contínuo de do estabelecimento. Este programa, tomara em conta as normas de aprendizagem fixadas aquando da revisão do curriculum e da pedido proveniente dos próprios professores, será organizado em conjunto entre o ISP e uma instituição internacional reconhecida, aos métodos á distancia, e às novas tecnologias de informação e de comunicação. Uma Unidade de Reforço oferecerá aulas suplementares em matemática, ciência, e informática, ao mesmo tempo para uma "remise à niveau" dos alunos com dificuldades e (por exemplo com o sector petrolero ou, à mais longo termo, com uma eventual unidade de investigação sobre a bio diversidade) para melhor estimular ao alunos mais dotados ao mais ambiciosos. Da mesma maneira, no domínio das línguas estrangeiras, uma cooperação por projectos poderá ser instauradas com as embaixadas e o sector turístico.

10. A modernização do programa de estudos será confiada à um grupo de trabalho incluindo métodos, professores, e o apoio de consultores. O grupo se esforçará de reconciliar o custo - eficiência e a preocupação de coerência interna com os outros níveis de educação e a pertinência ao mesmo tempo (i) em relação ao sector moderno - petróleo, turismo, comercio...-- (ii) em relação aos problemas de sociedade - saúde, em particular HIV/SIDA e sexualidade responsável (em extensão do programa FNUAP para as 5º à 8ºanos actuais), educação cívica compreendendo o "viver - juntos" e a protecção da bio diversidade, e (iii) para a gestão das situações quotidianas tais como a discriminação, assédio sexual ou a violência domestica. um agrupamento das disciplinas e uma «estrutura do tipo « núcleos duros + opções », os grupos técnicos tomaram em conta o custo aluno da diversificação dos programas. Por outro, eles não perderam de vista o facto que as tecnologias sofisticadas se substituem os instrumentos fundamentais de aprendizagem que são o tempo efectivo de estudo, os manuais escolares e outros materiais, incluindo extracurriculares (vídeo, jornais, etc...) de um preço abordável, assim como os

professores polivalentes, bem formados e apoiados. As equipas trabalharam em colaboração com os diversos esforços internacionais de investigação sobre as alternativas em matéria da educação secundária (Estudo Regional do Banco Mundial sobre a Educação secundária, Instituto Internacional de Planificação de Educação, Associação para o Desenvolvimento da Educação em Africa).

11. L'interface entre o Liceu e a cultura dos jovens, o mesmo que a transição entre a escola e o trabalho, são dimensões críticas da educação dos adolescentes. O Fundo de Apoio a Inovação será solicitado para as actividades péri - escolares do Espaços Jovens contendo todas as medidas do possível em parceria (rádio, teatro, filmes, debates, saídas...), o Espaços Jovens organizará igualmente projectos comunitários para grupos mais carenciados, por exemplo os Clubes jovens do EBA. Por outro, uma Célula de orientação (CO) oferecerá serviços e informações sobre o mercado de trabalho, incluindo trocas com o incubador que a instalação está prevista no Centro Politécnico e estágios profissionais de curta duração dando aos alunos uma experiência prática. Esta Célula será associada (segundo as modalidades específicas à determinar) ao Centro de Escuta e Aconselhamento (CEA) suportado pelo FNUAP, a vocação mais psicológica, ao qual a capacidade será alargada. A junção CO-CEA servirá igualmente de centro de referência para o 2º estabelecimento de ES2 e o todo a rede do ES1, para reforçar a coerência de todo o sistema de educação secundária.

## PLANO DE ACÇÃO

Estratégia/ Sob estratégia/linhas de acção	Actividades	Custo
<b><u>A.. Regular os fluxos de alunos</u></b>	A.1. Com o apoio de consultores, campanha de IEC em permanência anunciando a reforma, explicando as opções, solicitando reacções, e respondendo as questões do público (rádio, seminários, material...)	48.000
A.1. Seleccionar pelo mérito e Equidade	A.1.1. Com o apoio de consultores, concepção de concursos pela equipa nacional, , incluindo testes e mobilização de beneficiários	15.000
A.2. Descongestionar o Liceu Nacional	A.2.1. Carta escolar para determinar implantação e necessidades de infra-estrutura (consolidação/ nova construção) A.2.2. Planificação da transição - construção, transferência de estudantes e professores	39.000 6.000.000
A.3. Bolsas para raparigas e científicos	A.3. 1. Determinação dos critérios e condições, seguimento do impacto	<b>5.760.000</b>
<b>Sub-Total "REGULAR OS FLUXOS DE ALUNOS"</b>		<b>11.814.000</b>
<b><u>B. Restaurar o Liceu</u></b>		
B.1. Cisão e duplo Projecto de Estabelecimento do Liceu Nacional	B.1.1. Consultas anuais aos pais, estudantes, professores: antes, durante, depois B.1.6. Sensibilização e formação dos diferentes actores - directores e gestores, pais, estudantes, professores -- à suas novas funções	20.000 66.500
B.2. Organização em rede	B.2.3. Processo paralelo para a criação (ou a reestruturação) do 2º estabelecimento de ES2, desenvolvimento laços de cooperação em complementaridade	<b>300.000</b>
<b>Sub-Total " RESTAURAR O LICEU"</b>		<b>386.500</b>
<b><u>C. Reforço da qualidade</u></b>		
C.1. Condições materiais mínimas	C.1.1. Remise en état des infrastructures et ré-équipement (bibliothèque, laboratoire, médiathèque, installations de sport, Espace-jeunes...): inventaire, estimations des besoins, établissement spécifications techniques, passation marchés, réception et installations C.1.2. Elaboration procédures maintenance et protocole de gestion en co-responsabilité	100.000 5.000
C.2. Desenvolvimento profissional dos professores	C.2.1. Contrato de geminação para o apoio exterior C.2.2. Concepção do programa incluindo modalidades à distância (i) re -actualização das competências (fase 1) ; (ii) DP contínuo (fase 2) C.2.3. Implementação do programa de ré- actualização C.2.4. Implementação programa de DP contínuo	-40.000 60.000 90.000
C.3. Revisão do curriculum	C.3.1. Séminaire international sur les grandes tendances de réforme des programmes d'études secondaires C.3.2. Choix et acquisition des manuels	22.000 120.000

C.4. Serviços e parcerias	C.4.1. Unité de renforcement des acquis (maths, sciences, langues)	100.000
	C.4.2. Célula de orientação e Centro de escuta e de aconselhamento funcionando em rede com conjunto dos estabelecimentos de ES2 e como estrutura de referência para os estabelecimentos ES1	100.000
	C.4.3. Fundo para a Inovação	200.00
	C.4.4. Criação de Espaço - Jovens	100.000
C.5. Seguimento e avaliação	C.5.1. Criação dos dados de partida sobre as aquisições, avaliações bienais e seguimento participativo no quadro do Projecto de Estabelecimento.	15.000
<b>Sub-Total « REFORÇO DA QUALIDADE »</b>		<b>912.000</b>
<u>D. Reforço técnico de capacidades institucionais</u>	D.1. Reforço técnico da Divisão responsável no MEC	150.000
	D.2. Equipamento	100.000
	D.3. Formação do pessoal	85.000
<b>Sub-Total " REFORÇO TÉCNICO DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS"</b>		<b>60.000</b>

**CUSTO TOTAL.....U\$ 13.172.500**  
**PRIORIDADES**

- Reestruturação do Liceu Nacional para fazer dele um estabelecimento moderno, aberto, exigente e rigorosamente gerido, e responsável
- Como para o ES1, a implementação de um conjunto de serviços de orientação, em razão do seu carácter crítico para a transição da escola ao mundo do trabalho esses serviços de funcionamento em ligação com o Centro de Aconselhamento e de escuta suportado pelo FNUAP, mais vocacionado nos aspectos psicológicos e saúde reprodutiva, e que será reforçado
- Organização em rede do Liceu e de outras instituições de nível pré Universitário (Liceu tendo o papel de instituição de referência e de apoio):
  - a. No plano económico, para a revisão do programa de estudos - o Liceu como instituição nacional e outra (as 2 outras ?) - como instituição(ões) especializada(s) por ex. ciências e biodiversidade
  - b. Em matéria de serviços de orientação, aconselhamento, apoio, etc....

**CHRONOGRAMA**  
**(para preencher)**

<b>Estratégia</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
<b>Regular os fluxos de alunos</b>											
Seleccionar segundo o mérito e equidade		X	X								
Descongestionar o Liceu Nacional				X							
Bolsas para as raparigas e científicos			X	X							
<b>Reestruturar o liceu</b>											
Cisão e duplo Projecto de Estabelecimento Liceu Nacional		X	X	X	X						
Organização em rede				X	X						
<b>Melhorar a qualidade</b>											
Normas Operacionais Mínimas		O	X	X							
Desenvolvimento profissional dos professores			X	X							
Revisão do currículo				X	X						
Seguimento e avaliação		X		X		X		X		X	
<b>Reforço das capacidades institucional</b>											
Processo de consultação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



<ul style="list-style-type: none"><li>--- Consultation</li><li>--- Pre- Selection équipes</li><li>--- Projet(s) d'Etablissement soumis/selectionnés</li><li>--- Selection équipes</li><li>--- Ré-equipement (labo, blbl., ...)</li><li>• Etapes cle de la création/restructuration du 2<sup>ème</sup> (3<sup>ème</sup> établissement d'ES2)</li><li>• No d'enseignants<ul style="list-style-type: none"><li>--- Reactualisation</li><li>--- DP continu (phase 2)</li></ul></li><li>• No de professionnels (non enseignants) formés</li><li>• No de jeux de manuels distribués</li><li>• No et nature de projets d'innovation/d'amélioration</li><li>• Unité de renforcement</li><li>• Espace-Jeunes</li><li>• Accords de partenariat (entreprises, ONGs, ambassades, hotels...)</li></ul>	135						
---	-----	--	--	--	--	--	--

## E. EDUCAÇÃO PÓS-OBIGATÓRIA : NÍVEL TERCIÁRIO

### Diagnóstico

1. A educação pós secundária assegura a formação das elites, quadros e técnicos indispensáveis para a construção de uma nação, assim como os professores que o próprio sistema escolar precisa ; por outro, seu papel na produção de saberes será cada vez maior na medida que o nosso país se integrará na sociedade de aprendizagem, e que a nossa economia produzirá mais "valeur ajoutée" e oferecerá mais serviços. A este título, a educação pós obrigatória deve ser apoiada mesmo quando o objectivo de EPT não é ainda plenamente atingida. Por causa da sua pequena dimensão, de seu isolamento geográfico e de suas múltiplas prioridades de desenvolvimento, nosso país optou, em relação as formações universitárias custosas (medicina, ciências, engenharia civil,...), por uma politica de bolsas no exterior oferecidas pelos Estados amigos que o governo nacional tendo em conta o elemento subsistência ( à um custo unitário que continua muito elevado em relação aos outros níveis de educação). Actualmente algumas centenas de bolseiros estudam principalmente em Portugal, Brasil, França , Cuba , na China Taiwan e no continente africano. Os diplomados são infelizmente raros a voltar para os pais. Por este facto, mesmo tendo em conta as enormes necessidades da nação, este nível de educação cara beneficia mais os particulares que à colectividade.

2. No território nacional, o sub sector compreende o *Instituto Superior Politécnico (ISP)* Criado em 1998, e o *Instituto Universitário de Contabilidade e Informática (IUCAI)*, *Informática (IUCAI)*, que é uma instituição privada.

3. O ISP conta com mais de seis centenas de estudantes e mais de sessenta professores dos quais, 12 são do quadro, autor de uma equipa dirigente dinâmica. O ISP dispõe de instalações e de equipamentos mais modernos, incluindo em tecnologias de informação e de comunicação. Por causa de um pequeno número de estudantes, nomeadamente na formação de professores, os seus custos unitários são altos (.....). Por outro lado, a qualidade de formação é limitada pelo ambiente : fraco nível académico dos admitidos (um ano de mise à niveau é necessário); dificuldades para mobilizar um corpo de professores muito disperso em volta de um projecto que seja ao mesmo tempo adaptado, coerente e original ; apatia geral do Sistema que acolhe os que saem.

4. Quanto ao IUCAI, que opera em colaboração com algumas Universidades portuguesas de acordo as afirmações do seu presidente, particularmente nas áreas de informática e gestão estiveram suspensas, mas já foram retomadas.

5. Tendo em conta os efectivos de professores necessários para realizar a EPT (ver o quadro IV.E...), e a incontestável falta de quadros médios para sustentar a esperada expansão das actividades de serviço e de produção, a capacidade actualmente sub utilizada (ISP, IUCAI) constitui uma mais valia que nos queremos valorizar em prioridade. Por fim, nos desejamos - de acordo com às lições da experiência dos pequenos Estados insulares como o nosso - uma abordagem flexível e aberta apoiando-se sobre a parceria público/privado/comunitário e nacional/internacional, uma organização construída com base em módulos, uma base científica rigorosa, e modalidades inovadoras, nomeadamente a educação à distancia e a utilização com discernimento, tecnologias de informação e de comunicação.



### **Objectivo**

6. Nossa prioridade é de responder às necessidades urgentes dos quadros nos domínios muito específicos e prioritários para o desenvolvimento económico e social do (saúde<sup>37</sup>, ensino, engenharia, comercio, serviços...). Somente para o sector da educação, com base em prudentes projecções nos devemos ao longo da próxima década completar ao actualizar a preparação aproximadamente 350 professores da primaria e 450 professores do secundário, e formar aproximadamente 270 novos professores da primária e 695 novos professores ( os números puderam estar ligeiramente reduzidos - para a EB para a primária a implementação de uma politica de vários graus em zonas periféricas - e para o ES1 - pela adopção de um perfil polivalente). Para os outros sectores, o estudo sobre o mercado de trabalho e a rede múltiplas instituições de observatórios informais do emprego (mencionados na secção IV.G) nos fornecem dados mais precisos.

7. Queremos por outro lado colocar fundamentos de um sector moderno da educação terciária que seja tomado em consideração o mundo real, que dêem importância a qualidade, a equidade e eficiência-custo, adaptado à nossa realidade presente e capaz de responder à sua Evolução de maneira racional.

8. **Actualizar a formação e fazer formação em exercício.**

### **Estratégia sob sectorial**

9. A nossa estratégia é tripla; e será orientada para a Comissão nacional da Educação e alimentada pelos trabalhos de um Grupo técnico.

A. Melhoria da politica actual de bolsas no estrangeiro para as disciplinas mais caras (medicina, ciência...) com vista uma abordagem mais estratégica, de uma melhor definição e uma maior equidade. O estudo do mercado de trabalho (Capítulo IV.G) sobre Formação profissional, os planos de orientação prospectivos do país e as análises das estruturas da « observação do Emprego permitiram identificar de maneira mais precisa (indicativa e não inflexível) as necessidades em quadros e profissionais de nível superior, colocando a Comissão das Bolsas com capacidade de focalizar os seus pedidos aos nossos parceiros estrangeiros sobre as especialidades que tenham as melhores perspectivas de social e económica para a colectividade.

10. Por outro lado, as medidas propostas para regular o acesso ao ensino secundário com base no mérito serão estendidas ao nível terciário e completadas pela criação de um sistema de « captação dos benefícios » em benefício da colectividade. Este sistema - que fará objecto de um estudo preliminar - poderia tomar a forma de uma obrigação contratual de serviço nacional ou de um pagamento (impostos,...) alimentando um Fundo<sup>38</sup> sendo a contrapartida às bolsas no estrangeiro.

### B. Rentabilização das capacidades existentes

11. Esta sob estratégia é concebida para responder às necessidades mais urgentes num pequeno número de domínios prioritários: quadros médios de gestão (incluindo desenvolvimento profissional continuo de professores. A este estágio, é ela que deverá, melhor representar, a peça chave da nossa estratégia para o sob sector. Em relação à

<sup>37</sup> Tratada na Estratégia saúde.

<sup>38</sup> Este Fundo poderá fazer parte de um Fundo Social discutido na secção IV.G.

formação dos quadros médios, o ISP, como também o IUCAI, terão pequenas formações em gestão, identificadas pela rede de observação do emprego, aprovadas pela Comissão nacional da Educação e organizadas em associação com os parceiros de reputação internacional, segundo as formulas flexíveis que possam implicar conferencias vídeo, ou as tecnologias DSL. Esta fórmula foi utilizada com um alto sucesso, incluindo ao nível de reforço das capacidades nacionais, para vários países da Ásia como a Malásia. Como para a formação profissional e a alfabetização, uma atenção particular será dada às iniquidades ligadas ao género através dos critérios de selecção aprovados.

12. No que diz respeito a linha de acção, o ISP deverá ter um papel de líder na concepção e implementação de um programa de modernização da preparação Inicial desenvolvimento profissional continuo dos professores. Profundamente enraizado nas realidades das salas e aulas, este programa conjugará diversas abordagens que apresentam antes que o MEC preconiza à termo instalar nos estabelecimentos escolares e Clubes - Jovens : alternância entre as aulas magistrais, pesquisa pessoal ou de grupo, experimentação, projectos investigação - acção, ateliers, trabalho através documentos imprimidos ao audiovisuais, ensaios, observações, elaboração de materiais locais, debates, projecções de filmes, etc...

13. Sem tirar conclusões precipitadas dos trabalhos do Grupo técnico nomeado para este fim, com base na experiência internacional, nomeadamente africana, podemos avançar que o programa de preparação dos professores tomará em consideração o novo: curriculum e dará prioridade :

- Para o EB, as técnicas de ensino Português (leitura/escrita/comunicação), a matemática e as competências sociais
- Para o ES1, estes domínios mais uma iniciação às ciências e aos conceitos elementares de gestão, com polivalência dos professores e orientação sobre as aplicações. Os professores serão igualmente iniciados às funções de aconselhamento e de orientação
- Para o ES2, matemática/ciências, incluindo as tecnologias de informação/comunicação e línguas estrangeiras
- A articulação entre a teoria e a prática (os estágios em sala de aulas representaram 1/3 à  $\frac{1}{2}$  da duração dos estudos) e a reflexão pedagógica
- O repertório de estratégia pedagógica (EB) e didácticos (ES) incluindo a avaliação dos conhecimentos adquiridos dos alunos e as técnicas mais apropriadas nos meios desfavoráveis - reforço da auto estima, criar as situações de aprendizagem estimulantes para todos os alunos etc...
- A auto aprendizagem, a investigação - acção simples, a resolução de problemas
- A capacidade de iniciativa, de trabalho de grupo, e de animação de projectos escolares e comunitários
- As relações humanas (com os alunos, os colegas, os pais) e o papel de líder Comunitário do professor.

14. Este programa será intenso e acelerado para a preparação inicial (1 ano para ES, 2 anos para o ES1, 3 para ES2) mais dará ênfase sobre o desenvolvimento profissional ao logo da carreira (1 mês/ano, decorreram em parte durante as férias escolares, e outra parte durante o ano lectivo). O recrutamento será bienal, afim de permitir equipas maiores, alternando primária e secundária.

15. A prazo, este programa tomará a forma de uma rede interactiva de aprendizagem profissional continua, ligando o ISP ás pequenas instituições próximas no terreno (os Centros de recursos e de apoio descritos anteriormente) com finalidade de erradicar As escolas, de favorecer o recrutamento local e, a estabilidade do corpo de professores. Para atenuar o relativo isolamento geográfico do nosso país, este programa funcionará em associação com as instituições/parceiros internacionais intervindo segundo as modalidades de formação à distância e em alternância. Segundo os resultados de experiência, de eventuais intermediários que concentram mais meios poderiam ser colocados.

16. A configuração exacta desta rede será determinada antes de tudo pela experiência acumulada ao longo do programa de " dinamização" dos professores da educação de base (Secção IV.B), mais também as possibilidades e os custos das tecnologias de comunicação susceptíveis de ser mobilizadas (vídeo, TV, rádio, ligações por satélite....) e instaladas nas unidades descentralizadas. O ISP elaborará um plano de desenvolvimento estratégicos, gozará de uma crescente autonomia mais deverá produzir visíveis em termos de melhorias de qualidade dos professores.

C. Implementação de uma estratégia de desenvolvimento institucional continuo através das alianças com o estrangeiro.

17. O sob sector da Educação terciária e superior é uma mutação profunda no mundo inteiro. Como o sugere a experiência internacional, não seria conveniente, num pequeno pais insular como o nosso, de criar universidade sobre o nosso território. Mas no entanto, se as perspectivas financeiras o permitirem, nós prevemos de nos associar à instituições internacionais de qualidade para organizar sobre o nosso território "cursos chaves na mão", seminários intensivos, e trocas. A biodiversidade poderá constituir um domínio privilegiado de abertura ao mundo científico internacional.

18. A educação à distância constitui uma outra via promissora que nós desejamos igualmente explorar logo após serem reunidas as condições preliminares. Com esta finalidade, prevemos criar, pela formação no exterior, uma capacidade neste domínio, que nos permitirá de orientar os estudos necessários e de negociar com os eventuais parceiros a instalação de uma capacidade do tipo Open University (Brasil, Reino Unido, Espanha) adaptada ao nosso contexto (como o soube fazer, por exemplo, a Erythrée).

19. Nossa estratégia prevê realização de estudos, estabelecimento de contactos com as redes internacionais, e as viagens de estudos destinadas à alimentar a reflexão nacional sobre o futuro deste sob sector chave.

## PLANO DE ACÇÃO

Estratégia/ sob estratégias/linhas de acção	Actividades	Custo
<b><u>A. Melhoria da politica de bolsas no exterior</u></b>	<p>A.1. Estudo de mercado do trabalho para a formulação mais estratégica dos pedidos de bolsas (ver Cap. Sobre a FP) e actualização continua pelo Observatório do l'Emprego.</p> <p>A.2. Recrutamento de consultores para a concepção e instalação de um sistema que permita melhorar a equidade, a transparência e a visão estratégica no acesso ao sistema de bolsas e a « captação dos benefícios » para o pais.</p>	<p>25.000</p> <p>7.500</p>
<b>Sub-Total " MELHORIA DA POLÍTICA DE BOLSAS NO EXTERIOR"</b>		<b>32.500</b>
<b><u>B. Rentabilização das estruturas existentes</u></b>	<p>B.1. Apoio técnico à Comissão Nacional sobre a Educação</p> <p>B.1.1. Identificação das necessidades em formação profissional dos quadros intermediários para o estudo sobre o mercado de trabalho e actualização permanente Pelo Observatório do Emprego.</p> <p>B.1.2. Contratos com instituições internacionais de qualidade para a colaboração ao nível da concepção e de execução de programas de formação de quadros médios nas instalações do IUCAI e/ou do ISP</p> <p>B.2.1. Formação de um Grupo de trabalho para a concepção de um programa de modernização da preparação inicial e do desenvolvimento profissional continuo dos professores.</p> <p>B.2.2. Recrutamento de consultores nacionais e internacionais</p> <p>B.2.3. Seminário sobre as lições com base na experiência nacional/internacional em matéria (i) de Educação Superior em geral, (ii) de preparação inicial e de DP continuo dos professores ; e de (iii) formação na gestão.</p> <p>B.2.4. Concepção participativa de um programa de formação inicial e de DP para os professores da primária, incorporando as lições da experiência.</p> <p>B.2.5. Elaboração de materiais de apoio para a formação</p> <p>B.2.6. Formação de formadores (....)</p> <p>B.2.7. Experimentar o programa em ligação com as unidades do terreno (Centros de Recursos e de apoio e outros intermediários à determinar - As antigas Escolas normais ?)</p> <p>B.2. 8. Generalização</p> <p>B.2.9. Avaliação com seminários de balanço anual, retro alimentação e disseminação das lições apreendidas</p>	<p>(acção substituível por A.1)</p> <p>60.000</p> <p>18.000</p> <p>60.000</p> <p>270.000</p> <p>48.000</p> <p>28.000</p> <p>30.000</p> <p>108.000</p> <p>30.000</p>

	B. 3.1. Concepção participativa de um programa para os professores da rede dos estabelecimentos ES1	270.000
	B.3.2. Concepção de materiais de apoio	48.000
	B.3.3. Formação de formadores (...)	40.000
	B.3.4. Experimentação em ligação com as unidades de terreno,	30.000
	B.3.5 Generalização	154.000
	B.3.6. Avaliação, seminário de balanço anual e disseminação das lições (para o ES1 eES2)	30.000
	B.4.1. Concepção participativa de um programa de preparação dos professores do ES2	270.000
	B.4.2. Concepção e distribuição de materiais de apoio	48.000
	B.4.3. Formação de Formadores	40.000
	B.4.4. Experimentação de uma parte do Liceu nacional em ligação com o segundo liceu.	20.000
	B.4.5. Alargamento à toda a rede do ES2.	164.000
	B.4.6 Avaliação anual	30.000
	B.5.1. Desenvolvimento em parceria internacional de um programa de rádio e TV escolar com vista ao reforço dos conhecimentos adquiridos, o DP contínuo dos professores, as comunicações com o público.	130.000
	B. 5. 2. Contratos com as rádios/TVs internacionais para implementação	20.000
<b>Sub-Total "RENTABILIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES"</b>		<b>1.946.000</b>
<b>C. Implementação de uma estratégia desenvolvimento institucional contínuo</b>	C.1. Planificação estratégica para todo o sob sector	-60.000
	C.2. Assinatura de contratos de cooperação/geminação com instituições internacionais de qualidade (cursos chaves na mão , seminários intensivos, trocas).	20.000
	C.3. Formação no exterior de uma capacidade nacional em matéria de educação à distancia.	60.000
	C.4. Viagens de estudo, seminários e contactos com redes internacionais.	30.000
<b>Sub-Total "IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CONTINUO"</b>		<b>110.000</b>

**CUSTO TOTAL..... U\$ 2.088.500**

**PRIRIODES:**

- Planificação estratégica para o conjunto do sob sector, por causa do efeito de orientação, enquadramento e treinamento

- Formações « chaves em mão » nas disciplinas de gestão para aqueles solicitação, conforme as modalidades permitam simultaneamente o desenvolvimento das capacidades nacionais
- Formação de professores, segundo a sequência lógica que vai do remise à niveau (redinamização) ao (ii) desenvolvimento profissional (DP) contínuo depois (iii) à formação inicial, e o Ensino de Base ao Ensino Secundário.

## F. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

### Diagnostico

1. O sector formal da educação é destinado principal às crianças e aos jovens e seus plenos efeitos colocam quase um geração à se fazer sentir, a realização dos objectivos do EPT que não podem fazer mais esperar. Ela exige o recurso de outras modalidades de educação de base dos adultos - em particular das mulheres - e das jovens não escolarizadas, estes dois grupos sendo especialmente vulneráveis.

2. A taxa de Analfabetismo, que existe em S. Tomé havia recuado de 80% À 30% entre 1975 e 1990, graça as campanhas em massa, aumentou de novo durante a década de 90 pelo facto nomeadamente do abandono dos programas sociais públicos ou privados associados às roças, agravado pelo fim das aulas da noite organizadas para a pós alfabetização dos trabalhadores. Hoje esta taxa é geralmente estimada à 27%, dos quais os  $\frac{3}{4}$  são do sexo feminino. Esta média esconde no entanto enormes disparidades (Quadro IV. F.1). Assim, a proporção dos adultos de mais de 15 anos alfabetizados ultrapassa 88% em Água Grande mais não atinge os 70% em Lembá, enquanto que diferença entre os homens e as mulheres é de mais 15 pontos percentuais em média, e ainda maior nos distritos mais pobres.

3. Depois de 2001 a Alfabetização é reiniciada ao nível do MINEDUC que pilota com o apoio da Agencia Brasileira de Cooperação (ABC), o modelo de Alfabetização Solidária. Aproximadamente 2500 pessoas já beneficiaram. O Curso - de qual os temas são escolhidos de maneira participativa pelos que estão à aprender - dura aproximadamente 500 horas distribuídas em 11 meses. Os 250 participantes da primeira vaga estão já na fase de pos- alfabetização. O piloto inclui 2 semanas de formação intensiva e de supervisão dos 30 quadros e 100 alfabetizadores seleccionados de maneira competitiva, por equipas de voluntários universitários brasileiros, uma avaliação é prevista no fim de 2002. Os estudantes têm uma bolsa alimentar em produtos equivalente à 45 USD/mês assim como material de leitura, o salário dos quadros é de 40USD/mês. A taxa de conclusão é de 80%.

4. Os outros Ministérios gerem pequenos programas mais essencialmente a alfabetização - tanto a « letrée » como a « profissionalizante » por exemplo na agricultura, pesca micro empresas, etc.... - é assegurada pelas ONG que multiplicaram nestes últimos anos (segundo o BAD, num total aproximadamente de 70, vinte e tal teriam o perfil idóneo para responder às necessidades de formação e do PNUD. Alisei contribui o reforço institucional da FONG, mais reconhecimento seus próprias necessidades e seus membros

6. Por fim uma meia dúzia de ordens religiosas (como as Irmãs de Cana) gerem sem fins lucrativos um número considerável de programas que combinam a FP de nível simples (custura...) e educação da base não formal (equivalente aos 4º à 6º anos de estudos).
7. A capacidade de gestão do MEC em matéria de alfabetização continua limitada e a sua localização na Divisão da educação de base não dá ao sob sector o estatuto, o carácter de parceiro multi sectorial, e a visibilidade da qual goza um Certo número de países do continente africano (como o Senegal).
8. Na expectativa de uma politica e de uma estratégia de formação/emprego plenamente articuladas e suportadas por um financiamento adequado, os esforços continuam fragmentados, e não se criou ainda uma verdadeira dinâmica e « faire-faire » e de aprendizagem individual, colectiva e institucional. As ONG e outros intervenientes só podem contar com os seus próprios meios : quais sejam a sua dedicação e a suas habilidades, eles não tem a capacidade desejada, por exemplo no domínio da formação dos instrutores, da estrutura e da organização das aulas, os métodos de trabalho com os adultos, ou da produção de materiais, dos quais a concepção deixa muitas vezes à desejar e que são Raramente em língua local (por exemplo o dialecto falado pelos Angolares no Sul).
9. Mais ainda, estes programas não são conhecidos pelos clientes eventuais. A oferta não corresponde sempre às necessidades, que seja qualitativamente ou quantitativamente. As tarifas são competitivas mas a falta de meios técnicos e financeiros e de controlo (acreditação dos programas e de certificação das competências) faz que a qualidade da prestação seja desigual e muitas vezes fraca. Além disso, a falta de um ambiente portador - que ofereça espaços, meios e de estruturas de leitura e de aprendizagem - os novos letrados têm dificuldades para conservar as suas aquisições. A questão da durabilidade se coloca então ao nível financeiro. Todas estas afirmações levantam todavia de anedota na ausência de verdadeiros processo de seguimento e de avaliação.

#### ***Objectivos para o sob sector***

10. Para completar os programas de educação formais na continuação do EPT, nosso objectivo de criar um sistema que nos permita: de um lado, de reduzir a taxa de analfabetismo dos adultos de mais de 15 anos de 1/3 de aqui à 2008 e de quase de 2/3 de aqui à 2003, e de maneira irreversível e realizando a igualdade entre homens e mulheres, de outro lado, permitir à todos os jovens não escolarizados de 10 à 20 anos (actualmente 7500) de receber uma educação de base alternativa (EBA) de qualidade aceitável.

#### ***Estratégias***

11. Para concretizar este objectivo, estão previstas quatro estratégias interdependentes e complementares para a alfabetização e uma outra, paralela, para a Educação de Base Alternativa (EBA).

#### **A : Finalização e disseminação (IEC) da politica de alfabetização**

12. A estratégia delineada nesta secção fará objecto de um trabalho de precisão por um Grupo de trabalho misto (sector público, privado, ONG, sociedade civil) apoiado por uma assistência técnica. Uma vez determinada, seguirá uma campanha de IEC sobre o

papel e a importância da EBA e da alfabetização funcional no contexto mais amplo da Educação Para Todos. A campanha IEC dará à conhecer ao público, aos prestadores eventuais, e aos médios os objectivos e as prioridades da nossa política em de clientes (mulheres e jovens), os grandes temas técnicos e sociais plebiscitados para a alfabetização tanto letrada como funcional e de qualificação, e as modalidades possíveis. Para os futuros clientes, informações serão divulgadas sobre os acompanhamentos disponíveis (serviços técnicos de apoio pós alfabetização, incluindo crédito e comercialização).

13. A campanha será mais ou menos permanente, com temporadas intensas. Ela utilizará uma variedade de suportes que vão da rádio à circuitos locais e materiais imprimidos, para atingir os diferentes grupos onde quer que se encontrem (residência, mercado, pequeno bar, reuniões políticas...). Ela será apoiada por consultas regulares para recolher opiniões da população e ajustar as propostas à luz da experiência. Uma atenção particular será dada às abordagens e canais mais promissores para mobilizar as pessoas das comunidades com vista a garantir o controlo social e avaliação dos programas e a estabilidade dos conhecimentos adquiridos tanto ao nível individual como colectivo.

#### B : Reforço das capacidades institucionais

14. O modelo considerado, que se apoia sobre a parceria público/privado/sociedade civil, nomeadamente as ONG, associações, agrupamentos e comunidades exige melhoria (i) a capacidade do sector público do sector público à regular, orientar, coordenar seguir e a avaliar os programas de alfabetização e (ii) a capacidade dos privados à elaborar e implementará programas eficazes (competências que o Estado como prestador deve igualmente desenvolver). O exercício de reflexão estratégica em cima mencionado determinará a configuração e a localização institucionais desejadas por exemplo uma Direcção/Unidade no seio do MEC, ou um organismo/agencia mista.

15. Esta entidade receberá os meios materiais exercer a função de animação, coordenação e gestão (pessoal adicional, equipamento, transporte) e assegurará a coordenação geral. Com a ajuda dos consultores, um quadro incitativo e de garantia de qualidade (sistema simples de acreditação das prestações e de certificações dos formandos) será estabelecido e divulgado, assim como um referencial de base (curriculum compétences attendues à la fin d'un cours-type) . Un dispositif de suivi et d'évaluation e competências esperadas no fim do aula-tipo). Um dispositivo de seguimento e de avaliação aos níveis central, distrital e local, com a participação das comunidades será criado.

16 Um programa de formação/ seminários/ viagem de estudos, depois do desenvolvimento profissional contínuo do quadro de pessoais - formadores, animadores, supervisores, agentes de ligação das comunidades - será elaborado e oferecido aos actores chaves, público e privados acreditados. O programa abordará nomeadamente as melhores metodologias e os aspectos críticos da concepção e da implementação dos programas de alfabetização. um estudo permitirá além disso melhor delimitar a questão dos custos e de cobrança.

#### C : Criar um ambiente propício

17. Com o objectivo de melhorar a sinergia dos programas com as outras actividades comunitárias e a durabilidade do seu impacto, uma rede de sete Centros de Recursos para a alfabetização (CREAL) será criado (mais nos distritos, utilizando os locais



polivalentes dos Centros de Recursos e de Apoio - CRA - da educação de base), com antenas nas comunidades alvo de programas existentes.

18. Estes CREAL serão equipados de bibliotecas comunitárias, de materiais de referência e de leitura para os neo alfabetizados e de "bancos" de estatísticas e de dados sobre os problemas mais frequentes e as melhores práticas de alfabetização e de neo alfabetização. Eles ofereceram para além disso uma assistência técnica metodológica e actividades de sensibilização e de apoio tais como sessões de leitura pública, ajuda para a elaboração de materiais em língua local, animação de actividades técnico-culturais, criação de laços com outros programas. Os CREAL serão animados por especialistas de alfabetização recrutados sob contratos e antenas comunitárias, por voluntários que recebem uma gratificação. Por outro lado manuais e guias metodológicos serão disseminados e farão objecto de uma formação de animadores para os Centros.

D : Financiar directamente os programas que respondam aos critérios de qualidade

19. A continuação do programa Alfabetização Solidária será feita através do orçamento d MEC. Por outro lado, o Fundo social<sup>39</sup>(51) poderá financiar, sobre uma base competitiva, projectos apresentados pelos operadores privados conforme os critérios<sup>40</sup>(52) e procedimentos amplamente divulgados (IEC). Todo será feito para conter os custos e otimizar a utilização dos locais existentes. Como protótipo, uma proposta, que tem como público-alvo 130 raparigas de 12 à 21 anos combinando IEC, EBA, alfabetização funcional, pré-profissionalização, e técnicas de gestão de micro empresa foi já submetido pela ONG Clube de Sara.

E : Oferecer aos jovens não escolarizados uma Educação de Base Alternativa (EBA)

20. Propomos criar pelo menos em cada distrito um Centro de EBA. Este Centro será um modelo informal de educação pós obrigatória, concebida de maneira à permitir aos jovens que não tenham terminado (ou nunca começaram) os 6 anos do ciclo de adquirir ou de reforçar os mecanismos operatórios de base e as competências exigidas para a entrada no mercado de trabalho, com uma orientação prática, e para aprendizagem ao longo da vida. Baseado no referencial (currículum mínimo e competências esperadas no fim) determinado pelo MEC, o modelo será modular de maneira à oferecer uma organização tão flexível quanto possível com as possibilidades de reentradas múltiplas no caso de interrupção provisória dos estudos. Os instrutores deveram responder à um perfil definido pelo MEC em colaboração com os parceiros, eles receberam um guia especial, como também materiais adaptados à idade dos alunos, e terão acesso ao apoio continuo da parte dos CRA.

---

<sup>51</sup> Poderá se tratar de um Fundo financiado no quadro do Projecto BM ou DP, seja de um Fundo nacional alargado como foi discutido para a FP (secção G deste Capítulo)

<sup>52</sup> Exemplo: (i) Prestador, seu estatuto jurídico, suas capacidades e seus meios; (ii) Beneficiários, suas necessidades exprimidas, uma massa crítica de 25 pessoas (60% mulheres), a contribuição exigida, mesmo simbólica; (iii) Pedagogia: método de alfabetização reconhecido; duração de 360 horas no mínimo sobre um período de 18 meses no máximo, para 25 formandos/classe; materiais de aprendizagem e de estudos aceitáveis e disponíveis à tempo, ratios de enquadramento de 1 supervisor para 10 classes; (IV) Programação e Custos calendário realista, custo inferior à 50USD, despesas gerais não excedendo...% do total.

21. Os Centros de EBA funcionaram principalmente, mas não necessariamente em ligação com a Formação profissional, certos em semi internamento, e puderam beneficiar de certos serviços oferecidos às escolas secundárias nomeadamente o acesso aos Clubes Jovens e ao Fundo para a Inovação. Testes de fim de estudo padronizados permitiram de conceder um certificado de fim da EBA com equivalência da EB. Unidades da EBA, mais pequenas funcionaram em rede à volta de um Centro de EBA puderam igualmente ser apoiados à condição de representar uma massa critica. Um programa de rádio de EBA de desenvolvimento profissional continuo dirigidos aos instrutores e os aprendizes. des apprenants.

## PLAN D'ACTION

Estratégia/Sob estratégias/linhas de acção	Actividades	Custo
<u>A. IEC</u>	A.1. Sob-Comissão de Alfabetização com Grupo Técnico e de precisão da política/estratégia na área da educação não formal. A.2. Campanha multimédia pluri-anual sobre a educação não formal no contexto do EPT: rádio interactiva, grupos focais, materiais A.3. Seminários anuais para rever a experiência e de disseminação das lições aprendidas.	-35.000  360.000  30.000
<b>Sub-Total "ACÇÕES DE IEC"</b>		<b>390.000</b>
<u>B. Reforçar as capacidades institucionais</u>	B.1. Apoio técnico para desenvolver e implementação --- um quadro institucional multisectorial --- um sistemas de incitações eficaz e financeiramente suportável --- um referencial de competências e de orientações curriculares --- um quadro simples de garantia de qualidade (acreditação dos prestadores e certificação das competências) --- um dispositivo de seguimento e de avaliação aos níveis central, distrital e local implicando as pessoas da comunidade --- um programa de formação/seminários após do DP contínuo do quadro de pessoais público e privado - formadores, animadores, supervisores, agentes de ligação das comunidades, administradores B.2. Estudo sobre os custos e sua cobrança B.3. Equipamento da estrutura responsável	70.000          15.000 50.000
<b>Sub-Total " REFORÇAR AS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS"</b>		<b>135.000</b>
<u>C. Criar um ambiente propício</u>	C.1. Criação de oito Centros de Recursos para a Alfabetização ao CREAL (utilização optimal das infraestruturais existentes) com antenas comunitárias. C.2. Equipamento dos CREAL (bibliotecas comunitárias, materiais de referência e de leitura, bancos de estatísticas e de dados...) C.3. Contratação do pessoal local para os Centros para a assistência técnica e metodológica, animação comunitária e sócio- cultural; gratificação dos voluntários C.4. Actividades sócio - culturais ;; leitura pública, seminários, debates, orientação... C.5. Elaboração e disseminação de manuais e guias metodológicos C.6. Programas de rádio de apoio à Alfabetização	80.000  56.000  1.200.000  30.000  20.000  12.000
<b>Sub-Total "CRIAR UM AMBIENTE PROPICIO"</b>		<b>1.398.000</b>

<b>D. Financiamento de programas de qualidade</b>	D.1. Elaboração de procedimentos do Fundo <sup>41/53), produção de manuais de operações para os projectos de alfabetização e pós alfabetização do sector privado/ONG D.2. Unidade de gestão e apoio técnico do Fundo D.3. Financiamento competitivo de projectos de alfabetização D.4. Avaliação do programa piloto de Alfabetização Solidária (AS) D.5. Alargamento do Programa Alfabetização Solidária.</sup>	5.000  100.000 95.000 7.500 100.000
<b>Sub Total " FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE"</b>		<b>307.500</b>
<b>E. Criação dos Centros de EBA (CEBA)</b>	E.1. Elaboração referencial, experiência do modelo E.2. Financiamento para o Fundo (social) para oito CEBA e umas vinte unidades de EBA mais simples E.3. Participação no Fundo para a Inovação e nos Clubes de Jovens. E.4. Programa de rádio EBA	5.000 195.00 260.000 <b>-150.000</b>
<b>Sub-Total " CRIAÇÃO DOS CENTROS DE EBA"</b>		<b>460.000</b>

**CUSTO TOTAL..... U\$ 2.690.500**

**PRIORIDADES :**

- Criação da estrutura mista e de capacidades institucionais (formação de um núcleo de pessoal gestor e técnico) por causa do efeito de orientação
- Criação de um Fundo, dos seus procedimentos, critérios, mecanismos de gestão; disseminação por causa do efeito multiplicador
- Mecanismo de seguimento e avaliação com retro alimentação para a melhoria continua da qualidade
- Centros de EBA, pela equidade na perspectiva da Educação Para Todos

<sup>53</sup> Este Fundo poderá financiar as actividades do sector privado nos diferentes sectores e poderá ser alimentado por diversa fontes. Ver Nota 1 da página anterior.

## CHRONOGRAMME

(à remplir)

<b>Stratégie</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
<b>IEC</b> Affinage de la politique Campagne d'info Séminaires	X	X  X			X			X			
<b>Capacités institutionnelles</b> Cadre institutionnel Referentiel de compétences Cadre de garantie de qualité Suivi & Evaluation DP professionnel Etudes	X	X X	O  X								
<b>Environnement porteur</b> CREALs Activités socio-culturelles Manuels Radio		O	X  X O	X							
<b>Financement direct projets</b> Etablissement Fonds (procédures, Cellule technique, etc...) Soumission propositions	X	O	O  O								
<b>Centres d'Education de Base Alternative</b>		O	O	X							

<b>INDICATEUR</b>	<b>Valeur départ(07)</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>17</b>
<b>IMPACT</b> Taux d'analphabétisme adulte (%) Par district Hommes/femmes Nombre de 10-20 ans concluant les programmes dans les Centres d'EBA Unités d'EBA Résultats d'études de suivi sur le placement des sortants, leur stabilité dans l'emploi, et leur productivité	27  91 (H)/76 (F) -- -- --					17	10
<b>INDICATEURS INTERMÉDIAIRES</b> Nombre de sous-projets approuvés par le Fonds ( par catégorie de projets) Nombre de CREALS en fonctionnement Nombre de personnels formés --- par catégorie (monit., anim., superv.) --- par genre Quantités de manuels produits et disséminés, par catégorie Etudes produites et dissémination Nombre de programmes radio produits Nombre de contrats de partenariat signés Evolution des coûts unitaires	30 cadres,100 alphab						
<b>RÉSULTATS/SUIVI</b> Implantation de la structure multi-sectorielle de pilotage de l'Alphabétisation Nombre de participants et taux de réussite, décomposé par genre, dans les programmes (i) d'alphabétisation (ii) de post alphabétisation (EB continue pour adultes) (iii) d' EBA pour jeunes (Centres et Unités) Nombre et type d'activités socio-culturelles et communautaires dans les CREALS	2500/80% 250 -- .						

## ***G : FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO QUALIFICANTE***

### ***Diagnostico***

1. Em 2000/2001 a população economicamente activa foi estimada à 44.000 pessoas das quais 86% estavam ocupadas, com variações regionais que eram de menos de 84% no Norte à 88% no Sul. Apenas mais de 1/3 dos activos são do sexo feminino. A percentagem da população activa aumenta rapidamente por causa da chegada massiva dos jovens no mercado do trabalho.

2. Uma das características deste mercado é a predominância do sector informal, que fornece 70% dos empregos e 60% do PIB, enquanto que as micro e pequenas empresas (pequeno comercio, actividades produtivas, serviços) ocupariam 15% da população activa da capital. Esta função de "esponja" do sector informal ainda aumentou mais ainda com a degradação da situação económica dos anos 90. o emprego formal, é dominado pela função pública (39%) e a agricultura (39%). A taxa de desemprego seria em 2000/2001 de 14,4%<sup>42</sup>(54) coma as variações que vão de 16,3% (Norte) à 11,9% (Sul). As mulheres são as mais atingidas (17,8%, contra 12,5% para os homens), assim como os jovens (até 40,7% entre os 15-19 anos). O desemprego é também mais maior no meio rural que urbano.

3. Aproximadamente a metade dos candidatos ao emprego não têm qualificações e mais de metade só tem uma formação primária. Este problema afecta particularmente as mulheres, que são frequentemente condenadas ou à trabalhos que a remuneração não permite sair da pobreza, ou ao desemprego, isto aumenta a sua dependência nas situações conjugais que frequentemente são marcadas pela violência domestica, e sua vulnerabilidade - e as dos seus filhos - quando elas têm sob as suas responsabilidades de chefe de família (36% no, meio rural, 29% no meio urbano). Enquanto que no início da década os candidatos ao emprego tinham geralmente menos de 35 anos, o seu perfil de idade amadureceu depois de 1995. O numero de emprego oferecidos pelo CEFOP (MIN. Do Trabalho) diminui drasticamente e não corresponde ao perfil dos candidatos, nem em et ne correspond pas au profil des demandeurs , ni en termes de qualification, ni en termos de qualificação, nem em termos de sector. No geral, podemos afirmar que os mecanismos de ajustamento qualitativo entre a oferta e a procura são praticamente inexistentes.

4. A procura social de formação é enorme, visto o número considerável de jovens que à saída da escola se vêm confrontados com um mercado de emprego exíguo e com possibilidade limitadas para continuarem os seus estudos, assim como as mulheres com vontade de se lançarem no auto emprego e muitas vezes não estão preparadas para tal. Em relação à procura pela parte dos agentes económicos, os inquéritos revelaram que as empresas estariam dispostas à recrutar se o nível de qualificação dos trabalhadores fosse aumentado, e fariam participar o seu pessoal nos programas de aperfeiçoamento se existicem bons programas.

---

54. Source: INE. A noter que d'autres documents (par ex. PREP) font état de taux deux fois plus importants.

5. Face à esta procura, a oferta de formação é feita por 16 instituições (das quais 10 são privadas), com uma forte concentração (14) em Água Grande, a capital. Em relação ao sector público, duas instituições chaves que relançarem as suas actividades

- O Centro de Formação Profissional (Min. Trabalho), reaberto já à alguns meses com o apoio de Portugal no quadro do Programa regional para a promoção do emprego (PREP), organiza em parceria uma grande variedade de formações iniciais ou em serviço, de um duração de 9 meses à 2 semanas, da aprendizagem em alternância aos programas "in situ" e ao pedido das empresas, e cobrindo profissões tradicionais (marcenaria, carpintaria...) como também as tecnologias de informação e de comunicação. O Centro possui um pólo em Água Izé e outro no Príncipe como forma de evitar o êxodo rural, outros pólos estão à ser projectados. Água Izé funciona parcialmente em regime de internato e oferece uma formação profissional completada por um programa de educação de base informal. O Centro testa actualmente a possibilidade de formar jovens em situação real em restaurantes das roças (formação itinerante) ou construindo casas.
- O Centro Politécnico (MEC), apoiado pela Cooperação francesa, faz uma actualização com uma reorientação dos seus ramos de educação técnica para a (mecânica geral, auto mecânica, electricidade, construção civil), o aumento do nível de recrutamento do 7º à 9º ano e um prolongamento da formação de 2 à 3 anos, incluindo 6 meses de estágio na empresa. Por causa dos elevados custo unitários, a CP não tem antena fora da cidade.
- O Centro do CATAP (Agricultura), que deveria dar vazão às necessidades do sector prioritário que é o primário, não foi sujeito à nenhuma reforma depois da redistribuição das terras.

6. O CFP e o CP representaram dois pontos de partida para a construção de um verdadeiro sistema de FP que só existe de forma parcial. O dispositivo composto por três partes de pilotagem do sob sector não foi ainda criado. A oferta pública de formação, muito recentemente ainda, era considerada como globalmente pouco eficaz por diversas razões: dificuldades financeiras, conjugadas com a fraqueza dos mecanismos de pilotagem e de coordenação assim como as capacidades de gestão, abertura de novas formações. raramente após estudos preliminares sobre as perspectivas de inserção profissional, fraco desenvolvimento dos serviços de apoio técnico pós formação, nomeadamente o acesso ao crédito e o aconselhamento das actividades geradores de rendimentos. A oferta privada é mal recenseada e permanece muito informal, por falta de mecanismos de controlo dos programas e dos ex-formandos, ela é de qualidade desigual, e o seu impacto é geralmente fraca pelas mesmas razões, com um contexto económico e uma cultura de espírito empreendedor embrionário. Algumas jovens, mulheres, artesãos, produtores,...- têm ideias originais, mas por falta de um ambiente favorável eles não podem transformar estas ideias em micro empresas viáveis. A ausência de mecanismos de seguimento sobre a colocação dos diplomados faz com que pouco sabemos sobre a eficácia externa real desses programas de formação.

7. Os dispositivos de coordenação entre as instituições de tutela, entre os prestadores públicos e privados, ou entre estes e os parceiros sociais, sendo inexistentes ou inactivos, isto traduz-se em sinergias perdidas, complementares não



realizadas, e ocasionalmente os duplos empregos (esforços), como consequência temos uma fraca rentabilização dos investimentos.

8. O financiamento do sob sector público da FP é essencialmente assumido pela ajuda externa, que deve ser rendida. Resumidamente, o financiamento é insuficiente transparente, e muito pouco diversificado. A contrapartida do Estado santomense é simbólica, por parte das empresas ela é nula, e a distribuição de bolsas é generalizada para todos os participantes. Tais estratégias podem se justificar de forma transitória (para dar início com as mudanças de pensamento) mas ao prazo riscariam a criar distorções, e a encorajar uma dependência contrária ao espírito de iniciativa que o governo pretende promover, e finalmente a comprometer a sustentabilidade do dispositivo de FP no futuro.

### ***Objectivos do sob sector***

9. No contexto da nossa estratégia geral, nossa ambição é de fornecer à economia santomense os recursos humanos que correspondam à procura da economia, conforme as normas de produtividade aceites nos ramos profissionais visadas, e respondendo às exigências prioritárias de luta contra a pobreza.

### ***Estratégia do sob sectorial***

10. Sublimamos que a FP, como toda a educação, pode fazer crescer a produtividade nos sectores onde exista uma procura de mão-de-obra, mas ela por si só não consegue criar empregos. Por isto o governo pretende continuar e aprofundar uma política económica de abertura e de incitações ao desenvolvimento do sector privado assim como a do auto emprego.

### **A. Uma estratégia institucional : levar á termo a criação de um verdadeiro sistema de Formação Profissional**

11. Implementação deste sistema, integrado, diversificado e eficaz, estreitamente alinhado sobre a procura, capaz de responder com rapidez e flexibilidade à evolução do mercado do trabalho, e adequadamente financiado, passa por:

- Um melhor conhecimento do mercado do trabalho assim como do financiamento da FP(ver estratégia de financiamento, para. seguinte)
- Acções dirigidas aos empregadores, para aumentar a suas participações reais na tomada de decisão sobre as políticas e programas de FP, por exemplo através da representação efectiva deles nos órgãos directores do sob sector (CEFOP, Conselhos De Administração do CP e do CFP...) e através de uma contribuição financeira. Incitações deveram igualmente ser dadas para encorajar a procura de formação nas empresas ou no exterior e de aumentar o nível geral de exigência técnica de produção.
- A criação de um quadro simples mas eficaz de garantia de qualidade tanto dos formados (certificação) como dos programas de FP (acreditação). Trata-se de definir as profissões e empregadores um referencial de competências esperadas assim como as características (alternância, modularidade, parceria, equilíbrio teórico/prática ...) de programas susceptíveis de produzir formados que possuam o perfil desejado. Mecanismos participativos serão criados para assegurar a sua aplicação.

- A activação dos mecanismos de coordenação/sinergia estão previstas - o centro para o emprego e a Formação Profissional (CEFOP) do Ministério do trabalho para as intervenções do sector público, o Fórum para o Emprego e a Formação Profissional para as trocas de experiências e a concertação entre o Min. Trabalho, o MEC, os outros parceiros sociais, e seu Grupo de Trabalho, a Comissão mista de gestão prevê no caso de criação do Fundo para a Formação Profissional, a Comissão nacional de planificação estratégica igualmente prevista no programa do governo. Importante é clarificar as responsabilidades de cada um para evitar perdas de energia e o duplo emprego.
- A melhoria do dispositivo de informação, de seguimento e avaliação. A capacidade nacional de recolha, de tratamento e de disseminação dos dados sobre as informações será reforçada. Uma rede de Unidades responsáveis pelas relações com as empresas e o acompanhamento técnico - à criar no Fórum, no Centro Politécnico, do CFP - exercerem colectivamente uma função de observatório de emprego. Inquéritos serão sistematicamente realizados sobre a colocação dos que saem e o trajecto deles. Por fim, um grupo de animadores será formado ao nível dos pólos e dos distritos para fazer remontar a informação sobre o emprego.

#### B. Uma estratégia de financiamento da FP e o emprego

12. Vários países financiam a sua formação profissional através de uma taxa especial que alimenta um Fundo para a FP segundo diversas modalidades incitativas. Os estudos mostram contudo que esta abordagem ocasionou resultados não muito rigorosos na África, em particular lá onde a maioria das empresas são de pequenas dimensões, ou que pertencem ao sector informal. As perspectivas vão modificar o estabelecido. Nestes casos, deve-se examinar a opção mais ambiciosa de um Fundo para a Formação e o Emprego para todo o sob sector, ou melhor ainda, um Fundo social, de apoio a formação profissional estilo Singapura  
Assim como as modalidades eventuais de funcionamento de um tal fundo. Este estudo sugeriu igualmente as opções com vista ao alargamento e a diversificação do financiamento da FP na medida em que a nossa economia se desenvolverá.

#### C. Uma estratégia de expansão diversificada e equitativa da oferta de FP

13. Devemos em simultâneo (i) responder ás procuras do sector que levam a economia para o futuro e (ii) assegurar os grupos vulneráveis - em particular, jovens, mulheres e categorias mais pobres - um acesso aos programas de FP de qualidade razoável para o emprego produtivo e a subsistência. Considerando, de um lado, a estrutura e do nível tecnológico actuais de emprego e de outro lado, a evolução previsível do mercado do trabalho, esta estratégia demonstrará segundo várias linhas de acção:

- Consolidação : Continuaremos a apoiar os níveis de base da pirâmide de FP, que serviram as populações mais desfavorecidas, e à apoiar as reformas promissoras já engajadas tais como:
  - Para as instituições públicas (Centro politécnico, CFP...), autonomia e responsabilização, obrigação de criar os rendimentos, gestão tripartida... Em contrapartida estas instituições receberam uma ajuda técnica sobre os pontos chaves, por exemplo a formação dos formadores, a criação de unidades de ligação com as empresas, à parceria, etc....

- Formação em alternância, apoia o reforço do sistema de aprendizagem, formações centradas sobre a micro empresa e o auto emprego, nomeadamente femininos.
- Diversificação :
  - (Nova estrutura mista proposta pelo BAD ? Será criado um Centro de FP-Emprego com identidade distinta, tanto o Centro Politécnico que forma os técnicos qualificados como o CFP que se focaliza nos ramos de actividade tradicionais. Este CFPE ...).
  - Por outro lado, está previsto, após avaliação, uma sistematização da formação " em produção" as profissões da construção, por exemplo através da restauração do património arquitectural das roças, seja à volta de pólos fixos, seja com apoio das unidades moveis.
  - Por fim o Fundo (quer se trate de um Fundo para a FP e o Emprego ou de um Fundo social) financiará sobre base competitiva, projectos de FP apresentados por entidades privadas acreditadas, que respondam aos critérios precisos quanto as condições de acesso, ao grupo alvo (ex.: mulheres ou jovens, micro empresários), com conteúdo (determinado pela procura, com métodos utilizados (ex.: aprendizagem, alternância educação-formação, parceria, reforço rádio...),
- Descentralização :
  - A oferta de FP será cautelosamente alargada em ligação com o mercado do trabalho (conhecimentos técnicos para a construção, a agricultura e a pesca, o turismo ...), para promover o aumento da produtividade e travar o êxodo rural. Dois pólos do CFP e os mini incubadores nas regiões estão em estudo.
- Complementaridades e sinergias :
  - Uma atenção muito particular será dada , ao nível da formação dos pessoais e os procedimentos, às articulações seguintes:
    - para os jovens : entre a EB2 e ES1 formais e a EBA, os serviços de orientação/conselhamento, os Cubes Jovens, um "balcão único) Formação - emprego e os seus anexos nos distritos, as instituições de FP
    - para as mulheres : os programas formais e informais e as associações de mulheres, as ONG (Fórum Mulher, Associação de Mulheres empresárias), e o balcão único.

### C. Uma estratégia de rentabilização dos investimentos em FP :

14. Com o objectivo de realizar benefícios potenciais destes investimentos para os indivíduos como para a economia, de multiplicar e tornar durável o impacto, esta estratégia prevê facilitar a inserção dos formados no mercado do trabalho, pela:

- A criação de uma rede de incubadores de negócios adaptados - um centro piloto multipurpose na capital com um serviço de apoio interno e 2outreach" às empresas, depois em função da avaliação, extensões especializadas em outras zonas. Esta rede será ligada em particular às actividades de transformação e de uma abordagem pró activa de espírito empreendedor associando todos os parceiros, para obter resultados mesuráveis e a criação de empregos directos e indirectos.
- A promoção da criação de cooperativas de produtores, artesãos, empresários no sectores potencialmente mais rentáveis
- Melhoria do ambiente para a criação e exercício das actividades PME/ME, incluindo medidas para atrair o sector informal na economia *mainstream* e para fechar a brecha entre o sector formal e informal, a simplificação dos procedimentos e da criação de um "balcão único"

- O apoio técnico e financeiro do lançamento de projecto geradores de rendimentos à través nomeadamente de uma revisão da politica de crédito com taxas diferenciadas de introdução de um serviço de informação e de aconselhamento para a criação e a expansão de empresas.
- A promoção de uma cultura empresarial através de programas de estágios de negócios para adultos e alunos do secundário, a disseminação de informações, estabelecimento de redes de contactos internacional e de um website.  
A (viabilidade destas intervenções fará objecto de um estudo preliminar e de uma experiência.

## PLANO DE ACÇÃO

Estratégia/sob estratégias/linhas de acção	Actividades	Custo
<p><b><u>A. Criação de um verdadeiro sistema de Formação profissional</u></b></p>	<p>A.1. Estudo sobre o mercado do trabalho ( e financiamento da FP), com o apoio dos consultores</p> <p>A.2. Elaboração e implementação de medidas para encorajar (i) a participação efectiva dos empregadores na tomada de decisão sobre as politicas e programas de FP e no seu financiamento, (ii) o aumento do nível geral de exigência técnica da produção.</p> <p>A.3.1. Mecanismo de garantia de qualidade. Elaboração participativa de referenciais de competências para os principais ramos profissionais</p> <p>A.3.2. Implementação de um sistema simples de certificação das competências dos formados com o controlo participativo das profissões</p> <p>A.3.3. Definição participativa das características de programas susceptíveis de produzir os diplomados que tenham o perfil desejado</p> <p>A.3.4. Implementação de um sistema de acreditação dos programas de FP com o controle participativo</p> <p>A.4.1. Criação de mecanismos de coordenação /sinergia - Centro para o Emprego e a Formação Profissional (CEFOP), Fórum para o Emprego e a Formação Profissional e seu Grupo de Trabalho, Comissão mista de gestão do Fundo para a Formação Profissional, uma Comissão nacional de planificação estratégica. Definição das responsabilidades.</p> <p>A.4.2. Reforço dos recursos humanos</p> <p>A.4.3. Formação</p> <p>A.4.4. Equipamento e apoio no funcionamento</p> <p>A.5.1. Dispositivo de informação, de seguimento e de avaliação. Reforço da capacidade nacional de recolha, de tratamento e de disseminação de dados sobre o mercado de trabalho.</p> <p>A.5.2. Criação, nas instituições públicas de FP, de unidades que se ocupem das relações com as empresas e o acompanhamento técnico funcionando em rede e tendo o papel de observatório do emprego</p> <p>A.5.3. Realização de inquéritos sobre a colocação dos que sem e os seus trajectos.</p> <p>A.5.4. Criação de uma rede de animadores ao nível dos polos e dos distritos para remontar a a informação sobre o emprego.</p>	<p>40.000</p> <p>30.000</p> <p>5.000</p> <p>10.000</p> <p>40.000</p> <p></p> <p>60.000</p> <p>30.000</p> <p>30.000</p> <p>120.000</p> <p>60.000</p> <p>20.000</p> <p>60.000</p> <p>288.000</p>
<p><b>Sub-Total " CRIAÇÃO DE UM VERDADEIRO SISTEMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL"</b></p>		<p><b>793.000</b></p>
<p><b><u>B. Financiamento da FP</u></b></p>	<p>B.1. Estudo em vista da diversificação e o alargamento do financiamento da FP (mencionado no A1)</p> <p>B.1.2. Discussão das recomendações de estudo</p>	<p>8.000</p> <p>10.000</p>

	(seminário nacional) B.3. Apoio técnico, recomendações retidas (Fundo para a FP/Fundo social), incluindo definição de procedimentos disseminação de manuais de preparação de propostas sujeitas para o financiamento pelo Fundo	770.000
<b>Sub-Total " FINANCIAMENTO DA FP"</b>		<b>788.000</b>
<b>C. Expansão controlada e de equidade</b>	C.1. Continuação da reestruturação do CP C.2. Continuação da reestruturação do CFP C.3. Criação de nova estrutura de FP mista C.4. Criação de Pólos de FP descentralizados e unidades móveis C.1.5. Funcionamento do Fundo (competitivo) para a FP (cf B.3) % reservado para intervenções prioritárias: FP mulheres, FP jovens, a formação micro empresa / auto emprego e praticas de gestão. Sobre a apresentação de dossiers que correspondam aos critérios precisos (B.3)	120.000 60.000 400.000       <b>-120.000</b>
<b>Sub-Total " EXPANSÃO CONTROLADA COM EQUIDADE"</b>		<b>580.000</b>
<b>D. Rentabilização dos investimentos em FP</b>	D.1.1. Experiência piloto e desenvolvimento de incubadoras de negócios D.1.2. Apoio à formação de cooperativas D.1.3. Apoio às PME/ME, criação do balcão único Formação - Emprego - Acompanhamento D.1.4. Apoio técnico e financeiro para arranque de projectos geradores de rendimentos D.1.5. Promoção de uma cultura empresarial	100.000  100.000 120.000  1.000.000  60.000
<b>Sub-Total " RENTABILIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM FP"</b>		<b>1.380.000</b>

**CUSTO TOTAL..... U\$ 3.541.000**

### **PRIORIDADES**

- Estudo, seminários para a especialização e a implementação de politica de FP/emprego, com vista o efeito multiplicador
  - o financiamento (Fundo para a FP, diversificação das fontes de financiamento, etc...)
  - mobilização dos empregadores do sector privado
  - sistema de informação sobre o mercado de trabalho
  - criação de empregos
  
- Expansão descentralizada prudente em ligação com a procura e acompanhamento de mecanismos de inserção para aumentar a produtividade fora da capital e de travar o êxodo rural
- Expansion décentralisée prudente en liaison avec la demande et accompagnée de mécanismes d'insertion afin d'accroitre la productivité hors de la capitale et de freiner l'exode rural
  
- Promoção da cultura de empresarial , para o efeito de treino

### CHRONOGRAMME

Stratégie	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
Création d'un véritable système de FP											
Etude marché travail	X										
Incitations secteur privé		O									
Coordination		X									
RH		X									
Suivi et évaluation			O								
Unités Relations avec secteur privé/Obs. emploi		X									
Etudes de trajectoire				X		X		X		X	
Réseau animateurs			X								
Financement de la FP											
Etude/séminaire	X										
Conception du Fonds (Même que pour alphab.)	X										
Fina. Compet. Projets secteur priv.		O	O	X							
Expansion contrôlée et équitable											
Suite restructuration CP/CFP	X	X	X	X							
Nouvelle struct.FP			O	X							
Pôles désentralises		X									
Rentabilisation des investissements en FP											
Incubateurs		O									
Promotion coop./assoc., PME/ME		O									
Appui technique		O	O								
Promo culture d'entrepreneurship			X	O	X						





INDICATEUR	Valeur départ(07)	08	09	10	11	12	17
<b>IMPACT</b> Croissance de l'économie (%/an) Croissance de l'emploi % d'emplois dans le secteur formel/informel	30/70						
<b>INDICATEURS INTERMÉDIAIRES</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fonds pour la FP (ou Fonds social) : conceptualisation, Experimentation, opérationnalisation</li> <li>• Nombre de projets soumis/approuvés par le Fonds, par catégorie</li> <li>• Participation effective des employeurs à la gestion des institutions publiques de FP</li> <li>• Unités de relations avec le secteur privé (observatoires) dans les institutions publiques de FP</li> <li>• Création pôles décentralisés</li> <li>• Mécanisme de suivi</li> <li>• Incubateurs à Agua Grande/décentralisés</li> <li>• Nb d'animateurs au niveau des pôles</li> <li>• Création du guichet unique Formation-Emploi PME/ME</li> <li>• Pour chaque institution/programme, suivi du placement et de la trajectoire des diplômés</li> <li>• Enquêtes sur la satisfaction <ul style="list-style-type: none"> <li>--- des employeurs</li> <li>---des travailleurs (jeunes, femmes, autres)</li> </ul> </li> <li>• Nombre de micro-entreprises ou d'emplois créés</li> </ul>							
<b>INDICATEURS DE RÉSULTATS/SUIVI</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nombre de participants/concluants</li> <li>• Nombre de jeunes de moins de 20 ans <ul style="list-style-type: none"> <li>---ayant suivi une formation</li> <li>--- ayant terminé celle-ci avec succès</li> </ul> </li> <li>■ Nombre de femmes de 20-45 ans <ul style="list-style-type: none"> <li>--- ayant suivi une formation</li> <li>---ayant terminé celle-ci avec succès</li> </ul> </li> </ul>							





## **I: GESTÃO DO MEC**

### ***Diagnostico***

1. No capítulo dois notou-se as razões pelas quais os importantes investimentos educativos efectuados pelo país não atingiram todos os resultados esperados: carácter pontual e isolado das intervenções, ausência da visão transformadora e de sinergias, inexistência ou fraco desenvolvimento de arranjos institucionais de natureza a perpetuar mudança, insuficiência de infra-estrutura de informação para encaminhar a tomada das decisões, medir o progresso e reduzir as desigualdades.

2. Nos tínhamos sugerido que seria desejável transformar o MEC em uma organização que "administra a penúria" reconduzindo de um ano para outro orçamentos cada vez modestos, para uma "organização em aprendizagem colectiva permanente" que gere verdadeiramente os recursos buscando pragmaticamente soluções capazes de "produzir os resultados" de aprendizagem e a baixos custos. É neste sentido que gostaríamos de tornar a pensar nas funções-chaves do MEC - planificação, orçamentar, desenvolvimento dos recursos humanos, fluxos financeiros, sistema de avaliação e de seguimento, apoio e controlo.

A disponibilidade total do pessoal, o recrutamento dos consultores, as melhores incitações e o desenvolvimento profissional contínuo, inscreverão nesta perspectiva com uma maior exigência de rendimento, no quadro de responsabilidades claramente definidas pelo Estado, com a participação de todos os seus parceiros.

### ***Objectivos***

3. O objectivo da vertente « Gestão » da estratégia do MEC é de fazer com que cada um dos serviços ou entidades em função das suas responsabilidades, realize os objectivos de todo o Ministério - proteja todas as crianças e adultos de modo que possam aprender, segundo as normas nacionais de qualidade e de equidade evocadas na vossa visão do capítulo III, e de maneira a acelerar o desenvolvimento económico e social de redução da pobreza.

### ***Estratégias***

4. Nos propomos assim um reforço das funções-chaves das entidades administrativas responsáveis da gestão dos diversos níveis administrativos responsáveis da gestão dos diversos níveis de educação. Para cada uma destas funções, nós definiremos claramente, na linha dos objectivos de todo o Ministério do MEC, e da maneira formativa e participativa:

- O sub-objectivo por unidade
- As novas responsabilidades a preencher (devido ao início da descentralização)
- Novos procedimentos do funcionamento e
- Novas competências adquiridas pelo pessoal

5. Diante deste ideal, um inventário quantitativo e qualitativo dos recursos humanos disponíveis (testes de autoavaliação, avaliação externa) permitira de estimar as necessidades de formação ou de "complemento" para os consultores. Desde da fase 1

(2004) nos contamos promover, sobre a base das normas de performance que nos deveríamos definir e validar com actores, uma cultura de autoavaliação apoiada por um programa de desenvolvimento profissional (DP) contínuo, utilizando os novos manuais de procedimentos simples e claros. Um sistema de avaliação externa do pessoal em termos de resultados será implementado na segunda fase 2 (2006). Uma atenção particular será dada a criação de um sistema de informação para gestão e a produção de informação de qualidade, fracas e recentes: estatísticas de base, e bases de dados integrados (alunos exames professores e pessoal, infra-estruturas, custos e financiamentos...) de modo a permitir análises, projecções e simulações simples, avaliação dos conhecimentos dos alunos, seguimento das diferenças entre os grupos vulneráveis e conjunto dos alunos, e seguimento dos indicadores. Em paralelo será efectuado junto do pessoal educativo e dos pais uma acção de sensibilização e animação com vista a começar, a partir dos resultados das avaliações, um debate aberto sobre a qualidade de educação e sobre as considerações de equidade e de género.

6. Para completar estas acções sobre recursos humanos, as condições materiais de funcionamento dos diferentes serviços serão modernizadas com materiais e equipamentos de escritórios, tecnologias de comunicação e informação contemplando também Internet, fax, vídeos, câmaras, equipamento informático e meios de transportes. No momento do lançamento da estratégia, um seminário intensivo de informação e formação será realizado progressivamente a intenção do pessoal administrativo, técnico e de gestão de todo país, com reforço sobre o posto de trabalho.

## PLANO DE ACÇÃO

Estratégia/ Sob estratégias/ Linhas de acção	Actividades	Custos
<p><b><u>A. Reforço das funções chaves:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Função estratégica, produção/gestão de informações (Estudos estatísticos, sistema de informação para a tomada de decisões, seguimento e avaliação)</li> <li>• Função estratégica, produção/gestão de informações (Estudos estatísticos, sistema de informações para tomada de decisões, seguimento e avaliação)</li> <li>• Planificação e Estáticas</li> <li>• Gestão financeira</li> <li>• Gestão de Recursos humanos</li> <li>• Apoio (Centros de recursos) e controlo/responsabilização (Inspeção) e descentralização</li> <li>• IEC e com os parceiros</li> <li>• Direcções de educação por níveis</li> </ul>	<p>A. Recrutamento dos consultores nacionais e internacionais (acordos de germinados)</p> <p>B. Na evidência dos objectivos do MEC e da estratégia, exercício participativo de definição e validação dos sob objectivos fixados e das competências adquiridas por cada unidade administrativa</p> <p>C. Inventário de Recursos humanos e materiais disponíveis em cada unidade e identificação das insuficiências a preencher</p> <p>D. Formulação dos novos procedimentos administrativos simples, preparação e disseminação de manuais</p> <p>E. Seminários anuais de formação do pessoal aos novos procedimentos e desenvolvimento profissional continuo</p> <p>F. Concepção, experimentação, implementação de um sistema (i) de auto avaliação (fase 1) e (ii) de avaliação externa (fase2) da performance do pessoal</p> <p>G. Aplicação de um sistema de Informação para a gestão (MIS) de capacidade evolutiva (interface geográfica GIS)</p> <p>H. Desenvolvimento de uma carreira profissional e de um sistema de incitações retomando o principio das « gratificações » baseadas nos resultados</p> <p>I. Promoção de um debate publico sobre a qualidade da educação a todos os níveis do sistema (escola, distritos, pais)</p> <p>J. Dotação das Direcções e serviços anexos do MEC em equipamento, material e consumáveis</p>	<p>90.000</p> <p>5.000</p> <p>380.000</p> <p>325.000</p> <p>20.000</p> <p>220.500</p> <p>124.000</p> <p>1.197.500</p> <p>130.000</p> <p>762.000</p>

**Custo TOTAL..... U\$ 3.254.000**

### PRIORIDADES

Melhorias das condições materiais de funcionamento dos diferentes serviços, em razão da dificuldade de reformar durante muito tempo as normas operacionais mínimas

- Implementação dos acordos germinados com as instituições de renome para os programas sobre medidas (AT, seminários, formação do pessoal técnico e administrativo, trocas, estudos....) devido ao efeito multiplicador das capacidades
- Exercício formativo e participativo de (i) definição dos objectivos de cada entidade no quadro da missão do MEC e das novas competências adquiridas ; (ii) análises das insuficiências em RH em relação aos perfis exigidos ; (iii) Concepção e aplicação de um programa de actualização das competências (fase 2) de desenvolvimento profissional contínuo.

## CRONOGRAMA

(a preencher)

<b>Estratégia</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
<b>Reforço das funções chave</b>											
Definição normas, sob objectivos, responsabilidade, procedimentos competências	X	X									
Preparação/disseminação manual informativo		X	X								
Inventario das necessidades		X									
Seminário de lançamento		X									
Concepção, execução do programa de DP		X	O	X							
Sistema de informação para gestão	X										
Avaliação externa do pessoal			X								
Novas Carreira				X							

<b>INDICATEURS</b>	<b>Valeur départ (07)</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>17</b>
<b>IMPACT</b> % de réalisation des objectifs du MEC Scolrisation Apprentissage Rétention % de réalisation du budget éducation Indice d'efficacité interne du système (par niveau) Coûts unitaires par diplômé	86 (en 1999 70/53/66					100	
<b>INDICATEURS INTERMÉDIAIRES</b> Définition des objectifs (MEC) et sous -objectifs (entités) Définition des profils recherchés Inventaire des RH disponibles Délais de publication des statistiques scolaires Livraison manuels scolaires avant la rentrée Mise en place d'un système de suivi des dépenses							
<b>RÉSULTATS/SUIVI</b> Manuels de procédures disséminés Nb/% de personnels administratifs formés (au lancement de la strat., , puis en DP continu) aux nouvelles procédures/ -- Gestionnaires --Form. Admin. Gén.( incl. technologies info/communic) --Par spécialité (planif., budgetisation, gestion RH.....) Nb d'entités du MEC équipées Système d'évaluation installé --Acquis des élèves (ex :4 <sup>ème</sup> , 8 <sup>ème</sup> année) --Performance des personnels --Performance des entités du MEC Mise en place système d'information pour la gestion et formation du personnel							



## **H : TEMAS TRANSVERSAIS**

1. Retomamos três temas mencionados ao longo da estratégia, que merecem um tratamento separado devido a sua importância para o desenvolvimento económico e social do nosso país.

### **GENERO**

#### ***Diagnostico***

2. Como testemunha o programa governamental, existe em São Tomé e Príncipe um largo consenso, e uma forte preocupação, quanto a situação desfavorecida das mulheres e das raparigas em relação a dos homens e a dos rapazes, mais os dados permitem de confirmar ou invalidar que estas proposições são raras. O conceito de "género" é constantemente interpretado unicamente na perspectiva das mulheres. Os pedidos de formação sobre estas questões é no entanto forte e um certo número dos nossos ministérios (plano e Finanças, Educação, Saúde...) possuem as pequenas equipas de trabalho sobre estas questões, em particular com FNUAP. O FNUAP, efectuou entre outras actividades, um inquérito junto aos decisores com objectivo de melhor compreender as posições sobre estas questões.

3. O PNUD e algumas ONGs gerando os projectos com vista a auto-suficiência dos adolescentes, os cuidados os crianças com as mães solteiras, apoio as crianças abandonadas, as "mulheres no desenvolvimento" ou como MICONDO, contra a violência doméstica ou para micro-empresa e micro - crédito rural. A FONG identificou seis prioridades dentre as quais o género faz parte<sup>43</sup>. Mais as capacidades de análises e de leadership são limitadas, e a coordenação das acções é fraca, assim o risco de dobro emprego e ineficácia das utilizações dos recursos. Existe uma importante solicitação latente de formação nesses domínios, por exemplo por parte do grupo como o Fórum das mulheres, que oferece um potencial de agrupamento e de articulação das mensagens.

4. Por ultimo, a informação sobre as questões de género - ligadas ao FNUAP, ao Banco mundial - cobre os numerosos aspectos, mais, deixando contudo, sem resposta um, certo numero de questões, tais como a razão do abandono escolar para os rapazes e as raparigas ou as causas da gravidez precoce nos adolescentes.

#### ***Objectivos***

5. No que toca a educação, nossa estratégia tem como objectivo de sensibilizar o conjunto da sociedade sobre a problemática do género para oferecer tanto aos homens/rapazes que as mulheres/raparigas das prestações respondendo as suas necessidades particulares.

#### ***Estratégia***

6. Nossa estratégia para realizar este objectivo consiste primeiramente a criar informações e as capacidades especializadas e de seguida a sustentar as acções concretas destinadas para assegurar um tratamento equilibrado dos direitos e das necessidades dos dois sexos, **abordado no currículo e nos manuais escolares do ensino primário (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> classe).**

---

<sup>43</sup> Estas prioridades são as seguintes ; Educação, Saúde, ambiente, Segurança alimentar, Mulheres e Crianças.

7. As avaliações para os beneficiários mencionados no capítulo ... debruçam especialmente sobre as causas distintas do abandono escolar nas raparigas e nos rapazes. Um programa global de formação sobre as questões de género, e como os integrar concretamente nos diferentes sectores será oferecido, apoiado ao nível dos distritos para uma rede de actividades igualmente a formar. Os decisores, os responsáveis de implementação dos projectos, e a sociedade civil (ONGs) constituirão especificamente o grupo alvo. As diversas campanhas do IEC propostas (sobre a educação e sobre alfabetização) retomarão, segundo as modalidades variáveis e sobre um período de muitos anos, algumas mensagens chaves da nossa política de género tal como ela afecta os diversos sectores. Os programas actuais tais como os do FNUAP serão retomados e alargados, enquanto que o pessoal das ONGs será formado as tecnologias apropriadas, as boas praticas serão disseminadas e encorajadas para as incitações. Todos os indicadores chaves serão decompostos por sexo, com os valores de referência. Todos os programas exigidos para a educação (revisão do currículo, recrutamento e formação dos professores, construção das escolas, luta contra o atraso escolar, clubes dos jovens...) abordarão sobre estas questões.

**PLANO DE ACCAO**

<b>Estratégia/ Sob estratégias/ Linhas de acção</b>	<b>Actividades</b>	<b>Custos</b>
<b>A. Preocupação do género</b>	A.1.1. Avaliação de educação do ponto de vista dos beneficiários	18.000
	A.1.2. Discussão e implementação diferenciada entre rapazes e raparigas emergindo da avaliação para reduzir o abandono escolar e as disparidades G/F	8.000
	A.2.1. Integração das questões de género nas campanhas IEC	15.000
	A.2.2. Formação geral para decisores, gestores, responsáveis ONGs e o projecto sobre a problemática do género e as soluções.	16.000
	A.2.3. Formação técnica para os activistas nas regiões/distritos e para os executantes dos programas	40.000
	A.2.4. Disseminação boa pratica em materiais de género boas políticas em matéria de género a partir dos CRAS, dos centros de PMI e dos CREALS.	150.000
	A.3.1. Introdução do conceito sobre género na revisão do currículo escolar (todos os níveis), nos manais de guia.	16.000
	A.3.2. Continuação do programa FNUAP (englobam perguntas de género, saúde reprodutiva, ...) de formação dos professores, disseminação, texto	430.000
	A.3.3. Introdução do conceito de género em todas as dimensões da escola : infra-estrutura, luta Fracasso escolar, Clube dos jovens, , EBA, ...	12.000

**CUSTO TOTAL.....**

**U\$ 705.000**

**PRIORIDADES :**

- Programa FNUAP em razão da dinâmica existente
- Medidas (diferenciadas pelo género) para evitar o fracasso, o abandono escolar, em razão do impacto global do sistema e ao mais longo prazo para o desenvolvimento socio-económico e a redução da pobreza
- Formação dos decisores e dos professores devido a insuficiência



<b>INDICATEUR</b>	<b>Valeur départ(07)</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>17</b>
<b>IMPACT</b> Ratio garçons/filles dans le secondaire dans le tertiaire Taux alphabétisation Hommes/Femmes Equilibre hommes/femmes dans corps enseignant Pré-scolaire Education de base Education secondaire ES1/ES2 Tertiaire	54 :46/58 :42  91/76  1/3-2/3						
<b>INDICATEURS INTERMÉDIAIRES</b> % consacrée au genre dans Campagne IEC Soutien aux Unités responsables des questions de genre dans les Ministères clés (1 <sup>er</sup> Ministre, Plan/Fin, MEC, Santé) Octroi de prix et incitations							
<b>RÉSULTATS/SUIVI</b> Evaluation par les bénéficiaires Adoption mesures différenciées contre abandon scolaire Nb de personnes formées au genre Décideurs Administrateurs Responsables ONGs/Projets Animateurs/ Executants de progr. Production de statistiques par genre							



## SAÚDE ESCOLAR

### *Diagnostico*

1. Nota-se no capítulo IV, a degradação do estado de saúde e de nutrição das crianças santomenses durante a década 90, consecutivo as dificuldades económicas deste período, contribui as ineficácias do sistema escolar e desiguais entre rapazes e raparigas.

Aproximadamente 90% das crianças sofreram de parasitas intestinais. As equipas móveis do MEC descrevem o estado dos problemas de visão, dos olhos, dos dentes, de paludismo, de higiene e problemas de peles, que afectam a frequência escolar, a concentração dos alunos e as suas capacidades em aprender. A schistosomiase servida no estado indemico nas certas partes do país. Nas zonas rurais, sobretudo Caué e Príncipe, que são as mais afectadas.

2. Actualmente nosso país não tem uma política de saúde escolar ou de saúde na escola (ex : interdição do tabaco).

Actuellement notre pays n'a pas de *politique de santé scolaire* ou de *santé à l'école* (ex : interdiction du tabagisme). Com a descentralização de 1991, os serviços de saúde foram afectados ao nível dos distritos, mesmo se os recursos não eram suficientes, o que levou a suspensão das equipas móveis nas escolas. Existe uma comissão móvel para saúde escolar mais os seus meios são muito limitados. A infra-estrutura actual deixa a desejar no que toca a **abastecimento** de água (devido o problema dos parasitas) e saneamento do meio (latrinas ou mistos, o que provoca o êxodo das raparigas a numa certa idade).

3. Em matéria de educação sanitária, desde 1985 o FNUAP colabora com os Ministérios de educação e da saúde na produção de materiais de educação sobre a saúde reprodutiva, que trata igualmente das questões de higiene, de nutrição e de prevenção do SIDA. Estes temas são tratados de maneira transversal em ciências /biologia, historia/geografia/ciências sociais, e Português. Os textos para o 5º e do 8º ano de estudo são utilizados depois 1998, os do primário estão na fase de experimentação e os 700 professores igualmente o programa do primário foram formados. **O programa experimental de formação dos professores e de promoção da saúde escolar e de prevenção do SIDA, por parte do governo, estão em curso.**

4. Em matéria dos serviços o PAM beneficia as 73 escolas primárias (mesmo aquelas que funcionam em regime triplo), 51 jardins/creches, 7 centros de PMI. O programa Pao e Leite oferecendo os alunos da primeira vacação de algumas escolas, **está actualmente suspenso**. A ONG Valflor experimenta um grupo de anti parasitas e educação sanitária de base nos 2 dos 7 distritos.

### *Objectivo*

5. A partir destes elementos, pensamos por em pratica um sistema integrado de saúde, higiene e nutrição escolar, que seja capaz de inculcar a todos os alunos, desde da infância e de maneira duradoira um estilo de hábitos e de vida sã.

### *Estratégia*

6. Para alcançar este objectivo, pensa-se que é necessário seguir o dito conceito FR ESH<sup>44</sup>. - que consiste a utilizar infra-estruturas escolares como ponto focal (e seu pessoal como agentes de mudança) para criar uma sinergia entre política de saúde escolar, saneamento e aprovisionamento da água potável, educação sanitária e serviços de saúde/nutrição. Este conceito será de uma tal eficácia, pois, ele apoia-se sobre a colaboração entre os ministérios de educação e de saúde, e sobre os parceiros e as comunidades.

A. Política de saúde escolar. Pensamos primeiramente em realçar a Comissão interministerial para a saúde escolar. Esta Comissão será encarregue de elaborar uma política nacional, de definir as funções e as responsabilidades dos actores, os indicadores de seguimento, assim que os termos de referência para educação contra o SIDA, a realizar pelo IMHT. A Comissão pode se inspirar da experiência dos outros países e das ONGs africanas já experientes na matéria (como o Senegal ou Moçambique).

B. Ambiente físico da escola. As normas operacionais mínimas fazem parte integrante a nossa estratégia de construção escolar, elas mesmas associadas aos outros nomes - professores formados manuais e textos, participação...(cf secção IV.B et C). As comunidades e as ONGs terão um papel muito importante na protecção e melhoria do ambiente escolar, depois do jardim permitindo de melhorar a nutrição das crianças, até na limpeza e a manutenção dos anos de água.

C. Educação sanitária. Como indica as secções IV.B. et C. sobre educação primária e secundária, o programa de educação em matéria de saúde reprodutiva elaborado com o FNUAP será integrado ao novo currículo e alargado. Será igualmente recuperado nos novos manuais. Os programas de "Redinamização" pois do desenvolvimento profissional continuo, dos professores, incluirão uma formação em matéria de saúde, do paludismo, as MSTs. Os professores serão preparados para efectuarem o papel dos agentes de saúde da primeira linha, e serão formados as técnicas pedagógicas centradas nas crianças, concebidas para encorajar a adopção de um estilo de vida sã.

D. Serviços de saúde escolar. Prevemos brevemente uma campanha generalizada contra os parasitas e uma outra mais focalizada contra schistosomise. Em contra partida os dados suplementares serão necessários para determinar a prevalência da anemia e das necessidades de suplementos do Iodo/vitamina A, que poderão ser administradas no momento de anti -parasitas. Algumas destas operações requerem uma participação mais activa dos professores, para não os sub carregar os sistemas de saúde e de educação, para o caso do SIDA prevê-se dirigir os estudantes afectados para a rede ONG/Serviço de aconselhamento, que será prolongado pelos voluntários especiais formados.

---

<sup>44</sup> Sigla significando "Focalização dos Recursos em via de política eficácia de saúde escolar". Este conceito "fresco" é apoiado pelo Banco Mundial, OMS, UNESCO e UNICEF. Organização mundial de saúde, UNESCO e UNICEF.



**PLANO DE ACCAO**

<b>Estratégia/ Sob-estratégias/ linhas de acção</b>	<b>Actividades</b>	<b>Custos</b>
<u>A. Política de saúde escolar</u>	A.1. Reforçar e apoiar a política de saúde escolar.	55.000
	A.2. Viagem de estudo nos países vizinhos com os mesmos problemas	27.000
	A.3. Reforço do sistema de passagem do mercado dos medicamentos	1.750.000
		240.000
<u>B. Nomes para aprovisionamento da agua e saneamento</u>	B.1. cf secção IV.B	
<u>C. Educação sanitária</u>	C.1. Integração e expansão do programa FNUAP no novo currículo	13.500
	C.2. Impressão, distribuição de manuais e guias	20.000
	C.3. Formação dos professores e voluntários comunitários	27.000
	C.4. Integração nos Clubes dos jovens	40.500
<u>D. Serviços de saúde nas escolas</u>	D. 1. Anti -parasitas com assistência técnica das ONG, sensibilização das comunidades, formação dos professores e agentes de saúde	140.000
	D.2. Tratamento anti-schistosomíase das zonas infectadas, pelos agentes de saúde	300.000
	D.3. Estudo e administração suplemento em iodo/ou ferro	315.000
	D.4. Retomada as deslocações das equipas móveis	432.000

**CUSTO TOTAL..... U\$ 3.360.000**

**PRIORIDADES :**

NOMs para o aprovisionamento em água potável e saneamento, devido o impacto directo de muitas pistas.

Educação sanitária baseada sobre o programa de FNUAP, derivado do dinamismo existente e o seu carácter transversal.

**CRONOGRAMA**

<b>Estratégia</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
Política de saúde escolar	X										
Nomes infra-estruturas (saneamento/água potável)		X									
Nomes educação sanitária		X									
Nome serviço de saúde nas escolas		X									



<b>INDICATEUR</b>	<b>Valeur départ(07)</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>17</b>
<b>IMPACT</b> Prévalence de : Parasites intestinaux Schistosomiase Anémie Paludisme Autres affections (préciser)							
<b>INDICATEURS INTERMÉDIAIRES</b> Activités de la Commission Mixte sur la santé scolaire Equipes mobiles Nombre de visites d'écoles /an							
<b>RÉSULTATS/SUIVI</b> Nombre de formés (par programme) Enseignants Animateurs, volontaires Autres Campagnes menées Distribution de manuels FNUAP (par classe) Acquisition des doses de médicaments (par programme)							

## **HIV/SIDA**

### ***Diagnostico***

1. A prevalência do VIH/SIDA em STP é estimada a .....Se este dado parece insignificante em relação aos outros países Africanos, sabe-se que a epidemia leva muito tempo a se propagar sem se manifestar e a indulgencia pode ter efeitos desastrosos. A educação é sempre uma das principais vitimas deste flagelo. O SIDA aniquila as categorias qualificadas, retira a energia dos professores, o que reduz a qualidade e a solicitação; o sida deixa milhares de criança órfãos, o que aumenta o custo das prestações, sem falar das crianças - mais frequentes as raparigas - que abandonam a escola, contaminam a doença e privando assim de escolhas, e vendo -se fechada no circulo vicioso da pobreza.

2. Inversamente a educação tem um papel crítico para conter este mal. Ela não é somente um dos motores do crescimento económico e um dos principais factores de redução da pobreza de uma geração a outra a través das mães. A Educação favorece adopção de comportamentos responsáveis e de praticas de vida sãs, torna as mulheres menos vulneráveis para gravidez pouco espaçadas e as permite de reduzir a dependência económica. Sua ligação de privilégio, é que a escola recebe uma grande parta de população não infectada e constituem um ponto de ligação entre crianças, jovens, pais, comunidade, é assim que nota-se a sua eficácia como vector de uma estratégia de lute contra o SIDA.

3. Actualmente não se dispõe praticamente de nenhum dado sobre o numero de pessoas contaminadas, os grupos em situação de riscos, impacto previsível para o próprio sector de educação, e as acções a serem efectuadas. Contudo é indispensável esboçar as grandes linhas de uma estratégia de luta contra o SIDA se quisermos realizar educação para todos (EPT) e, inversamente, realizar a EPT pois trata-se de uma das armas mais forte que existe contra o SIDA.

### ***Objectivos***

4. O nosso objectivo é duplo : Gostaríamos desde já pôr um termo, no aumento do vírus e até 2010 redizer de 25% a sua prevalência nos jovens de 15-24 anos, que constitui o grupo a maior risco.

### ***Estratégias***

5. Para realizar este duplo objectivo, nos contamos a curto prazo fazer da infra-estruturas escolar uma arma chave da nossa estratégia a longo prazo, adoptar nossos programas de estudos para introduzir mudanças de comportamentos duráveis. Todas as acções direccionadas em particular a prolongar a escolaridade das raparigas até ao nível secundário - a fim de reduzir um certo numero de risco de contracepção do vírus tais como o casamento precoce ou relações sexuais não protegidas - serão particularmente importantes.

A. Estratégia de melhoria do nosso conhecimento sobre o flagelo HIV/SIDA

6. No quadro mais amplo da nossa estratégia global anti -HIV/SIDA, coordenado pelo sector de saúde, tentaremos de identificar melhor os grupos a risco, nomeadamente os

órfãos e os adolescentes, como também os actores para mobilizar para execução dos programas e o seu financiamento. Estimaremos, assim o impacto provável do vírus, em particular para o sector de educação. Este recenseamento incluíra as acções anti-SIDA efectuadas no país assim como os seus resultados. A campanha IEC sobre a educação retomara com vigor.

**B. Estratégia de intervenção a traves o sistema escolar.** A nossa arma principal será a prevenção a traves do programa descrito na rubrica « Saúde » a baixo, incluindo política de saúde escolar, Normas Operacionais Mínimas para infra-estruturas, educação sanitária a traves do currículo revisto e serviços de saúde e alimentação escolar. Esta acção direccionada, antes de tudo, será completada, fora da escola, pelos centros de Educação de Base Alternativa (EBA) pelos jovens não escolarizados, e pelos Clube - Jovens e Espaço-Jovens pelos adolescentes. O programa FNUAP e o seu centro de escuta será sem duvidas os parceiros privilegiados do centro de acção peri-escolar, que beneficiara de financiamentos prioritários, por exemplo no quadro do Fundo para Inovação, o FNUAP pode apoiar a formação de uma rede de jovens animadores formados para trabalhar ao nível dos casais. A formação inicial e a dos mestres receberá uma atenção especial, (i) em termos de introdução da temática HIV/SIDA nos programas - redinamização, DP continuo, preparação profissional, (ii) por adopção ao ISP, uma estrutura diminutiva da formação inicial em beneficio ao desenvolvimento profissional continuo chamando a formação a distancia. Isto conjuga com o facto que a relação aluno - professor, no nosso país oferece uma certa margem de manobra, nos permitira de ajustar rapidamente a oferta nos casos dolorosos e pouco provável de emergência de uma verdadeira penúria dos professores. A formação dos mestres e dos professores será completada pela dos pais e dos jovens em « leadership » no quadro da implementação das NOMs.

## PLANO DE ACÇÃO

Estratégia/ Sob- Estratégias/ Linha de Acção	Actividades	Custos
<b><u>A. Melhor conhecimento da problemática HIV/SIDA à STP</u></b>	A.1. Inqueritos e estudos para melhor compreender as dimensões do problema no tempo do nosso país	60.000
	A.2. Inclusão da problemática HIV/SIDA no programa de d'IEC sobre educação	30.000
<b><u>B. Intervenção a traves do sistema escolar</u></b>	Uma busca vigorosa e determinada de EPT :	<b>-55.000</b>
	B.1. Programa de saúde escolar incluindo os NOMs	
	B.2. Apoio ao Fundo para Inovação em favor a acções de informação HIV/SIDA ao nivel dos Centros EBAs, Clubes-Jovens e Espaço Jovens, com apoio do FNUAP, compriendendo formação de jovens animadores para programa de informação/prevenção entre casais	100.000
	B.3. Introducção da problemática HIV/SIDA nos programas (i) de Redinamização dos professores, (ii) de desenvolvimento profissional continuo e (iii) nos programas de formação inicial	60.000
	B.4. Introducção da problemática HIV/SIDA no programa de formação dos pais e dos jovens leaders no momento da implementação dos NOMs.	30.000

**CUSTOS :.....U\$ 280.000**

6. O conjunto destas intervenções é objecto de estimação de custo nas outras secções da Estratégias (com excepção das intervenções indicadas em AAA, que relevão das estratégia da saúde) , esta estimação não é retomada aqui para evitar a duplicidade.

### **PRIORIDADES**

7.

- Inclusão desta estratégia na do sector de saúde entre as prioridades (prevenção) do governo a fim de criar as sinergias necessárias
- Apoio activo ao programa FNUAP, em razão da sua experiência, do seu peso e da dinâmica existente.

## CAPITULO V : RECAPITULATIVI DOS CUSTOS

1. A Tabela V.1.resume em dólares, as projecções dos custos indicativos da estratégia esboçada no capítulo precedente.

<b>Componente</b>	<b>2007-20017</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA INFÂNCIA</b>	7.656.500
Educação de Base (1-6)	39.175.960
Primeiro ciclo de Educação secundaria (7-9)	8.567.000
Segundo ciclo de Educação secundaria (10-11/12)	13.172.500
Educação terceira	2.088.500
Alfabetização e EBA	2.690.500
Formação profissional	3.541.000
Gestão do Ministerio	3.254.000
Gênero	705.000
Saúde Escolar	3.360.000
HIV / SIDA	280.000
<b>TOTAL</b>	<b>84.490.960</b>

2. Muitos cenários foram estabelecidos com o FMI para o crescimento do PIB (em função do impacto das receitas petroléiras) e para recursos disponíveis em favor da educação. Por fim do calculo indicativo, retemos o Cenários #2.

<b>Senario</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>	<b>2017</b>
Senario #1	5	6	7	7
Senario #2	5	7	10	10
Senario#3	5	10	40	10

Fonte : FMI

<b>Rubrica</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2017</b>
GDP (Milhares de dobrs)							
% do PIB atribuída a educação							
% Educação orçamento de							

Estado							
% do orçamento de educação acordado ao primário (com passagem de 4 a 6 anos)							
Despesas de educação terciária (no país e no estrangeiro)							
Despesas Investimento Educação							
% Educação nas Despesas Investimento							

3. A diferença entre o disponível e os custos previsíveis da uma indicação de ordem de grandeza do atraso do recursos exteriores a serem mobilizados. As projecções para os cinco primeiros anos da década são necessariamente mais seguros e mais marcantes que os cinco anos seguintes.

Rubrica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017
Despesas funcionamento Educação EB1 (1-4) EB2 (5-6) ES1 (7-9) ES2 (10-11) Terciario Alfabetização Formação profissional							
Despesas Investimento Educação EB1 (1-4) EB2 (5-6) ES1 (7-9) ES2 (10-11) Terciario Alfabetização Formação profissional							



## CAPITULO VI: RÉCAPITULATIVO DAS POLITICAS

**Tabela VI.1: Coerência entre os objectivos de EPT/Milenário, as prioridades do Governo e a Estratégia**

EPT/Milenário	Governo	Estratégia - Conceitos	Estratégias - Objectivos prioritários
#1 - Infância, nomeadamente os mais vulneráveis	Desenvolvimento humano, equidade de oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção da cultura da infância</li> <li>- Expansão do acesso a duas velocidades - focalizado pelo formal, maximalista para o informal</li> <li>Consolidação da qualidade - Normas Operacionais Mínimas (NOMs)</li> <li>- Reforço da gestão</li> </ul>	<p>Alargar de 18% a 40%.(2008) e a 80% (2013) a promoção das crianças de 3-6 anos beneficiando do programa de DPI, privilegiando as comunidades mais desfavorecidas (95%)</p> <p>Atingir 80% dos pais pelos conceitos não formais</p>
#2 - Universalização do acesso e do acabamento do ciclo primário (6 anos)	Crescimento económico e redução da pobreza, Promoção de iniciativa privada, Reforço da democracia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções sistemática da escola (Participação Infra-estrutura equipamento - professores-material - saúde)</li> <li>- Etapa #1 - Normas Oper. Min. garantidas para todos</li> <li>- Etapa #2 - Melhoria continua</li> <li>- Dispositivo de apoio (CRAs), luta contra o atraso escolar</li> <li>- Participação</li> <li>- Autonomia progressiva e responsabilização</li> </ul>	<p>Relevar a taxa de escolarização nete sobre uma taxa primária de 6 anos de 97 % a 98% (2008) e a 99%(2013), diminuindo as distâncias entre os distritos</p> <p>Relevar a taxa de finalização primária de 81% sobre 4 anos a 80% sobre 6 anos(2008) e 95% (2013) diminuindo as distâncias entre os distritos</p>
#3 - Acesso equitativo programas adequados a jovens e adultos (FP)	Desenvolvimento humano, crescimento económico, Redução da pobreza, coesão social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação do sistema FP - juntamente com o observatório inicial, garantia de qualidade informação coordenada.</li> <li>- Fundos para a FP ou outro mecanismo de financiamento</li> <li>- Expansão prudente com consolidação da base (aprendendo) Diversificação (novos ramos de modalidades), polo descentralizado, sinergia</li> <li>- Rentabilização dos invest. (inserção dos finalistas, tecido associativo...)</li> </ul>	<p>Criar um sistema de base e de formação profissional diversificado e descentralizado, integrando o formal e informal e rodeado pela procura, compreendendo o sector informal</p> <p>Esta segura que 50% dos jovens de 10-20 anos que não são escolarizados estejam em FP com EBA, e a 95% até 2013</p>
#4 - Alfabetização, educação de base e permanente	Desenvolvimento dos recursos humanos, Crescimento económico e produtividade, redução da pobreza	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IEC sobre alfabetização e educação de base alternativa (EBA)</li> <li>- Implementação do quadro institucional, reforço das capacidades</li> <li>- Criador de um ambiente favorável</li> <li>- Financiamento directo programas de alfabetização. E pós-alfabetização de qualidade</li> <li>- EBA e Clubes para jovens escolarizados</li> </ul>	<p>Diminuir a taxa de analfabetismo dos adultos de 30% a 15% (2008) e a 7% (2013)(a seguir por distrito)</p> <p>Incentivar para que todas as crianças jovens de 10-20 anos não escolarizados recebam uma educação de base alternativa (EBA)</p>
#5 - Igualdade	Desenvolvimento	- Atenção sistemática aos	Reduzir a distancia entre rapazes e

<p>entre sexo no acesso e na retenção</p>	<p>humano, Justiça e Coesão sociais, solidariedade</p>	<p>problema de género :currículo, recrutamento dos professores, formação infra-estruturas (WC separada), educação n saúde reprodutiva, HIV/SIDA - Bolsas secundaria para raparigas e científicas  - Discriminação positiva (%) nos financiamentos para programas de alfabetização destinados as mulheres  - Seguimento e avaliação de indicadores desagregados por género</p>	<p>as raparigas de 20 a 10 pontos (2008) para a tacha de escolarização nete, de 5 pontos a 2 (2008) para a reprovação no fim da 4ª classe (a seguir pelos distritos e conseguir manter 0 (2013) para todos os ciclos primários de 6 anos e os níveis seguintes  Reduzir a distancia entre os homens e as mulheres de 15 a 7points (2008) e a zero (2013) para a analfabetização e para numero dos anos de estudo de um a zero ano (2013) (a seguir nos distritos)</p>
<p>#6 -Qualidade, aprendizagens (língua, matemática, Ciências)</p>	<p>Crescimento económico e produtivo, Redução da pobreza, Promoção de valores e de identidade nacional</p>	<p>- Apoio aos estabelecimentos (CRA) e aos dispositivos de luta contra atrasos escolares - Visitas de avaliação de qualidade das escolas - Em ES, rede de serviço de aconselhamento, orientação ,ajuda na inserção profissional para estudantes - No ensino pré-univ., Unidade de reforço na disciplinas organização de estágios profissionais projectos comunitários - Modernização do currículo e Redinamização dos professores</p>	<p>Aumentar o nível de aprendizagens cognitivas de 25% em relação aos dados de base (nos distritos)  Reduzir a tacha de reprovação a 15% (2008) a menos de 10% (em 2013)  Reduzir a tacha do abandono de ....% a menos de .....%(2008) e .....% (2013)</p>
	<p>Reorganização do Estado Boa governança, Reforço na participação na democracia, Durabilidade do desenvolvimento</p>	<p>- Défin. e disseminação dos objectivos/normas/responsabilidades de cada - Contratos simples - Auto-avaliação, e avaliação externa - Controlo técnico e social da qualidade - Disseminação boas praticas, formação , acompanhamento - Sanções pela perf. persist.</p>	<p>- Descentralização - Política de escola - Política de emprego e criação de um sistema de FP - Participação, Transparência - Responsabilização dos actores, reforço das capacidades estratégicas - Seguimento e Melhorias dos grandes parâmetro de gestão financeira e do pessoal</p>

**Tabela VI.2: Quadro da policia educativa**

Domínio	Objectivo	Medidas de política/investimentos- chaves
<b>Pequena infância</b>	<p>Desenvolvimento e Melhorias em todas as dimensões a protecção e educação da pequena infância, em particular para os mais vulneráveis :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolid. existente, sobretudo qualidade</li> <li>• Expansão direccionadas sobre os mais pobres</li> <li>• Cobertura máximas dos conceitos informais</li> </ul>	<p><b>Políticas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de uma cultura da pequena infância</li> <li>• Parceiro</li> <li>• Aumento das % do orçamento</li> </ul> <p><b>Investimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alargamento dos programas informais de atenção a pequena infância</li> <li>• Formação pessoal</li> <li>• Ponto da situação do estado e dos meios de funcionamento dos centros existentes</li> <li>• Expansão de zonas desfavorecidas</li> </ul>
<b>Educação de base (6 anos)</b>	<p>Implementar em (2008) as condições permitindo que até 2013 :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolarização obrigatória universal</li> <li>• Conclusão universal/diminuição dos reembolso/luta contra o os atrasos escolares</li> <li>• Igualdade de oportunidades redução das disparidades</li> <li>• Melhorias nas aprendizagens</li> </ul>	<p><b>Políticas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de % do PIB destinado a educação</li> <li>• Escolaridade gratuita e completa para os pobres</li> <li>• Reestruturação gradual do orçamento :</li> <li>• Financiamento pela procura (Bolsa Escola)</li> <li>• Sistema de iniciativa mais competitiva :concurso bónus, carreira</li> <li>• Descentralização Redefinição das funções (Centros Recursos e Apoio, Inspeção ...), autonomia local sobre a flexibilidade do calendário escolar</li> <li>• Eliminação do regime triplo</li> <li>• Redução do numero dos reprovados autorizados a 1/ciclo (2 ?)</li> <li>• Revisão do currículo (seis anos) e dos manuais</li> <li>• Integração sistemática das preocupações do género, de saúde e de protecção do ambiente</li> <li>• Introdução progressiva da jornada completa a traves o sistema de luta contra os atrasos escolares</li> </ul> <p><b>Investimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção/reabilitação./alargamento/ reparação das salas de aulas, segundo NOMs e recrutamento dos professores de formação superior</li> <li>• Sistema comunitário de manutenção preventiva</li> <li>• Experimentação escolas de vários níveis, zonas periféricas</li> <li>• Alargamento do parque de transporte escolar</li> <li>• Programa de redinamização (fase 1) para professores não qualificados: fase inicial "a distancia " por volta dos CRAs</li> <li>• Para todos os professores (fase 2), sistema de desenvolvimento profissional continuo estabelecido na melhoria continua da escola</li> <li>• Planificação das escolas (PDE), auto- avaliação e avaliação externa (fase 2) para inspecção modernizada</li> <li>• Fundos para Inovação</li> </ul>
<b>Educação post-obrigatória</b>	<p>Preparar os RH que o país tem necessidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão do sec. de base (7-9) em prolongamento do primário de 6 anos /regular o flux por mérito</li> </ul>	<p><b>Política</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eliminação do regime triplo</li> <li>• Revisão/modernização do currículo</li> <li>• Regularização do segundo o mérito, equidade; concurso para entrada na 7ª e na 10ª classe</li> <li>• Sistema de aconselhamento, orientação, estágios, apoio a inserção profissional</li> <li>• Polo de segurança BA) e interface com a cultura jovens (Clubes-</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar o ensino pré-universitário secundário</li> <li>• Satisfação das necessidades mais urgentes quadros médios e professores</li> </ul>	<p>jonvens)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Liceu autónomo e responsabilização</li> <li>• Bolsa das raparigas e científicos</li> </ul> <p><b>Investimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de reabilitação/reparação/alargamento de salas de aulas segundo NOMs, DP continuo para os professores</li> <li>• Descongestão e Reestruturação das redes ES1 et ES2</li> <li>• Trabalho por projecto fundos de inovação,</li> <li>• Reorganização do ISP e IUCAI e concentração por disciplinas prioritárias (gestão, formação dos professores)</li> <li>• Educação a distancia e Universidade aberta</li> </ul>
<b>FP &amp; Alfabetização</b>	<p>Fornecer a economia santomense os RH correspondentes a uma procura quantitativa e qualitativa da economia, e responder as exigências da luta contra a pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de uma política e de um sistema integrado Emprego/formaçã o respondendo a procura</li> </ul> <p>1. Redução da taxa de analfabetização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação de base alternativa para as crianças não escolarizadas</li> </ul>	<p><b>Políticas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política de emprego</li> <li>• Implicação dos grandes patrões</li> <li>• Quadro de garantia da qualidade (GQ)</li> <li>• Definição modalidades fundos FP em vias de financiamento e acompanhamento programas públicos e privados de qualidade (FP, alfabetização ...)</li> <li>• Modalidades eficazes de observatório de emprego (multi-instituições)</li> <li>• Aplicação de estruturas mista de pilotagem de alfabetização</li> </ul> <p><b>Investimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estudos complementares sobre o mercado de trabalho</b></li> <li>• Implementação do sistema GQ (acreditação, certificação)</li> <li>• Financiamento de uma expansão limitada de oferta publica de FP descentralizada e de programas informais de Fpdi leccionados em particular aos (i) jovens que abandonaram a escola (aprendizagem, auto-emprego etc...) e (ii) as micro-empresarias, acompanhamento (micro-credito, aconselhamento, incubadoras, associações...)</li> <li>• Campanha IEC sobre alfabetização</li> <li>• Reforço Institucional /acreditarão das ONGs susceptíveis de dar formações</li> <li>• Fundos (os mesmo para a FP) competitivo para financiamento dos públicos/privados de actividades de alfabetização (carta de orientação FP)e de pos- alfabetização sobre a base dos projectos respondendo as criticas rigorosas</li> </ul>
<b>Capacités institutionnelles</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Renforcement des capacités stratégiques et de mise en oeuvre, suivi et évaluation</li> </ul>	<p><b>Políticas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição dos objectivos claros e coerentes, seguimento e avaliação sistemáticas, apoio em via de melhorias continua, responsabilização para os resultados</li> </ul> <p><b>Investimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fase inicial de preparação e reforço das capacidades institucionais (2anos)</li> <li>• Ciclos conjunto dos seminários incluindo videoconferências BM/PNUD</li> <li>• Colaboração com entidades conjunta com entidades especializadas (AT formação, estudos...) reformas, estatísticas, planificação avaliação, gestão do sistema e das escolas, inspecção</li> <li>• Definição das normas, estabilização dos dados de base, seguimento e avaliação com debates publico sobre a estratégia de melhoria</li> <li>• IEC e o debate publico periódico sobre educação</li> <li>• DP continuo para pessoal em função da avaliação da perfuma</li> <li>• Infrastruturas de informação em particular MIS (&amp;GIS)</li> <li>• Equipamento e reforço dos RH dos serviços competentes</li> </ul>

## ANEXO

**Tabela II.1 : Tacha bruta e nete da escolarização**

Fonte	TBE P	TLE P	TBE SB	TLE SB	TBE SPU	TLE SPU
Recenseamento de 2001	147,2	97,4	--	--	--	--
Rakotomalala, 99/00	108	--	53	--	21	--
Inquérito sobre as condições de vida 00/01	147,7(G) 135,9 (F)	86,7	112,1	78,2	--	--
Projecto de carta escolar 99/00	100	67	--	--	--	--

Fontes : Diversas como é indicada

**Tabela ... : Tacha de escolarização nete e bruta, Por zona e sexo (2000/2001)**

Níveis	TBE, Zonas urbanas			TBE, Zonas Rurais			TLE, Zonas urbanas			TLE, Zonas Rurais		
	T	G	F	T	G	F	T	G	F	T	G	F
1 <sup>ère</sup> -4 <sup>ème</sup> anos	158	160	156	127	136	135	90	90,4	89,6	83	84	81
5 <sup>ème</sup> -8 <sup>ème</sup> anos	126	127	124	93	91	95	82	81	83	73	74	73

Fonte : Inquérito sobre Condições de vida dos Agregados (2000/2001) Versão provisória.

Nota : a tacha foram arrendadoras somente onde a diferença é inferior a 1 ponto.

**Tabela ... : Variância na escolarização pelas regiões (2000/2001)**

Indicador	Max/Min. (Régão)
Primaria (1-4) Tacha Bruta de escolarização Tacha nete de escolarização	157 (Centro) -> 125 (Norte) 90 (Centro) -> 79 (Sul)
Secundaria de base (5-8) Tacha Bruta de escolarização Tacha Nete de escolarização	122 (Centro) -> 87 (Norte) 81 (Centro) -> 70 (Norte)

Fonte : Inquerito as Condições de vida dos Agregados (2000/2001) Versão provisória

**Tabela ... : Tacha dos reprovados e dos aprovados (1999)**

Reprovados e Aprovados	Tacha
Tacha de acesso 1A	90%
Reprovados primaria 1A-4A	78%
Transição primaria -secundaria 4A-5A	71%
Reprovação secundaria 5A-8A	52%
Transição secundaria base pré-universitária	91%
Reprovação secundaria pré-universitária	66%

Fonte : Rakotomalala, Sow, Mingat (2001)

**Tabela ... : Perfil de escolarização (1999)**

Sobre 100 alunos entradas em 1A		Sobre 100 crianças da população total
100,0	Acesso em 1A	90
77,7	Acesso em 4A	70
55,4	Acesso em 5A	50
47,5	Acesso em 6A	43
29,0	Acesso em 8A	26
26,3	Acesso em 9A	24
17,5	Acesso em 11A	16

Fonte: Rakotomalala & al, 2001

**Tabela II.2 : Alguns dados comparativos**

entre distritos/regiões, níveis socio-economicos e géneros

	Incidência da pobreza (%) )	Incidência a extrema pobreza (%)	TBEP (1-4)		TLEP		TBES (5-8)		TLES		% Alfabet. (>15 anos)	Anos de escolares (>25 anos)	% professores sem qualificação. (prim/sec)
			G	F	G	F	G	F	G	F			
<b>TOTAL NATIONAL</b>	53,8	15,1	149-136	88-86	112,3- 111,8	78- 78,4	83,1	5,36	60(P)				
<b>District/Région</b>													
Região Norte	70,6	26,7	129-123	84-81	95-78	71-69	76,5	4,88					
Lemba	76,6	29,6					69,9	4,93	94 (P) /78 (S)				
Lobata	66,4	24,7					81,5	4,85	72 (P)/72 (S)				
Região Centro	46,4	10,8	156-159	91-89	120-125	80-83	86,4	5,72					
Agua Grande	39,4	7,4					88,2	5,96	39(P)				
Me-Zochi	59,8	16,7					83,7	5,36	59 (P)/76(S)				
Região Sul	65,1	19,3	143-127	80-79	91-88	77-67	78,2	4,53					
Cantagalo	58,6	9,9					79,3	4,63	83 (P)/92 (S)				
Cauê	82,2	43,9					76,0	4,30	90 (P)/87(S)				
Região de Príncipe	60,1	18,8	141-149	82-81	124-105	79-77	80,7	5,02					
<b>Género</b>													
Homem	52,9	14,9					91,1	5,71					
Mulher	55,7	15,6					75,6	4,97					

Fonte: UNDP, forthcoming, & Inquérito sobre Condições de vida dos Agregados

As tachas de escolarização apresentadas aqui são estas do inquérito sobre as condições de vida, antes do recenseamento de 2001. O dados são arredondados somente quando a distancia é de 1 ponto.

**Tabela II.3 : Tacha de reprovação (99)**

Tacha	Primaria 1-4	Secundaria de base 5-8	Secundaria pré- universitário
% media dos reprovados	27	32	28
% reprovados /anos			
1A/5A/9A	30	26	40
2A/6A/10A	29	39	3
3A/7A/11A	26	25	16
4A/8A	21	27	
Índice global de eficacia	70	53	66

Fonte: Rakotomala & al

**Tabela II.4 : Despesas publicas de educação**

	2000	2001	2003 <sup>45</sup>
<b>Despesas total educação</b>			
Preços correntes	8319	12847	21875
Em % do PIB	2,2	2,6	4,0
Em % das despesas totais do Estado	10	21	14
<b>Despesas por nível em preços correntes</b>			
Educação primaria <sup>46</sup>	3348	8551	7602
Educação secundaria <sup>47</sup>	3162	-	4643
Profissional	88,9	109,5	218,5
ISP	292,0	383,7	732,3
Outros	1497,5	3854,3	9187,5 <sup>48</sup>
Cultura desporto jovem	398,5	0	570,0
Investimento interno			34,2
<b>Despesas por nível, em %</b>			
Educação primaria	40	66	34
Educação secundaria	38	-	21
Profissional	1	1	0
ISP	3	3	3
Outros	18	30	42
Cultura desporto jovem			
Investimento interno			

Fonte: Ministério de planificação das Finanças

**Tabela II.4 bis: Indicadores sobre educação**

<b>Índice de eficácia interna (2000)</b>	
Primaria	70%
Secundaria de base (5-8)	53%
Secundaria pré-universitária (9-11)	66%
<b>Despesas media/alunos em termo de PIB p.c.</b>	
Primaria	7,8%
Secundaria	9,6%
Formação profissional	n.a
Terceira	n.a.

Fonte: Rakotomalala, Sow & Mingat, 2001

<sup>45</sup> Projecções

<sup>46</sup> O valor do ano 2001 para educação secundaria é incluído na educação primaria,

<sup>47</sup> Compreendendo a Escola Patrício Lumumba e Liceu Nacional

<sup>48</sup> A rubrica outros, para o ano 2003, inclui as seguintes despesas publica para educação : Gabinete dos Ministros, Gabinete do plano de inovação educação, DAF, Inspeccção de educação Administração educativa, Direcção de cultura, Delegação de educação a Caue, delegação de educação a Lembá, Escola de formação dos professores, Casa de Cultura, Biblioteca nacional

**Tabela II.5: Perspectivas do EPT Comparação das características do sector de educação (nível primário)**

Para 41 países tendo um PIB/habitante <US\$1000

Países/grupos	% do PIB atribuído ao sector	% do PIB atribuído ao sector primário (6 anos)	Custo unitário primário	Salário Professores (múltiplos do PIB pc)	Relatório al.:prof.	Tacha de reprovação
9 países fora do risco	4,18	2,17	10,41	3,18	39,71	7,82
17 países fora dos risco de escolarização, mais não pela tacha de finalização	3,49	1,69	10,07	3,42	41,51	19,55
São Tomé & Príncipe	2,2	1,1	8,0	1,6	37,4	27,0
15 países com riscos nos dois indicadores	3,23	1,77	14,43	5,47	50,51	18,83

Fonte : Banco Mundial, 2002

**Tabela II. 6 : Decomposição do custo unitário primário/secundário**

(exprimido em múltiplo do PIB/habitante) pelo tipo de despesas e comparação Internacionais

	STP (2000)	Moçambique (98)	Mauritania (98)	Camarões (99)	Bénin (99)
<b>Primário</b>	0,078	0,068	0,122	0,088	0,12
Relação aluno/Professor	34,7	55,4	48,2	51	54
Salário dos professores	1,46	3,1	5,2	3,5	4,7
Custos unitário	0,042	0,056	1,107	0,068	0,087
Professores	0,018	0,005	0,004	0,009	0,01
Custos fora do salário do professor	0,018	0,08	0,011	0,007	0,024
Funcionamento					
<b>Secundário</b>	0,096	0,40	0,49	0,25	0,18
Relação aluno professor	23	24,9	30,4	26	42
Salário professores	1,42	7,5	8,2	5,8	7,0
Custos unitário	0,062	0,30	0,27	0,22	0,16
Professores					

Fonte : Rakotomalala & al., (2001)

**Tabela .... :Impacto da pobreza sobre educação et alfabetização**

Categoria	Médio	Não pobres	Pobres	Muito pobre
Nunca escolarizados (6 anos) em (%)	11,8	9,6	12,9	15,9
Mulheres	20,7	14,4	18,1	22,4
		16,6	22,6	28,9
		11,2	28,1	36,7
Analfabetos (>6 anos) (em %)		21,7	16,8	21,1
Homens				
Mulheres				



Fonte: Perfil da pobreza na republica de ST & P, Governo, PNUD

Categoria	Não Pobres			Pobres			Muito Pobre		
	H	F	T	H	F	T	H	F	T
Frequentou escola	95,3	85,6	90,4	92,5	81,9	87,1	90,6	77,6	84,1
Não frequentou escola	4,7	14,4	9,6	7,5	18,1	12,9	9,4	22,4	15,9
Frequenta actualmente (6-14 anos)	94,2	93,7	93,9	87,7	88,2	87,9	86,1	86,4	86,3
Não frequenta	5,8	6,3	6,1	12,3	11,8	12,1	13,9	13,6	13,7
Sabe ler e escrever	88,8	78,3	83,4	83,2	71,9	77,4	78,9	63,3	71,1
Não sabe ler	11,2	21,7	16,6	16,8	28,1	22,6	21,1	36,7	28,9

Fonte: Perfil da pobreza, OIT, Governo, PNUD 2001

**Tabela... :repartição em % dos 6 - 14 anos que não frequenta a escola segundo o motivo e a categoria da pobreza**

Motivo	Não pobres			Pobres			Muito Pobres		
	H	F	T	H	F	T	H	F	T
Actividade profissional	--	--	--	5,9	5,0	5,5	2,9	3,6	3,2
Actividade domestica	--	1,7	0,9	1,6	4,4	2,9	--	--	--
Falta de meios	21,9	36,1	29,1	31,9	45,3	38,0	60,4	58,2	58,2
Distancia	--	--	--	--	5,1	2,4	4	--	--
Saúde	2,3	--	1,1	5,4	--	2,9	2,4	3,2	2,7
Etudos terminados	--	1,6	0,8	--	--	--	--	--	--
Abandono	58,8	54,0	56,4	47,6	34,2	41,5	28,1	25,1	26,7
Outros	17,0	6,6	11,8	7,6	6,0	6,9	2,3	10,0	5,7

Fonte : Perfil da pobreza ,OIT, Governo, PNUD, 2001

**Tabela ... : Numero dos professores a redinamizar e a formar até 2013**

<b>Distrito</b>	<b>Educação de base (EB1+EB2)</b>	<b>Educ. Sec. (ES1+ES2)</b>
Agua Grande ■ Redinamização ■ Preparação inicial	59 98	265 290
Mé-Zochi ■ Redinamização ■ Preparação inicial	76 74	106 188
Cantagalo ■ Redinamização ■ Preparação inicial	53 14	19 56
Caué ■ Redinamização ■ Preparação inicial	24 9	6 16
Lobata ■ Redinamização ■ Preparação inicial	49 42	28 66
Lemba ■ Redinamização ■ Preparação inicial	44 22	13 45
Príncipe ■ Redinamização ■ Preparação inicial	15 11	33 34
<b>TOTAL</b> ■ Redinamização ■ Preparação inicial ■ Desenvolvimento profissional continuo	320 270 590	470 695 1165

Fonte: *Projecto de Carta Escolar, 2000*

E conveniente de efectuar uma observação mais fina.

**Tabela ... : Parâmetros - chaves de controlo para realizar EPT**

Variáveis	ST&P (1999- 2000)	Recolha Estudo BM 41 país pobres e endividados	Médias dos países com a melhor tacha de sobrevivência primaria	Objectivos 2010-2015
<i>Serviço Educativo</i>				
Salário médio dos professores <sup>49</sup>	1,46	0,6-9,6	3,6	2,5-3,5
Relação alunos/professores	34,7	13-78,9	39,6	37-40
% não - salarial das despesas correntes	53	0,1-45	25,2	43-33
Tacha de reprovação média	27	0,0-36,1	8,2	17-10
% dos alunos no ensino privado	(1,3?) <sup>51</sup>	0-76,6	11,5	5-10
Custo unitário infra-estruturas (US\$)	>25,000	--	--	20,000-15,000
<i>Mobilização de res. Suplementares</i>				
Receitas publicas em %do PIB	(--?)	8-55,7	20,7	14/16/18
Despesas de educação em % do orçamento corrente. <sup>50</sup>	15,3	3,2-32,6	18,5	20
Educação primaria em % despensas corrente	34 <sup>52</sup>	26-66,3	47,2	50 <sup>53</sup>

fonte : Banco Mundial, 2002

<sup>49</sup> Exprimido em múltiplo do PIB/HAB.

<sup>50</sup> Fora do serviço da dívida

<sup>51</sup> Primaria e secundaria ???

<sup>52</sup> Primaria de 4 anos

<sup>53</sup> Primaria de 6 anos

## **BIBLIOGRAFIA**

(a completar)

### **Documentos nacionais**

- A Oferta de Formação em STP: Um Quadro da situação actual, PREP, Maio de 1999
- Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, Ministério de Planeamento & Finanças, 3o Draft, Maio 2002
- Estratégia de Promoção Articulada do Emprego e da Formação Profissional, PREP, Versão II, Outubro 99
- Educação para todos : Bilan do 2000, Ministério da Educação e Cultura, 2002
- Orçamento do Governo, vários anos
- Programa do Governo, Sétima Legislatura, República Democrática de São Tomé & Príncipe, ano 2002
- Relatório do Inquérito sobre as condições de vida das famílias, 2000/2001, Instituto Nacional de Estatísticas, INE

### **Documentos em colaboração com os parceiros internacionais**

- Governo de São Tomé & Príncipe/UNESCO/UNICEF - Avaliação das Aquisições Escolares da Terceira Classe, Setembro 1998
- Profil de Pauvreté en République démocratique de São Tomé & Príncipe 2000, (mai 2001), Organisation Internationale du Travail, République Démocratique de São Tomé & Príncipe, Programme des Nations Unies pour le Développement
- Projecto de Carta Escolar para S.Tomé & Príncipe, (Cooperação Portuguesa), 2001
- RDSTP/UNICEF - Análise da Situação da Criança e Mulher em São Tomé & Príncipe, Setembro 2001
- RDSTP/UNICEF - Programa de Cooperação 2002-2006 - Plano Global de Operações, Janeiro 2002
- UNICEF - Inquérito dos Indicadores Múltiplos (MICS II), Projecto, Julho 2000

### **Documentos independentes**

- Banco Mundial - Memorandum of the President of the International Development Association to the Executive Directors of the World Bank Group on a Country Assistance Strategy for the Democratic Republic of São Tomé & Príncipe - 2000
- Banco Mundial - Implementation Completion Report on a Credit to the Democratic Republic of STP fro a Health & Education Project - 2001
- PNUD - Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, STP (1999 ?)
- ONUD - Sustainable Livelihoods for Adolescent girls in STP - 2001 ( ?)